



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPPG)
INSTITUTO DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(IEDS)
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOBIODIVERSIDADE E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS (MASTS)**

FRANCISCA ANGERLINE DE LIMA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL: (DES) CAMINHOS DA ESCOLA PADRE ANTÔNIO
CRISÓSTOMO DO VALE, ACARAPE – CEARÁ**

**REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
2019**

FRANCISCA ANGERLINE DE LIMA DA SILVA

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
(DES) CAMINHOS DA ESCOLA PADRE ANTÔNIO CRISÓSTOMO D VALE,
ACARAPE – CEARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Ciências e Sustentabilidade. Linha de pesquisa: Sociobiodiversidade e Sustentabilidade

Orientadora: Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Francisca Angerline de Lima da.

S586e

A Educação Ambiental nos Anos Finais do Ensino Fundamental: des caminhos da escola Padre Antônio Crisóstomo do Vale, Acarape-Ceará / Francisca Angerline de Lima da Silva. - Redenção, 2019. 135f: il.

Dissertação - Curso de Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Mestrado Acadêmico Em Sociobiodiversidade E Tecnologias Sustentáveis, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Prof.^a Dra. Luma Nogueira de Andrade.

1. Educação Ambiental. 2. Currículo. 3. Ensino Fundamental. 4. Acarape. I. . II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 372.357

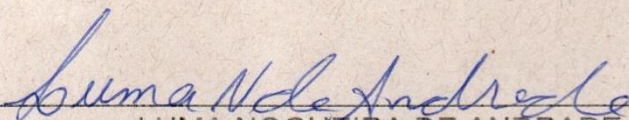
FRANCISCA ANGERLINE DE LIMA DA SILVA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: (DES)
CAMINHOS DA ESCOLA PADRE ANTÔNIO CRISÓSTOMO DO VALE, ACARAPE – CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

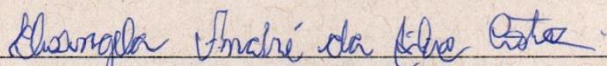
Aprovada em: 21/10/2019

BANCA EXAMINADORA



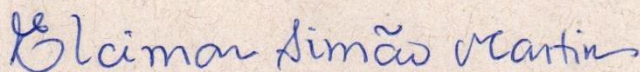
LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE

Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Presidente



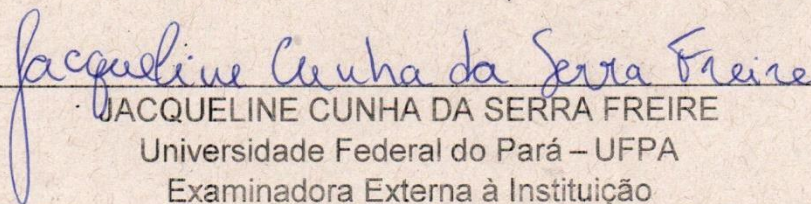
ELISANGELA ANDRE DA SILVA COSTA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Examinador Interno ao Programa



ELCIMAR SIMÃO MARTINS

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB
Examinador Interno ao Programa



JACQUELINE CUNHA DA SERRA FREIRE

Universidade Federal do Pará – UFPA
Examinadora Externa à Instituição

Ao Mestre dos Mestres, Deus.
O que seria de mim sem a fé que tenho Nele?
Um Deus cuidadoso, gratidão!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pela realização de mais um sonho pessoal e profissional em minha vida. Sou grata pela sabedoria, a perseverança, a coragem e a fé para não desanimar nos momentos difíceis. Por ter chegado a mais essa fase de aprendizado em minha vida, e não somente neste grandioso momento, mas em todos. É o maior Mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço aos familiares em nome do meu querido pai José Arlindo Barbosa da Silva, pela preocupação nessa longa jornada, compartilhada com os meus padrinhos de batismo, Antonio Braga Barbosa e Francisca Helena de Assis Barbosa, por todo incentivo, apoio e estímulo.

Ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que é um marco histórico, no processo de integração das diversas culturas e que muito vem mudando a realidade local, mudou minha realidade.

Agradeço à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e aos professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) que fizeram parte da minha formação acadêmica.

Ao coordenador Professor Doutor Juan Carlos Alvarado Alcócer e aos demais que fazem parte da coordenação do Mestrado, pelas/os ajudas/apoios durante o caminhar do mestrado.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pela concessão de bolsa desde o início da pesquisa e pelo apoio financeiro para a concretização desta pesquisa.

Um agradecimento especial aos professores participantes da banca examinadora, Professora Doutora Jacqueline Cunha da Serra Freire, Professora Doutora Elisângela André da Silva Costa e Professor Doutor Elcimar Simão Martins que dividiram comigo este momento tão importante, pelas valiosas colaborações e sugestões.

A Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo do Vale (E.E.F PACV) de Acarape/CE, pelo tempo concedido à pesquisa e pelo acolhimento.

Ao apoio do diretor José Rilmar de Lima e aos professores da E.E.F PACV que aceitaram participar desta pesquisa.

Aos amigos, principalmente, ao Assis Anderson Ribeiro da Silva, pelo companheirismo fiel de trabalhos e vivência acadêmica, desde 2011. Gratidão pelos apoios, encorajamentos, contribuições, pela irmandade e pelos desafios enfrentados juntos nessa caminhada.

Ao companheiro e amigo, Anderson Tavares, pelo apoio, contribuições e incentivos no decorrer do mestrado.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte do meu processo de formação no mestrado, a minha eterna gratidão.

“A Educação Ambiental é decisiva. Ela mostra que há outros modos de viver. E que eles ajudam a preservar a biodiversidade, a água, todos os recursos naturais e seres vivos.”
(Washington Novaes)

RESUMO

O ponto de partida de uma sociedade com base na vida sustentável, deve considerar o ensino-aprendizagem na escola. Assim, consideramos a escola um espaço-tempo fundamental para analisar os trabalhos que vêm sendo produzidos na perspectiva da Educação Ambiental. Neste sentido, o foco deste estudo é a Educação Ambiental e sua inter-relação com o currículo escolar em uma escola do município de Acarape-CE, sendo esta o *locus* de realização do estudo proposto, por considerar um laboratório socioeducacional na minha trajetória docente, possibilitando meu (re)conhecimento enquanto professora. O percurso investigativo do presente trabalho iniciou com a coleta, sistematização e análise dos dados disponíveis no catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes). O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo do Vale, localizada no município de Acarape-Ceará. Esta pesquisa quanto ao gênero é empírico-analítico, quanto ao objetivo a pesquisa é exploratória-descritiva, em relação aos dados coletados tem abordagem qualitativa. Quanto ao procedimento técnico empregado na coleta dos dados classificou-se em pesquisas bibliográfica, documentos institucionais (documental), levantamento (pesquisa de campo) e estudo de caso, tendo como instrumentos de coleta de dados questionário e entrevistas para responder aos objetivos propostos. Os resultados apontam que a Educação Ambiental, se apresenta como um grande desafio, sendo apontada a importância de ser trabalhada com mais frequência na escola apesar da existência de programas, projetos e/ou ações desta natureza. Dessa forma, a EA, precisa estar presente no processo de ensino-aprendizagem de forma permanente e constante no contexto escolar, sendo (re)pensada pelos profissionais da educação e (re)elaborada no PPP da escola.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Currículo. Ensino Fundamental. Acarape.

ABSTRACT

The starting point of a society based on sustainable living should consider teaching and learning at school. Thus, we consider the school a fundamental space-time to analyze the works that have been produced from the perspective of Environmental Education. In this sense, the focus of this study is Environmental Education and its interrelation with the school curriculum in a school in the city of Acarape-CE, which is the locus of the proposed study, considering a socio-educational laboratory in my teaching career, enabling my (re) knowledge as a teacher. The investigative course of this work began with the collection, systematization and analysis of data available in the catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education (Capes). The general objective of the research is to analyze how the Environmental Education has been worked in the Padre Antônio Crisóstomo do Vale Elementary School, located in the city of Acarape-Ceará. This research on gender is empirical-analytical, on the objective the research is exploratory-descriptive, on the collected data has a qualitative approach. Regarding the technical procedure used in data collection, it was classified in bibliographic research, institutional documents (documentary), survey (field research) and case study, having as tools of data collection questionnaire and interviews to answer the proposed objectives. The results indicate that Environmental Education presents itself as a great challenge, pointing out the importance of being worked more frequently in school despite the existence of programs, projects and / or actions of this nature. Thus, EE needs to be present in the teaching-learning process permanently and constantly in the school context, being (re) thought by education professionals and (re) elaborated in the school PPP.

Keywords: Environmental Education. Curriculum. Elementary School. Acarape

LISTA DE FIGURA

Figura 1	No fundo, o que a EA pretende é.....	24
Figura 2	Inclusão da Dimensão Ambiental nos programas de Educação.....	45
Figura 3	Mapa de Identificação do Território Maciço do Baturité.....	70
Figura 4	- Mapa do município de Acarape	70
Figura 5	- Visão Frontal da E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale – Acarape/CE.....	71
Figura 6	- Visita dos alunos a Unidade de Produção Mudas Auroras (UPMA) na UNILAB.....	79
Figura 7	- Apresentação/Conscientização com a equipe da Escola.....	80
Figura 8	- Abertura oficial do Projeto e conscientização dos estudantes.....	80
Figura 9	- Limpeza e Reaproveitamento de espaços ociosos da Escola para compostagem.....	81
Figura 10	- Socialização do projeto para professores da Rede Municipal e escolas.....	82
Figura 11	- O filme Wall-e debate crítico com os alunos.....	82
Figura 12	- Palestra: Educação Ambiental e o compromisso com o Planeta Terra.....	83
Figura 13	- Plantação de mudas nativas da região e palestras sobre os cuidados com vidas verdes na escola.....	84
Figura 14	- Reaproveitamento da água dos ar-condicionados para irrigação das mudas	86
Figura 15	Colaboração no Grupo de Trabalho Juventude(s) e Meio Ambiente na II Conferência Municipal de Juventude de Aracoiaba-CE.....	87
Figura 16	- Utilização de Resíduos Orgânicos da cantina escolar para usar em adubo líquido natural	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conhecimento dos professores sobre os documentos oficiais da política de Educação Ambiental.....	91
Gráfico 2 - Sobre desenvolvimento de projetos voltados para Educação Ambiental.....	92
Gráfico 3 - Sobre participação da E.E.F PACV na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.....	93
Gráfico 4 - Sobre as formas que a Educação Ambiental é trabalhada na escola.....	94
Gráfico 5 - Sobre a necessidade de trabalhar a Educação Ambiental com mais frequência na escola.....	95
Gráfico 6 - Sobre ser oferecido formação continuada em Educação Ambiental na escola.....	96
Gráfico 7 - Sobre o desenvolvimento de Educação Ambiental na escola.....	98
Gráfico 8 - Apoio e o fomento da Educação Ambiental pela SME e/ou outras instituições.....	101
Gráfico 9 - Sobre a Educação Ambiental como componente curricular de acordo com a Lei Nº 9.795/1999.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNeM	Ciências da Natureza e Matemática
CNIJMA	Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
EAD	Educação a Distância
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEN	Instituto de Ciências Exatas e da Natureza
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MASTS	Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE	Plano Estadual de Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiente
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PTA	Plano de Trabalho Anual
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	21
2.1	Conceito de Educação Ambiental	21
2.2	Legislação e documentos normatizadores	26
2.2.1	<i>Política Nacional do Meio Ambiental (PNMA) - Lei nº 6.938/81</i>	26
2.2.2	<i>Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996</i>	28
2.2.3	<i>Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/99</i>	30
2.2.4	<i>Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)</i>	31
2.2.5	<i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA)</i>	33
2.2.6	<i>Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/01</i>	35
2.2.7	<i>Plano Estadual de Educação (PEE) - Lei n.º 16.025/16</i>	36
2.2.8	<i>Educação Ambiental no município de Acarape-CE</i>	37
2.2.9	<i>Projeto Político Pedagógico e o currículo</i>	39
2.3	Educação Ambiental como tema Transversal: Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	41
2.4	Educação ambiental formal	44
3	OS GRANDES EVENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E MARCO LEGAL	49
4	CAMINHOS METODOLOGICO DA PESQUISA	64
4.1	Percurso investigativo	64
4.2	Procedimentos e Instrumentos	66
4.3	O Município de Acarape: Caracterização	69
4.4	A Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo do Vale (E.E.F PACV): Caracterização do objeto de estudo	71
5	EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APROXIMAÇÕES E CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES	73
5.1	Educação Ambiental e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale	73
5.2	Relatório de Projetos sobre Educação Ambiental na E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale	75
5.2.1	<i>Água que te quero vida: Quem ama cuida, e nossa comunidade protege vidas e novas gerações</i>	75
5.2.2	<i>Vidas verdes em parceria com a Unidade de Produção de Mudas auroras (UPMA/UNILAB)</i>	79
5.3	As práticas docentes na Educação Ambiental	90
5.3.1	<i>Perfil dos sujeitos da pesquisa</i>	90

5.3.2	<i>As concepções dos professores sobre a Educação Ambiental.....</i>	91
5.3.3	<i>Educação Ambiental e as práticas pedagógicas na escola.....</i>	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICE.....	129
	APÊNDICE A- LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICA A NÍVEL DE MESTRADO E DE DOUTORADO PRODUZIDAS NO MUNICÍPIO DE ACARAPE-CE.....	130
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – QUESTIONÁRIO.....	132

1 INTRODUÇÃO

CAMINHANDO COM O SONHO

Quando busco profundamente sonhar
É porque em mim
Há algo muito forte
Que me faz acreditar
Que o sonho
Faz parte do nosso caminho
Para que possamos caminhar.
(Lymbo Parigipe, s.d.)

O ponto de partida de uma sociedade com base na vida sustentável, deve considerar o ensino-aprendizagem na escola, uma vez que é nesse espaço educativo onde educandos passam boa parte de suas vidas e reproduzem no contexto social o que, também, vivenciam no ambiente escolar. Assim, consideramos a escola um espaço-tempo fundamental para analisar os trabalhos que vem sendo produzido na perspectiva da Educação Ambiental (EA).

Neste sentido, o foco deste estudo é a Educação Ambiental e sua inter-relação com o currículo escolar em uma escola do município de Acarape-CE. Assim, pretendemos com a pesquisa descobrir se a EA está contemplada na prática do currículo escolar.

A iniciativa de propor este tema de estudo está relacionada ao meu percurso acadêmico na licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática (CNeM) com Habilitação Específica em Biologia, vivenciado no período de 2011 a 2016, no Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

O Projeto Político Curricular (PPC) do Curso de CNeM contemplava a disciplina de Educação Ambiental (EA) sendo obrigatória nos cursos de Licenciatura. Nesta disciplina tive a oportunidade de aprofundar estudos sobre a Interdisciplinaridade e Transversalidade; assim como interagir com a prática docente e a Educação Ambiental. A construção de Atividades e materiais didáticos em Educação Ambiental e formação de professores, foram também aprendizagens relevantes.

Está formação facilitou minha vinculação ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) onde as ações do Plano de Trabalho Anual (PTA) contemplavam Ensino de Ciências e Formação de Professores, compreendido no

período de 2011 a 2013; e participação no subprojeto “Ensino de Ciências, Diversidade(s) e Cidadania”, promovendo minha maior aproximação com o cotidiano escolar.

Em 2017, ao ingressar na pós-graduação *Latu senso* em Gestão Pública Municipal na modalidade Educação a Distância (EAD) na UNILAB, o produto final que resultou na monografia intitulada “A política de Educação Ambiental: contexto, programas e desafios no município de Acarape, Ceará” tendo uma análise da Política de EA implementada pelo órgão da Educação Municipal de Acarape, Ceará.

Em 2018, ao ingressar no Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) na UNILAB, no decorrer das disciplinas tive acesso a estudos e pesquisas que me permitiram aprofundar reflexões acerca da Educação Ambiental, especificamente, na disciplina “Tecnologias e Desenvolvimento Sustentáveis” que trazia temáticas sobre a crise ambiental, recursos naturais, poluição, poluentes, tecnologias, meio ambiente, crescimento populacional, biodiversidade, energia, ecossistemas, dentre outras.

Neste período do mestrado, foi publicado um livro, com as pesquisas realizadas, intitulado “Meio Ambiente, Ensino de Ciências e Tecnologias Sustentáveis” que trouxe para o cenário atual compreensão e explicitação sobre a perspectiva interdisciplinar entre Meio Ambiente, Ensino de Ciências e Tecnologias Sustentáveis, e na oportunidade, fui uma das organizadoras do mesmo, uma vez que me sinto comprometida com estas discussões.

Nessa publicação, contribuí ainda, com um capítulo que traz como título “Ensino de Ciências e Educação Ambiental: Práticas Pedagógicas na E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale (E.E.F PACV), Acarape-CE, trazendo à tona o debate sobre Meio Ambiente e sociedade, principalmente, com jovens que estavam no Ensino Fundamental. Assim, o capítulo dialoga com o currículo escolar; com práticas educacionais de meio ambiente, visando contribuir com sujeitos integrantes da Educação Básica em geral e local.

Aliada à motivação acima exposta, sinto-me instigada a focar a pesquisa sobre EA na cidade do Acarape, para poder contribuir, também, na missão institucional da UNILAB no Maciço de Baturité. A referida universidade tem como premissa considerar o perfil local e regional, de profundas desigualdades sociais e econômicas, apontadas pelos indicadores da região Nordeste do Brasil e do Maciço de Baturité.

Nesse sentido, a UNILAB apresenta a educação, como elemento de indução de

um processo de desenvolvimento sustentável (DIÓGENES; AGUIAR, 2013). Em sintonia, a missão abordada nas Diretrizes Gerais da UNILAB (2010), concebe o Maciço do Baturité um campo aberto para a realização de estudos que promovam, com base no saber acadêmico, a busca de soluções para problemas concretos da realidade nordestina, buscando a melhoria dos seus indicadores sociais e econômicos.

Dessa forma, pretende-se verificar também, as produções a nível de mestrado e doutorado desenvolvidas no município de Acarape sobre a Educação Ambiental. Para desta forma poder contribuir com o debate da Educação Ambiental no contexto do Ensino Fundamental Educação Básica, buscando entender como o contexto socioambiental está inserido na dinâmica cultural dos educandos/as.

A EA exige competências que são adquiridas e/ou reconhecidas e/ou desenvolvidas no ensino escolar. Pode-se considerar como objeto-problema da pesquisa a seguinte questão: Como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na E.E.F PACV? Desta grande pergunta, surgiram outras, a saber: A Educação Ambiental está contemplada no currículo escolar? Os documentos de gestão escolar contemplam a Educação Ambiental?

A pesquisa ora proposta, ocorreu no segundo e terceiro semestres regular do curso de pós-graduação, que corresponde respectivamente ao segundo semestre do ano letivo de 2018 e primeiro semestre de 2019 da escola.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como a EA vem sendo trabalhada na E.E.F PACV, localizada no município de Acarape-CE.

Os objetivos específicos contemplam: ① Mapear a partir das orientações curriculares presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) experiências de Educação Ambiental desenvolvida no contexto da E.E.F PACV; ② Identificar os sentidos e significados da Educação Ambiental na E.E.F PACV, a partir da visão de gestores e professores; ③ Discutir como os elementos conceituais presentes na Legislação Brasileira sobre EA dialogam com o currículo escolar.

A E.E.F. PACV, localizada no município de Acarape, será o *locus* de realização do estudo proposto, por considerar um laboratório socioeducacional na minha trajetória docente, que me possibilitou (re)conhecer-se professora estando relacionado diretamente com a minha experiência docente no município mencionado desde 2016, lecionando as disciplinas de Ciências e Matemática, as vivências do cotidiano escolar, suas potencialidades e fragilidades.

Portanto, a pesquisa desenvolvida no ambiente escolar sobre EA, incluem questões sobre o desenvolvimento sustentável no ensino-aprendizagem, requerendo métodos participativos para motivar e empoderar todos os envolvidos, no contexto escolar, a mudarem seus comportamentos e tomarem atitudes sustentáveis sensibilizando com o meio ambiente que os cercam.

O currículo escolar, a prática de ensino ressignificada e a produção de saberes na escola, são meios de sensibilizações e de mobilizações para a educação das novas gerações. O currículo escolar da escola em estudo, mantém interfaces com temas de EA como será aferido por este estudo.

As reflexões oriundas deste movimento investigativo estão organizadas nesta dissertação em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo intitulado “Educação Ambiental” faz-se uma abordagem histórica da Educação Ambiental no Brasil e no contexto global, o conceito defendido por vários autores de EA, evidenciando os documentos mais importantes. Apresenta-se o contexto histórico sobre como a Educação Ambiental aparece na legislação brasileira. Identificando como estar presente nos PCN’s, abordando a EA como tema transversal e não como uma disciplina nos currículos escolares. Além disso, explora concepções de Projeto Político Pedagógico e o currículo, as orientações curriculares brasileiras – princípios e concepções para o Ensino Fundamental e as discussões do desenvolvimento da EA no município de Acarape na educação básica.

O capítulo “Os grandes eventos da Educação Ambiental: contexto histórico e marco legal”, aborda os principais marcos históricos mundiais da educação ambiental, a história da educação ambiental no Brasil e no mundo.

No capítulo denominado “Caminhos Metodológicos da pesquisa” realizamos o itinerário investigativo da pesquisa com informações acerca dos lócus e dos sujeitos da pesquisa.

No capítulo designado “Educação Ambiental: aproximações e concepções dos professores”, realizamos a aplicação de um questionário de pesquisa com todos os professores da E.E.F PACV com a finalidade de diagnosticar, investigar e colher informações sobre EA na escola. Ainda neste capítulo, será apresentado, como a escola vem participando também das conferências sobre o Meio Ambiente. Os resultados foram sistematizados e estão apresentados em gráficos.

No último “Práticas de Educação Ambiental na escola: percepções e ações dos professores”, contempla análise dos documentos de gestão, reflexões sobre práticas de

Educação Ambiental na escola, coleta de informações dos de professores por área de atuação sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola mediante a aplicação de entrevistas.

Os relatos/dados coletados fornecem um panorama das práticas de EA em sala de aula e nos demais espaços escolares, possibilitando a aproximação com a realidade vivenciada sobre EA na escola.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O verdadeiro sábio é aquele que diz:
 Oh vento, dizei-me
 Que faço parte de ti
 E não apenas uma folha
 Que vagueia
 Nesse imenso céu azul
 Solitário e único.
 Dizei-me
 Que sou arte
 De aprender tudo
 E não saber nada.
 Pois o tudo é tudo aquilo que aprendi
 E o nada
 É tudo aquilo achava que
 Tinha aprendido
 (Lymbo Parigipe, s.d.)

Os problemas ambientais não são apenas em âmbito local, regional, nacional, mas também no contexto mundial. Diante disso, surgem as preocupações ambientais levando muitos países a se unirem em prol de soluções, contribuindo de outra forma para o desenvolvimento da EA. Diante desse cenário, destacaremos também conceitos de EA, eventos e compromissos assumidos internacionalmente.

Esse capítulo abordará o conceito de Educação Ambiental em vários contextos; a Educação Ambiental na Legislação e nos documentos normatizadores; as discussões e os desafios e ainda especificidades da Lei 9.795/99; o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) no contexto escolar; Educação Ambiental como tema Transversal – Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade, a Educação Ambiental formal e não-formal e a Educação Ambiental no município de Acarape.

2.1 Conceito de Educação Ambiental

Na obra intitulada “A Implantação da Educação Ambiental no Brasil” da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação (MEC) aborda que no início da década de 60, “os problemas ambientais já mostravam a irracionalidade do modelo econômico, mas não se falava em Educação Ambiental” (BRASIL, 1998, p.

27).

Em março de 1965, “na Conferência de Educação da Universidade de Keele, da Inglaterra, colocou-se pela primeira vez a expressão Educação Ambiental, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos (BRASIL, 1998, p. 27). Mas os participantes do evento ainda definiam educação ambiental, como “conservação, ou ecologia aplicada, e o veículo seria a biologia”. (BRASIL, 1998).

O conceito de Educação Ambiental é apresentado por diversos dispositivos legais. Sendo assim, neste trabalho consideramos alguns dos conceitos já existentes ancorados/fundamentados em Leis, eventos, documentos oficiais/normatizadores e autores que debatem essas questões. Alguns destes conceitos, podem ser encontrados nos sites dos órgãos cuja questão/debate ambiental é permanente.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) - Lei nº 9795/1999, menciona no Art. 1º que a EA pode ser entendida como:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Este conceito estar voltado para uma visão construtiva em que os sujeitos a partir dos valores sociais podem influenciar na conservação do Meio Ambiente e na qualidade de vida social, mas para isso, cada indivíduo precisa fazer sua parte e atuar de forma efetiva com o coletivo.

Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no Art. 2º, considera a Educação Ambiental como:

[...] é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Neste caso, a EA é abordada como sendo uma esfera do campo educacional, e deve ser trabalhada de forma intencional, ou seja, com práticas educativas planejadas. Além disso, vigora o ponto central da EA que é a relação homem-natureza e a relação homem-homem, em uma visão de um ser social que potencializa a ética ambiental de

forma autêntica e prática.

Para dias (2004, p. 99) “o tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992) reconhece a EA como um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida”. E ainda, aborda outros elementos para a definição de EA:

Em 1997, por ocasião da Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade (Unesco, Tessalônica, Grécia), definiu-se, como um meio de trazer mudanças em comportamentos e estilos de vida para disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades na preparação do público, para suportar mudanças rumo à sustentabilidade oriundas de outros setores da sociedade (DIAS, 2004, p. 99).

Em contrapartida, a Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976), define a EA como uma ação educativa permanente voltada para os impactos ambientais em constante crescimento que vem sendo causados pelos tipos de relações entre homem-homem e homem-natureza. Assim, revelando aos educandos/as que AE desenvolve mediante comportamentos direcionados a valores e atitudes na sociedade voltados para a transformação dessa realidade, uma vez que também são agente de transformação social através de habilidades, atitudes e percepções ambientais:

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação (MMA, 2019).

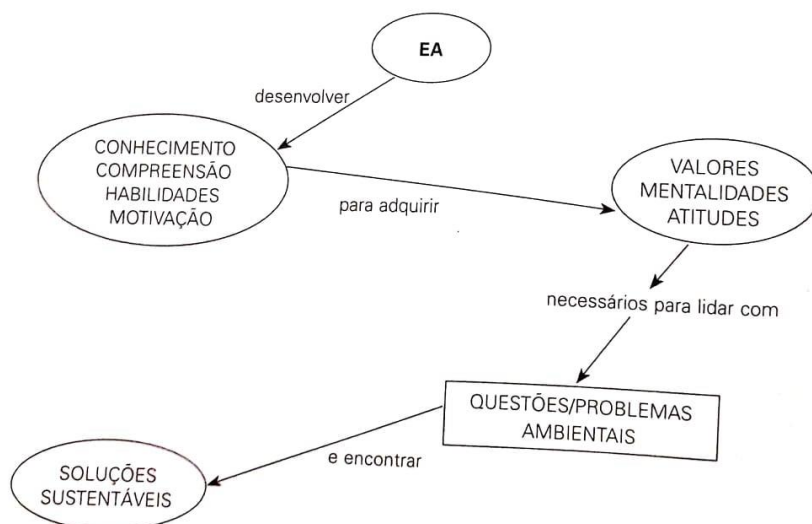
Porém, na primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977, em Tbilisi, Geórgia, que reforça os pontos principais da EA até aqui abordados. Além disso, relaciona a EA com a prática das tomadas de decisões e a ética para transformações comportamentais na sociedade em que vivemos visando a melhora da qualidade de vida. Assim, a EA foi definida:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e

clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (ROSA; SANTOS; SCHMITT, 2017, p.45).

Segundo Dias (2004, p. 98), em 1977 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) definiu a EA “como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental”. Dias (2004), demonstra na figura 01, o que a EA pretende.

Figura 01: No fundo, o que a EA pretende é:



Fonte: Dias, 2004, p. 100.

Com isso, a EA pretende desenvolver conhecimento, compreensão, habilidade e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes que são elementos essenciais para lidar com questões e problemas ambientais, e assim, encontrar soluções sustentáveis.

A educação ambiental para Reigota (1995) é um processo baseado no coletivo, na busca do diálogo para se chegar no objetivo desejado, com alternativas socioambientais que contemplem a maioria das pessoas de forma a agregar no seu contexto.

O autor Quintas (2008), em O Salto para o Futuro, retrata a EA como agente de transformação dos diferentes grupos sociais. E assim, os sujeitos tenham consciência

ambiental e promova transformações socioambientais na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que modificam o ambiente. Temos a seguinte definição de Educação Ambiental:

A Educação Ambiental [...] deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública (QUINTAS, 2008, p. 37).

Ainda, temos a EA como agente social de política pública, ou seja, com a participação da sociedade nas decisões através da ação coletiva e organizada, assim com normas e ações estruturais que equilibram as relações sociais, econômicas e políticas em relação aos problemas ambientais. Defendida por Sorrentino *et al* (2005):

A Educação Ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e coresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais (SORRENTINO *et al.*; 2005, p. 288-289).

Em complemento, Trein (2008) em seus estudos, critica o modelo capitalista de desenvolvimento social que não se preocupa com as questões ambientais e a EA tem a função/papel de incentivar, dialogar e debater essas questões na sociedade e desenvolver ações políticas contra esse modelo:

A educação ambiental, numa perspectiva crítica, não pode abrir mão do rigor teórico-metodológico na análise da realidade. O pensamento crítico, ao desvendar o modo de produção capitalista, sua estrutura interna, as contradições que engendra enquanto processo social, seus limites materiais, aponta também os mecanismos de ocultamento dessa realidade, elaborados pela ideologia dominante. É importante compreender os traços fundamentais de um sistema que se baseia na exclusão social, na exploração da classe trabalhadora, na destruição da natureza e na mercantilização de todos os elementos da natureza e das dimensões sociais e culturais das relações humanas (TREIN, 2008, p. 43).

Com os movimentos ambientalistas, a Educação Ambiental passou a ser um pilar fundamental nas discussões ambientais, visando a mudança de atitudes e ações na conservação do Meio Ambiente. Os estudos de Sato *et al.*, (2005) afirmam que:

A EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (SATO et al.; 2005, p. 106).

A proposta praticada pelo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) referencia-se em outra vertente, a da Educação Ambiental crítica, abordado por Layrargues (2002, p. 169) como sendo:

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

O autor, enaltece que precisamos de práticas pedagógicas que sejam ancoradas com base num referencial que considere a Educação Ambiental. Todas essas definições de EA são complementares, assim, entendemos que a EA é um processo educacional pelo qual passamos a compreender o funcionamento do Meio Ambiente, aprendemos a ter consciência de que somos parte integrante dele, assim como dependemos deste para sobrevivência das gerações – atuais e futuras, como o afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade com a preservação/proteção.

2.2 Legislação e documentos normatizadores

2.2.1 Política Nacional do Meio Ambiental (PNMA) - Lei nº 6.938/81

Em 31 agosto de 1981, é promulgada a Lei Federal Nº 6.938 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), e foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. No Art. 1º aborda que esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII

do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental (BRASIL, 1981)

A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios (BRASIL, 1981 – Art. 2º, incisos I a X):

- I – ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II – racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III – planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI – incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII – acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII – recuperação de áreas degradadas;
- IX – proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X – educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A finalidade desses princípios é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Para tal, a lei considera o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido para o uso coletivo. Dentre eles, são previstos incentivos à pesquisa e ao estudo para a proteção dos recursos ambientais, o acompanhamento da qualidade ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a educação ambiental em todos os níveis, assim como a EA da comunidade.

Os objetivos da PNMA, a saber: a) compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente, b) definir áreas prioritárias de ação governamental e estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental e de manejo dos recursos ambientais; c) desenvolver pesquisas e tecnologias para o uso racional dos recursos ambientais; d) divulgar dados e informações a respeito do meio ambiente; e) preservar e restaurar recursos naturais e e) impor a recuperação e/ou indenização dos

danos causados aos recursos ambientais por agentes poluidores ou predadores (BRASIL, 1981).

A PNMA é a referência mais importante na proteção ambiental, assim concretiza no artigo Constitucional 225, que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, simultaneamente, ao dever de responsabilidade. Assim, esse dispositivo Constitucional, regulador do meio ambiente, afirma o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A PNMA prevê também que a responsabilidade pela proteção e melhoria da qualidade ambiental é da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981).

Os órgãos regionais, também são responsáveis pelas políticas ambientais brasileiras, a saber: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 1981).

2.2.2 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) não estabeleceu nenhuma disposição sobre EA e nem ao menos é citada em nenhum nível de ensino.

Em relação ao ensino fundamental, a LDB no Art. 23, § 1º, estabelece que os currículos devem abranger obrigatoriamente o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. No Ensino superior assegura o estímulo ao conhecimento do mundo presente, em particular os nacionais e regionais (Art. 43, VI). Sobre essas questões:

[...] podendo-se dizer que sobre a questão ambiental, a LDB não deu ouvido ao imenso esforço nacional e internacional que desde a Conferência de Estocolmo de 1.972 procurava incluir a EA como um instrumento de política pública relevante para a promoção de uma nova ordem mundial mais justa. O conhecimento do mundo físico e natural, bem como da realidade social e política, nunca deixou de ser o assunto das escolas em qualquer nível de ensino. Qualquer escola

pode dizer que atende essa exigência, pois afinal todas oferecem disciplinas que tratam de algum modo do mundo físico e natural e a experiência mostra que isso não é suficiente para criar uma consciência sócio-ambiental capaz de mudar atitudes, gerar habilidades, desenvolver o sentido de participação e outros objetivos da educação ambiental, conforme estabelece a Carta de Belgrado [...] (BRASIL, 1999, p. 10)

Em sintonia, Sá (2010, p. 184)) “a criação/motivação para fazer cumprir a EA nas escolas públicas brasileiras são impostas pelo ProNEA e não há qualquer sinal de alteração na LDB. O documento público de maior importância da educação nacional deixou de fora a EA”. O autor relata como a EA deveria constar na LDB e a importância disto:

Considero da maior importância que a LDB incluísse no seu artigo 1º a EA como *processo formativo* e explicitada nos princípios e fins da educação nacional, abrangendo a compreensão do patrimônio natural brasileiro, formalizando a identidade deste patrimônio, sobretudo, na educação básica. Está iniciativa poderá fortalecer a ação do ProNEA e principalmente, coibir qualquer tentativa governamental em extirpar o programa, pois, a fundamentação estaria assegurada no maior documento público da educação brasileira. A garantia do respeito à norma está explícita na CF, desta forma a EA seria tratada com mais respeito e não ficaria ao sabor das intenções e rumos da política partidária brasileira (SÁ, 2010, p. 184).

Nesse sentido, os princípios e objetivos da Educação Ambiental se incorpora com os princípios gerais expressos pela LDB no Art. 2º, segundo a qual a educação [...] “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). A Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em relação à EA:

[...] não é explícita em relação à Educação Ambiental, nem a questões ambientais. Os princípios e os objetivos da Educação Ambiental, entretanto, coadunam-se com os princípios gerais da educação contidos na LDB, a qual, no artigo 32, assevera que o ensino fundamental terá por objetivo a “formação básica do cidadão mediante: (...) II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”. Ainda, o artigo 26, prevê, em seu § 1º, que os currículos a que se refere devem abranger, “obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente no Brasil”. O artigo 43, inciso III, que versa sobre a Educação Superior, estabelece como finalidade dessa etapa “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da

cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (BRASIL, 2013, p. 518).

Para tanto, cabe ressaltar que a LDB não menciona a EA explicitamente, porém os PCN, aprovados em 1997 pelo Conselho Nacional de Educação, apesar disso, trazem formalmente para o currículo o princípio de transversalidade, destacando a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes e de abrangência nacional, a saber: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, entre outros ficam a critério das escolas e comunidades.

Cabe ressaltar que a LDBEN - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, na sua 10ª edição de 2014 pela Câmara dos deputados, estabelece que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL, 2014, p. 20).

2.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA): Lei nº 9.795/99

Segundo Dias (2004, p. 201) “o Brasil é o único país da América Latina que tem uma política nacional específica para a Educação Ambiental”, por meio da Lei nº 9.795/1999, promulgada em 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, em linhas gerais, traz como a Educação Ambiental deve ser trabalhada no ensino formal e não formal.

O art. 1º da referida Lei, define o conceito de Educação Ambiental como prática que condiz não apenas com o ensino formal, mas como vários processos que leva os indivíduos a conservar o meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

No art. 2º diz que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Em sintonia, ressaltamos também o art. 3º da Lei da Educação Ambiental, que está fundamentado nas disposições dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal de 1988, revela que é dever do poder público, às instituições educativas, aos meios de comunicação, às empresas e de toda sociedade a promoção da Educação Ambiental:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental, incumbindo:

I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – às instituições educativas, promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III – aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, promover ações de Educação Ambientais integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI – à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva volta voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. (BRASIL, 1999).

Partindo desse entendimento, o art. 3º da Lei, reafirma o que é demonstrado pela Constituição Federal de 1988, ou seja, o conhecimento e o compromisso de todos na preservação do Meio Ambiente, e isso só ocorrerá com prática pedagógicas e ações efetivas e permanentes fundamentada na alínea I do art. 4º que tem como princípios básicos da EA um trabalho com “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”.

2.2.4 Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Em função da LDB 9.394/96, dentre as medidas adotadas pelo governo visando a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o MEC elabora uma série de documentos com a colaboração de inúmeros especialistas e a cooperação de instituições e entidades de estudos e pesquisas educacionais. São documentos que orienta as práticas pedagógicas (CZAPSKI, 1998).

Contudo, o processo de elaboração dos PCNs iniciou um pouco antes como abordado por Czapski (1998, p. 140):

O processo de elaboração dos PCN começou em 1995 e, no fim daquele ano, já havia a versão preliminar, que foi apresentada a diferentes instituições e especialistas. Em resposta, o MEC recebeu cerca de 700 pareceres que foram catalogados por áreas temáticas e embasaram a revisão do texto. Para completar, Delegacias do MEC promoveram reuniões com suas equipes técnicas, o Conselho Nacional de Educação organizou debates regionais e algumas universidades se mobilizaram. Tudo isso subsidiou a produção da versão final dos PCN para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 1997. Os PCN foram transformados num conjunto de dez livros cujo lançamento ocorreu em 15 de outubro de 1997, Dia do Professor, em Brasília. Depois, professores de todo o país (1ª à 4ª série) passaram a recebê-los em casa. Também em 1997, o MEC iniciou a elaboração dos PCN para as demais séries do ensino fundamental (5ª à 8ª).

Assim estes, constituem um conjunto de documentos que se encontra exigências educacionais previstas pela LDB, e a utilização da transversalidade como instrumento de trabalho para contextualização das temáticas ambientais – Educação Ambiental. Assim, se posiciona:

[...] divulgação, em 1997, dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN que, pela primeira vez, deram indicações de como incorporar a dimensão ambiental na forma de tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Ao mesmo tempo, iniciou-se a discussão da inserção da EA nos outros níveis de ensino, dentro da perspectiva da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), que mudou a concepção curricular no ensino formal. Por exemplo, no ensino profissionalizante, incluiu-se a previsão da permanente atualização dos currículos pelas próprias instituições de ensino, de modo a adaptá-los aos rápidos avanços do mundo do trabalho (CZAPSKI, 1998, p.61).

Em sintonia, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997). Czapski (1998, p. 140), diz que:

Os PCN são apresentados não como um currículo, e sim como subsídio para apoiar o projeto da escola na elaboração do seu programa curricular. Sua grande novidade está nos Temas Transversais, que incluem o Meio Ambiente. Ou seja, os PCN trazem

orientações para o ensino das disciplinas que formam a base nacional, e mais cinco temas transversais que permeiam todas disciplinas, para ajudar a escola a cumprir seu papel constitucional de fortalecimento da cidadania.

Segundo a autora Kindel (2012, p. 26), “para os PCNs trabalhar com a realidade local possibilita atuar sobre um universo acessível e conhecido e, por isso, significativo para os alunos. De qualquer modo, a Educação Ambiental pode ter, como ponto de partida, o trabalho com a realidade local [...]”.

Com os PCN é possível um currículo mais adequado às peculiaridades culturais de cada região do país e já têm sido discutidas e incorporadas às áreas ligadas às ciências sociais e ciências naturais. Os PCN incorporam essa tendência e o “currículo ganha em flexibilidade e abertura uma vez que os temas propostos - Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural Saúde e Orientação Sexual - podem ser contextualizados e priorizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais” (CZAPSKI, 1998, p. 9).

Indiscutivelmente, as escolas é um espaço fecundo para trabalhar a EA, e os PCN oferecem aos professores possibilidades concretas, pertinentes ao currículo escolar, uma vez que atende demandas e contribuições de cada área do conhecimento. Além disso, a temática ambiental pode começar na escola e expandir para a comunidade em que a escola está inserida, por meio da formação de educandos atuantes local, e consequentemente, globalmente.

2.2.5 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA)

O MEC, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) documento com proposta para o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). A proposta foi elaborada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental da SECADI/MEC (BRASIL, 2013). Nos termos da proposta a:

Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se

integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2013, p. 515).

Com isso, as Diretrizes são orientações, instruções, guias, rumos ou indicações para se estabelecer um plano e/ou uma ação. Neste contexto, as DCNEA orientam como deve ser refletida e conduzida à EA na prática da educação básica. Assim, a EA tem um papel transformador e emancipatório diante do atual contexto:

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental tornasse cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que se evidencia, na prática social, a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias (BRASIL, 2013, 522).

Assim, em relação as mudanças climáticas, recentemente, as “organizações que representam mais de 7 mil instituições de ensino superior de todos os seis continentes declararam uma emergência climática e acordaram um plano para neutralizar as suas emissões de carbono até 2030” (ONU, 2019).

Segundo a Organização da Nações Unidas (ONU) a estratégia para combater a crise climática está estruturada em três frentes: a) neutralizar as emissões de carbono até 2030; b) mobilizar mais recursos para a pesquisa e a criação de competências voltadas para ações climáticas e c) ampliar a educação sobre meio ambiente e sustentabilidade no currículo escolar, tanto nas universidades como em programas para a comunidade (ONU, 2019). A ONU declara sendo a primeira vez em que organizações de ensino superior se unem para assumir um compromisso coletivo frente às mudanças do clima:

A iniciativa é capitaneada pela Aliança para a Liderança Sustentável na Educação (EAUC), pela organização estadunidense Second Nature e pela Aliança para Juventude e Educação, da ONU Meio Ambiente. A carta assinada pelas três instituições será compartilhada com ministros de Estado durante o encontro da Iniciativa por uma Educação Superior Sustentável, em Nova Iorque. Outras instituições que assinaram o documento incluem a Universidade de Strathmore (Quênia), a Universidade de Tongji (China), a Escola de Comércio KEDGE (França), a Universidade de Glasgow (Escócia), a Universidade do Estado da Califórnia (Estados Unidos), a Universidade de Zayed (Emirados Árabes Unidos) e a Universidade de Guadalajara (México) (ONU, 2019).

Diante disso, centros de ensino e pesquisa vão ampliar a educação sobre meio ambiente e sustentabilidade no currículo escolar, tanto nas universidades como em

programas para a comunidade. Além dessas esferas citadas pela ONU, é fundamental um chamamento para a educação básica (que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio), pois essa temática precisa ser dialogada e trabalhada no currículo escolar, uma vez que os educandos precisam compreender e serem conscientizados sobre as atividades humanas que estão influenciando no clima.

Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, as DCNEA ressaltam a importância do desenvolvimento da EA como prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (BRASIL, 2012).

Ao analisar as DCNEA, no Art. 14, inciso II, a EA nas instituições de ensino deve contemplar uma “Abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas” (BRASIL, 2012, p. 4).

Diante desse cenário, os autores Almeida e Oliveira (2007) ressaltam a importância da atuação efetiva da escola no desenvolvimento da EA, e os resultados são uma via de mão dupla na medida em que os resultados dessa atuação representam aspectos positivos para a escola, inovações nas práticas pedagógicas e para as questões do meio ambiente no processo de conscientizar para a preservação.

Portanto, as DCNEA que pelo parecer CNE/CP Nº: 14/2012 entra em vigor para para incluir no “currículo o estudo e as propostas para enfrentamento desses desafios socioambientais, bem como para pensar e agir na perspectiva de criação de espaços educadores sustentáveis e fortalecimento da educação integral, ampliando os tempos, territórios e oportunidades de aprendizagem” (BRASIL, 2012).

Assim, as DCNEA apresentam propostas de sustentabilidade socioambiental ancorada e reforçada em prática educativa integrada, contínua e permanente, assim, a EA não deve se constituir disciplina específica no currículo de ensino, sendo abordada em todas as disciplinas.

2.2.6 Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172/01

A Lei nº 10.172, de 2001, institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e trata a Educação Ambiental como tema transversal, ou seja, deve ser desenvolvido a partir de uma prática educativa integrada, contínua e permanente, conforme proposto pelas

Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001).

Embora a EA seja incluída como tema transversal no PNE representar uma conquista. Assim, a EA deve “ser implementada no Ensino Fundamental e Médio, com a observância dos preceitos da Lei nº 9.795/99. Desta forma, o PNE deixa de obedecer ao que estabelece a PNEA, que exige a abordagem da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2007, p. 19). O PNE estabelece que:

[..] os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população. Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Esta estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de educação dos Estados e Municípios (BRASIL, 2001).

Nesta perspectiva, além de estabelecer os temas transversais no currículo escolar, incluem nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados problemáticas tratadas nos temas transversais tais como: gênero, educação sexual, Ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais (BRASIL, 2001).

2.2.7 Plano Estadual de Educação (PEE) - Lei n.º 16.025/16

“Fica instituído, na forma do anexo único, o Plano Estadual de Educação do Ceará - PEE, com metas e estratégias fixadas para o período de 2016 a 2024, na área da educação, como resultado da participação da comunidade escolar e da sociedade civil” (CEARÁ, 2016, p. 1).

O PEE é o instrumento norteador das políticas públicas relacionadas à educação no Estado do Ceará, contempla metas e estratégias a serem viabilizadas pelo Estado e por seus municípios, em colaboração com a União e guardando conformidade com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 24 de junho de 2014, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (CEARÁ, 2016).

O PEE nas suas metas estabelece a implementação, “em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas da educação, meio ambiente, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento

integral das crianças de até 5 (cinco) anos de idade” (CEARÁ, 2016, p. 7)

Outra meta “é implementar e aperfeiçoar políticas de currículo, formação continuada de professores e de aquisição de material pedagógico que garantam a inserção de conhecimentos sobre educação ambiental” (CEARÁ, 2016, p. 11).

Além disso, o PEE (CEARÁ, 2016, p. 19) pretende, ainda, como meta “estimular o ensino e a prática do desenvolvimento sustentável no ambiente escolar, dispondo de sistemas de coleta seletiva de lixo nas escolas e de ações de conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente”.

Nesta perspectiva, elaborar um plano de conscientização entre as pessoas envolvidas no âmbito educacional, se constitui como o primeiro passo para implantar a coleta seletiva e a reciclagem do lixo, e em seguida, ações concretas que apresentem resultados visíveis a toda sociedade, e assim, gerar novos hábitos que passam ser parte integrante do nosso cotidiano.

2.2.8 Educação Ambiental no município de Acarape-CE

A Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Acarape dos órgãos da Administração Direta, tem a seguinte composição: Gabinete do prefeito/Vice prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAFI), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal das Juventudes (SEJUV), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, Pesca e Pecuária (SEDAP), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente (SEIM), Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e Secretaria Municipal de Educação (SME) (ACARAPE, 2014).

A SME é o órgão gestor da educação pública municipal de Acarape. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Acarape (1990, p. 65) no Capítulo V, intitulado “do meio ambiente”, no Art. 189, o município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado [...]. No Art. 196, relata que “deverá ser criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, para auxiliar o Poder Público na implementação da política ambiental, tendo entre atribuições, a de licenciar obras e atividade de significativa importância ambiental [...]”.

No Art. 34, inciso XV, compete a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio

Ambiente (SEIM) “promover a educação ambiental formal e não-formal, a fim de conscientizar a população acerca da importância do meio ambiente ecologicamente equilibrado” (ACARAPE, 2014, p. 99).

A pesquisa, de antemão, revela que tal órgão, no entanto, não tem atuação efetiva no que se refere à Educação Ambiental na rede pública municipal de ensino, sendo a SME o órgão gestor com competência de planejamento, coordenação, controle e execução da política educacional, em que se insere a questão da EA, principalmente, na Semana Pedagógica.

O documento intitulado “Prestação de Conta de Gestão Exercício Financeiro 2014 (16/10/2014 a 31/10/2014)”, na Seção XI da Secretaria de Municipal de Educação – SME, no Art. 43 que dispõe do Fundo Municipal de Educação que trata dos recursos orçamentários e financeiros postos à disposição dos sistemas de ensino de Acarape, registra nos incisos 10, 20 e 30 o que segue:

§ 10 — O Fundo Municipal de Educação é apoiado na Secretaria Municipal de Educação - SME, considerando que são "Fundos Especiais", ainda que dotados de instrumentos de contabilidade da gestão pública, não são entes jurídicos capazes de se caracterizar como unidade administrativa.

§ 20 — O Fundo Municipal de Educação dispõe de regulamentação própria que lhes define as fontes de recursos, objeto de gasto, gestão e diretrizes para as prestações de contas nas áreas respectivas do ensino infantil e fundamental.

§ 30 — A execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Educação, constituído pelos recursos que lhes são destinados em legislação própria, se viabilizará diretamente pela Secretaria Municipal Educação - SME, em estreita articulação com a Secretaria Municipal Finanças (ACARAPE, 2014, p. 101).

Fica entendido que o Fundo Municipal de Educação (FME) é um apoio para a SME e dispõe de recursos próprios, objeto de gasto e diretrizes para as prestações de contas no ensino fundamental, além disso a SME mantém uma articulação com a Secretaria Municipal de Finanças.

O Fundo Municipal de Educação pode investir “em cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos professores, bem como em programas e projetos de melhoria da qualidade de ensino e aumento do nível de escolaridade da população, criados e desenvolvidos pela própria Secretaria Municipal de Educação” (QUADROS et al. 2014, p. 14). A lei estabelece, mas não existe recurso sendo aplicado para a EA. Existe uma legislação que deve ser investido, porém existe uma prática de gestão que não investe.

Ao analisar o Plano Municipal de Educação (PME), no Art. 4º que aborda as

diretrizes do PME, consta no inciso VI a “promoção da educação em direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (ACARAPE, 2015, p. 2) e nas atribuições destaca a proteção do meio ambiente.

2.2.9 Projeto Político Pedagógico e o currículo

O processo de formulação do projeto político-pedagógico (PPP) tem como referência a democrática ordenação pedagógica das relações escolares, cujo horizonte de ação procura abranger a vida humana em sua globalidade. O PPP é também um documento em que se registra o resultado do processo negocial estabelecido por aqueles atores que estudam a escola e por ela respondem em parceria (gestores, professores, técnicos e demais funcionários, representação estudantil, representação da família e da comunidade local) (BRASIL, 2013). O PPP:

[...] é, portanto, instrumento de previsão e suporte para a avaliação das ações educativas programadas para a instituição como um todo; referência e transcende o planejamento da gestão e do desenvolvimento escolar, porque suscita e registra decisões colegiadas que envolvem a comunidade escolar como um todo, projetando-as para além do período do mandato de cada gestor. Assim, cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação nacional, estadual, municipal, o plano da gestão, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e as de seus estudantes [...] (BRASIL, 2013, p. 48).

Na elaboração do PPP, “a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve” (BRASIL, 2013, p. 48).

Segundo Czapski (1998) o professor brasileiro Antonio José Rocha, que começou a se especializar em Educação Ambiental nos anos 70, está entre os que preferem apontar três grandes áreas para a Educação Ambiental:

A primeira é a Educação Formal, isto é, a que se desenvolve nas escolas, e que tanta gente simplesmente conhece como "educação". De acordo com o professor, cada escola brasileira segue um "currículo oficial", que em geral é o determinado pelo Estado ou a Prefeitura a partir das diretrizes propostas pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação. Mas, além do currículo oficial, há o que alguns autores chamam de "currículo oculto", composto pela soma de valores e

práticas adotados no dia-a-dia, que influenciam o ensino e que são diferentes em cada região ou instituição. A soma do "oculto" com a "oficial" forma o "currículo real", que é onde deve entrar a EA, não como disciplina, mas em todas elas, interligando-as (CZAPSKI, 1998, p. 56).

Por sua vez, a Educação Ambiental não alcança seus objetivos, se for realizada por meio de atividades pedagógicas isoladas, pontuais e descontextualizada, mas por meio de um currículo com teor transversal que priorize a formação de valores/conduitas que visem a conservação e a preservação do meio ambiente de forma a transcorrer e perpassar em todas as disciplinas, além de ultrapassar os limites das disciplinas curriculares.

Segundo Bernardes e Pietro (2010) nenhuma área de conhecimento consegue, isoladamente, tratar todas as questões ambientais. Assim, cabe à escola inserir esta temática ao projeto político-pedagógico (PPP) da instituição e definir as ações e projetos a serem desenvolvidos.

É fundamental reforçar “a inserção da Educação Ambiental no projeto político pedagógico de cada estabelecimento de ensino (escola desde a infância até a pós-graduação) de forma multi, trans e interdisciplinar, como um plano coletivo da comunidade escolar e acadêmica (BERNARDES; PIETRO, 2010, p. 183).

Um dos objetivos específicos do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas “é incentivar a inclusão de ações coordenadas e sistemáticas de Educação Ambiental no currículo e no projeto político-pedagógico das escolas” (BRASIL, 2007, p. 35). Esses incentivos, é uma maneira de consolidar e oficializar a Educação Ambiental no cotidiano escolar.

A PNEA, aborda que a “dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (Art. 11.). E no § 1º, diz que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (BRASIL, 1999).

Também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) (re)conhecem a EA como uma temática a ser inserida no currículo de forma diferenciada, não configura como uma nova disciplina no currículo, mas aborda na perspectiva transversal.

Tais assertivas, contribuem com as experiências pedagógicas brasileiras e internacionais de [...] “trabalho com direitos humanos, educação ambiental, orientação sexual e saúde têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de

forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas ou disciplinas” (BRASIL, 1998 - Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais)

A LDBEN (2014, § 7º) refere-se que os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. Diante disso, a EA é integrada no currículo por meio do que se chama de transversalidade de forma interdisciplinar e transdisciplinar, assim, a temática agrega as áreas convencionais de forma a estar presente em todas elas.

Portanto, a EA contemplada no PPP e a sua inserção permanente no currículo escolar, os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, serão agentes multiplicadores, pois terão condições de repassarem o conhecimento adquirido para atuais (no contexto da comunidade em que estão inseridos) e novas gerações, além disso, irão agir com responsabilidade no Meio Ambiente.

2.3 Educação Ambiental como tema Transversal: Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

Em 1968, com estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre meio ambiente e a escola ficou definido que a Educação Ambiental não deveria ser disciplina no currículo escolar, aplicada com um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada área. Em sintonia, Dias (2004) ressalta que:

[...] a EA não seja uma nova disciplina. Há de ser a contribuição de diversas disciplinas e experimentos educativos ao conhecimento e à compreensão do meio ambiente, assim como à resolução dos seus problemas e à sua gestão. Sem o enfoque interdisciplinar não será possível estudar as inter-relações, nem abrir o mundo da educação à comunidade, incitando seus membros à ação (DIAS, 2004, p. 211).

Para isso, em 1996 o MEC elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) acrescentando a temática ambiental, como Tema Transversal, nos currículos de Ensino Básico. A incorporação do tema Meio Ambiente nos PCNs possibilitou uma fecunda discussão entre os educadores(as) ambientais no Brasil (REIGOTA, 2017). Corroborando com esta ideia Souza (2004) evidencia que:

Foi muito importante a inserção da Educação Ambiental nos PCNs, mostrando uma visão integradora e transformadora, mas, metodologicamente, ainda falta uma indicação menos compartimentada dos conteúdos das diversas áreas de conhecimento o que poderia levar a uma mudança das práticas pedagógicas em EA (SOUZA, 2014, p. 24).

Porém, é preciso entender o que vem a ser a interdisciplinaridade e a transversalidade no campo educacional e ambiental, uma vez que múltiplos temas estão presentes no cotidiano escolar que precisam ser dialogados entre as disciplinas, porém pouco explorado pelos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. De acordo com Fazenda (2011), a interdisciplinaridade é um termo utilizado para:

[...] caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou setores heterogêneos de uma mesma ciência (exemplo: Psicologia e seus diferentes setores: personalidade, desenvolvimento social etc.) Caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando a um enriquecimento mútuo. (FAZENDA, 2011, p. 73).

Pelo exposto, visualizamos que o ambiente escolar favorece o exercício da interdisciplinaridade entre as práticas pedagógicas e as ações ambientais desenvolvidas na escola. Neste sentido, a EA leva a um desenvolvimento de conhecimentos em diversas disciplinas. Por isso, a autora apresenta a interdisciplinaridade como um processo de interligação entre os diversos saberes das disciplinas e os benefícios recíprocos.

A Resolução nº 3, de 26 de junho de 1998, em seu artigo 8º, inciso I, no que se refere a interdisciplinaridade, orienta a escola que:

I – a Interdisciplinaridade, nas suas mais variadas formas, partirá do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos. (BRASIL, 1998).

Já a transdisciplinaridade, na visão da autora Segura (2007, p. 100), “apresenta-se como a possibilidade de diálogo entre os campos do saber e como forma de cooperação recíproca entre as várias disciplinas, o que significa dizer: entre pessoas”. Ainda, complementa:

À transversalidade da temática ambiental na educação vieram somar-se ainda outros aspectos para a discussão sobre inter e transdisciplinaridade: mesmo compondo ações integradas, as disciplinas ainda têm pouca entrada na vida cotidiana. Dessa maneira, a intenção dos Parâmetros Curriculares Nacionais em sua origem foi estimular o engajamento da escola, do seu projeto político-pedagógico com as questões do seu tempo conectando conceitos teóricos à realidade cotidiana: essência da educação para a cidadania (SEGURA, 2007, p.100).

Corroborando com esses pontos, os PCNs enfatizam que [...] “a questão ambiental não é compreensível apenas a partir das contribuições da Geografia. Necessita de conhecimentos históricos, das Ciências Naturais, da Sociologia, da Demografia, da Economia, entre outros” (BRASIL, 1998, p. 27). Em sintonia, Reigota (2017, p. 36) explica que “a educação ambiental não prioriza a transmissão de conceitos específicos de nenhuma disciplina ou área de conhecimento”.

E ainda, Reigota (2017, p. 36) afirma que “a educação ambiental não se baseia apenas na transmissão de conteúdo específicos, já que não existe um conteúdo único, mas vários, dependendo das faixas etárias a que se destina e dos contextos educativos em que se processam as atividades”. Assim, o conteúdo mais indicado é aquele originado do levantamento da problemática ambiental do cotidiano que estejam no contexto dos alunos/as. Dessa forma:

[...] Cada uma dessas áreas de conhecimento tem a sua contribuição para dar à educação ambiental, principalmente quando consegue envolver nas práticas pedagógicas os professores e as professoras de biologia, português, educação artística, geografia, história, inglês, educação física, entre outros (REIGOTA, p. 37, 2017).

Em sintonia, para Ferraro Júnior (2005, p. 336) “os princípios da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade buscam superar o conceito de disciplina, através da intercomunicação entre as disciplinas, tratando de um tema/objetivo/problema comum” e ainda, reforça:

Essa é mais uma razão para defender que temáticas transversais como a ambiental não sejam trabalhadas por uma nova disciplina, mas através de projetos, capazes de promover a confluência de conhecimento e saberes diversos para a emergência de um olhar mais holístico das realidades consideradas e da construção coletiva e cooperativa de soluções para problemas vividos (FERRARO JÚNIOR, 2005, P. 336).

Diante do exposto, percebemos a necessidade do diálogo entre os diferentes campos do saber referente os temas transversais, principalmente, nas questões ambientais. No entanto, a abordagem da EA na escola, muitas vezes, fica sob a responsabilidade apenas do professor de ciências, ou seja, não havendo conexões com as outras áreas.

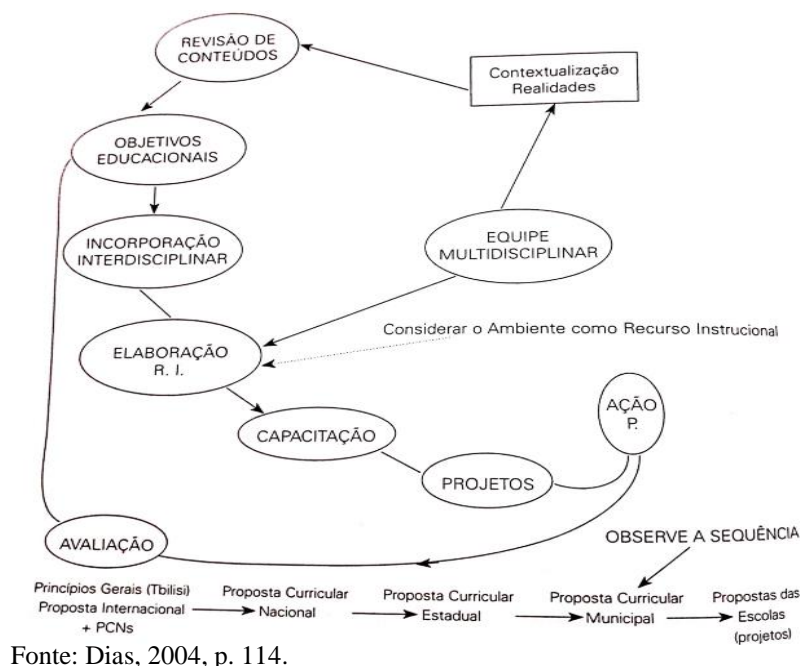
Em consequência disso, os educandos/as se formam com uma visão distorcida do que é Meio Ambiente e de suas ações no exercício da cidadania. Desde modo, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade vai ocorrendo aos poucos, porém, de forma individualizada manifestando incoerência e fragilidade.

2.4 Educação ambiental formal

“O ensino Formal é o que ocorre dentro do sistema escolar; o não-formal, obviamente, fora das escolas. A EA deve estar presente em todas as etapas, inclusive começando em casa, mesmo antes do pré-escolar” (DIAS, 2004, p. 113). O autor, ainda, ressalta como a EA chega nas empresas e na escola:

A EA deve chegar às empresas por meio de programas específicos. Na escola, molda-se uma nova mentalidade a respeito das relações ser humano/ambiente. Nas empresas, também; porém, acrescenta-se a possibilidade de interferir na tomada de decisões profissionais que possam interferir positivamente ou negativamente na qualidade ambiental (DIAS, 2004, p.113).

Compreendemos que a EA se constitui em um processo educativo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não-formal. Dias (2004) apresenta e descreve um modelo para compreensão da dimensão ambiental no ensino formal (programas), demonstrado na figura 01.

Figura 02: Inclusão da Dimensão Ambiental nos programas de Educação

Este modelo, segundo Dias (2004) no ensino formal, ao incorporar a dimensão ambiental através de programas, deve incluir: uma revisão dos conteúdos programáticos, retirando os entulhos do acordo MEC-Usaid, ou seja, aquele que nas décadas de 60/70 tornou nossa educação inócua, sem sintonia com a realidade, reprodutora de desigualdades e subserviência, dentre outros; a incorporação de conteúdos representativos da região, os PCN são um excelente referencial, assim, considerar as características, problemas e desafios regionais. Essa etapa é “executada por uma equipe multidisciplinar com participação, também, dos professores de artes e de educação física, normalmente e injustamente, são excluídos.

Em seguida, é realizado o tratamento das temáticas transversais, ou seja, reunindo ações de diferentes disciplinas, em torno de um tema. É um caminho para o início de práticas interdisciplinares. Depois, define os objetivos educacionais e inicia a produção de recursos instrucionais, que dependem das ações traçadas (DIAS, 2004).

O passo seguinte é capacitar a escola, não apenas os professores. Em seguida, a escola, desenvolve seus projetos, em função das diferentes realidades. “Os professores devem ser incentivados a produzir o seu próprio material. Eles são os conhecedores mais efetivos da sua realidade [...]” (DIAS, 2004, p. 114).

A Lei 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, no Art. 9º da seção II, menciona como Educação Ambiental no Ensino Formal é entendida e

desenvolvida:

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos (BRASIL, 1999)

Nesta perspectiva, no Art. 10. da Lei “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1999).

Partindo desse entendimento, dentro da Educação Ambiental formal ou escolar, os professores de todos os níveis e modalidades de ensino podem desenvolver atividades e/ou ações, com os seus educandos, acerca das questões ambiental, uma vez que a EA se apresenta:

Em âmbito mundial, nacional e local como um processo educativo que possibilita os sujeitos a repensarem seus hábitos e atitudes em relação ao ambiente, com a finalidade de alteração desses no cotidiano, na vida pessoal e na coletividade, almejando a sustentabilidade e melhor qualidade ambiental local e global (VIEIRA; ROSA; MORTELLA, 2018, p. 52).

Em sintonia, os autores relatam que “a EA no ensino formal, em âmbito nacional e estadual, foi fortalecida com o estabelecimento das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente - CNIJMA, promovidas pelos Ministérios de Meio Ambiente e de Educação, desde 2003” (BAGANHA; VIEIRA, MORTELLA, 2018, p. 33-34).

De acordo com autoras Baganha, Vieira e Mortella 2018, p. 34), “as secretarias estaduais de educação são responsáveis pela coordenação e organização da CNIJMA, nas etapas escolar, regional e estadual, envolvendo escolas das redes públicas estaduais, municipais, federais e privada, do segundo ciclo do ensino fundamental”. A participação a CNIJMA é por adesão espontânea das escolas. A escola lócus de estudo, E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale, participou da edição de 2018 e foi classificada em todas as etapas.

Por sua vez, Lipai, Layrargues e Pedro (2007, p. 27), apresentam a atuação da Política Nacional de Educação Ambiental para a educação formal, conforme a Lei:

As linhas de atuação da PNEA para a educação formal estão contidas no Art. 8º da Lei, e voltar-se-ão para a capacitação de recursos humanos, com “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino” (§2º, inciso I); o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações com “o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino” (§3º, inciso I); a produção e divulgação de material educativo, com “apoio a iniciativas e experiências locais e regionais incluindo a produção de material educativo” (§3º, inciso V); e o acompanhamento e avaliação.

Assim, no Art. 4º da PNEA, destaca o modo como a EA deve ser trabalhada na escola de Ensino Fundamental e que se consegue aplicar em todas as situações formais de ensino, apresentando neste artigo os princípios básicos da EA no Brasil:

- I - Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - A concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a sua interdependência entre o meio natural, o meio socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - A garantia da continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - O reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999).

Neste contexto, os autores Lipai, Layrargues e Pedro (2007, p. 28) abordam que “o órgão central de gestão da PNEA, em âmbito nacional, é denominado pela Lei como Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental¹. Este Órgão Gestor é integrado pelo MMA e pelo MEC, responsáveis respectivamente pelo âmbito não-formal e formal”. O Órgão Gestor, na Educação Formal tem o seguinte desafio:

Na educação formal, o Órgão Gestor tem o desafio de apoiar professores no incentivo da leitura crítica da realidade, sendo educadores ambientais atuantes nos processos de construção de conhecimentos, pesquisas e atuação cidadã nas comunidades

¹ Criado pelo artigo 14 da Lei nº 9.795/99 e regulamentado pelos artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.281/02.

escolares, com base em valores voltados à sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (LIPAI; LAYRARGUES; PEDRO, 2007, p. 28).

Dessa forma, no Art. 16 da Lei, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, “na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (BRASIL, 1999).

Portanto, a Educação Ambiental precisa ser contínua e permanente, não apenas nos espaços da educação formal (escolar), mas em todos os espaços, tais como: nas comunidades, nas unidades de conservação, nas organizações não governamentais e nas empresas, dentre outros.

3 OS GRANDES EVENTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E MARCO LEGAL

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida
e não desistir da luta,
recomeçar na derrota,
renunciar a palavras
e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos
e ser otimista.
(Cora Coralina)

Ao longo do tempo, a sociedade humana foi conduzida por padrões de consumo insustentáveis, com acúmulo de bens e de riquezas e o renitente crescimento populacional que resultou em um aumento no consumo dos recursos naturais e na maior produção de alimentos. Acrescentando-se a isso, as alterações ambientais globais, agravamento da crise ambientais que produziu mudanças indesejáveis, a saber: alterações climáticas, destruição de habitats, desflorestamento, perda de solo, extinção de espécies e de diversidade de ecossistemas, poluição, escassez de água potável, erosão cultural, dentre outras (DIAS, 2004).

Nas últimas décadas, todos esses acontecimentos citados, vem causando grandes alterações no Meio Ambiente, assim, surgiu a necessidade de ações que passaram amenizar e/ou evitar a perda da biodiversidade e a degradação do planeta. “O papel da Educação Ambiental, nesse contexto, torna-se mais urgente. Oferecer mais *formação*. A educação ainda “treina” a(o) estudante para ignorar as consequências ecológicas dos seus atos” (DIAS, 2004, p. 16).

Segundo o referido autor, “temos a política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.765), inúmeros projetos e programas de EA em desenvolvimento e uma rica listagem de literatura especializada. O Brasil melhorou os seus índices, de uma forma geral” (DIAS, 2004, P. 15). Porém, ao longo do tempo, a espécie humana sempre demonstrou seu poder de transformação e alteração sobre o Meio Ambiente, resultante de processos de exploração dos diversos recursos naturais em toda parte do mundo.

Assim, surgiram vários eventos, dispositivos legais, normas, regras e ações para orientar e/ou educar a população para evitar as degradações ambientais causadas pela ação antrópica. Os primeiros registros de Educação Ambiental datam de 1948, num

encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, porém os rumos da educação ambiental começam a ser realmente definidos a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, onde se atribui a inserção da temática da educação ambiental na agenda internacional (BRASIL, 2007).

Anteriormente, em 1968, nasce o Conselho para Educação Ambiental, no Reino Unido. No mesmo ano nasce o Clube de Roma que, em 1972, produz o relatório *The limits of growth* (os limites do crescimento) o qual estudou ações para se obter, no mundo, um equilíbrio global de como a redução do consumo relaciona-se a determinadas prioridades sociais (DIAS, 2004). Em sintonia, Meadows *et al.*, (1972) relata o objetivo do Clube de Roma:

O objetivo do Clube de Roma, hoje uma ONG e na época uma organização informal, era examinar o complexo de problemas, que afligem os povos de todas as nações, como a pobreza em meio à abundância; perda de confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança de emprego; alienação e outros transtornos econômicos e monetários (MEADOWS et al.; 1972, p. 11).

Em contrapartida, Dias (2004) aborda que o ano de 1972 testemunhou os eventos mais decisivos para a evolução da abordagem ambiental no mundo. Impulsionada pela repercussão internacional do relatório do Clube de Roma, a Organização das Nações Unidas promoveria de 5 a 16 de junho de 1972, na Suécia, representantes de 113 países participaram da Conferência de Estocolmo/Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, gerando a Declaração do Ambiente Humano atendendo à necessidade de estabelecer uma visão global para a preservação do ambiente humano. Considerada um marco histórico e político internacional:

[...] decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento do ambiente, a Conferência de Estocolmo, além de chamar a atenção do mundo para os problemas ambientais, também gera controvérsias. Os representantes dos países em desenvolvimento acusam os países industrializados de querer limitar seus programas de desenvolvimento industrial, usando a desculpa de poluição como um meio de inibir a capacidade de competição dos países pobres (DIAS, 2004, p.36).

Essa conferência, “oferece orientações aos governos, estabelece o plano de Ação mundial e, em particular, recomenda que seja estabelecido um programa internacional de Educação Ambiental, visando educar o cidadão comum, para que este maneje e controle seu ambiente” (DIAS, 2004, p. 36).

Em 1975, lança-se em Belgrado (na então Iugoslávia) o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), no qual são definidos os princípios e orientações para o futuro. O Encontro de Belgrado gera a *Carta de Belgrado*, um documento histórico na evolução do ambientalismo e que se constituiu num dos documentos mais lúcidos sobre a questão ambiental na época (DIAS, 2004).

Em trechos da carta de Belgrado, diz que surgiu a necessidade da reforma dos processos e sistemas educacionais, sendo esta central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial, porém governantes e planejadores podem ordenar as condições do mundo, contudo, “se constituirá em soluções de curto prazo se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isso vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade, entre o sistema educacional e a sociedade” (DIAS, 2004, 103).

Cinco anos após a conferência de Estocolmo, em 1977, acontece de 14 a 26 de outubro em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi), organizada pela UNESCO, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) da ONU. Foi deste encontro – firmado pelo Brasil - que saíram as definições, as recomendações, os objetivos, os princípios, as estratégias e as ações para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo (BRASIL, 2007):

A Conferência de Tbilisi constitui-se em ponto de partida de um programa internacional de EA, definindo seus objetivos e suas características, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional. É considerado em nossos dias o evento decisivo para rumos da EA em todo mundo (DIAS, 2004. p. 40).

Assim, na declaração da conferência a EA deve ser dirigida a pessoas de todas as idades, a todos os níveis, na educação formal e não formal, além disso, os meios de comunicação social têm a responsabilidade de colocar seus recursos disponíveis a serviço dessa missão educativa.

Promovido pela Unesco, ocorreu em San José, Costa Rica (de 29 de outubro a 7 de novembro de 1979), o Seminário sobre EA para a América Latina, as discussões foram fundamentadas pelos temas de outros encontros internacionais – o Tbilisi (1977), por exemplo. Esse evento destacou uma série de orientações sobre o desenvolvimento da EA. Assim, o seminário “foi um dos mais profícuos em termos de estabelecimento

de linhas filosóficas para o seu desenvolvimento na América Latina” (DIAS, 2004, p. 139). O autor completa que:

Passadas duas décadas, a situação pouco mudou. Os “modelos de crescimento e desenvolvimento” continuaram na sua inexorável rota de colisão. Os discursos de 1979 foram repetidos durante a Rio-92 e repercutiram na Agenda 21. Pouco foi implantado do que foi planejado (DIAS, 2004, p. 139).

Assim, uma série de estratégias falharam e que necessita de novas formas de atuação, voltadas para a participação ativa nas ações de EA em virtudes de mudanças e reconstrução de atitudes no Meio Ambiente.

Dez anos depois da Conferência de Tbilisi, 300 especialistas de 100 países e observadores da IUCN reuniram-se em Moscou em 17 a 21 de agosto de 1987, para o Congresso Internacional em Educação e Formação Ambientais, promovido pela UNESCO/UNEP/IEEP, conhecido como o Congresso de Moscou (DIAS, 2004). O congresso realizou discussões e análise da situação ambiental no mundo, segundo Dias (2004, p. 140):

O congresso objetivou a discussão das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pelas nações, no campo da EA, e a determinação de necessidades e prioridades em relação ao seu desenvolvimento, desde Tbilisi. Fez uma análise da situação ambiental global e não encontrou sinais de que a crise ambiental houvesse diminuído. Ao contrário, o abismo entre as nações aumentou e as mazelas dos modelos de desenvolvimento econômico adotados se espalharam pelo mundo, piorando as perspectivas para o futuro.

E ainda, concordaram que a EA deveria se preocupar com “a promoção da conscientização, transmissão de informações, desenvolvimento de hábitos e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de critérios e padrões e orientações para resolução de problemas e tomadas de decisões”.

Segundo Dias (2004), o Seminário Latino-Americano de EA (Argentina, 1988), promovido pela UNESCO/PNUMA, realizado em Buenos Aires, de 18 a 21 de maio de 1998, do qual destacaram as seguintes recomendações:

1. Que a EA seja parte da política ambiental dos países.
2. Que a EA se adapte às características culturais específicas das populações envolvidas no processo educativo.
3. Que se tenha presente o papel desempenhado pela mulher na sociedade e no desenvolvimento.
4. Que a EA promova a reforma da educação formal e não formal, em função de uma concepção ambientalista que se deve traduzir em um

enfoque interdisciplinar.

5. Que a EA signifique educar para a paz e a justiça.
6. Que a EA se realize em um âmbito de participação real de todos os componentes do sistema educacional (educando, educador, comunidade).
7. Que a EA tenha em conta o contexto de subdesenvolvimento de que sofrem os países da América do Sul, e se transforme em instrumento idôneo, para a integração e o apoio mútuo entre as nações da região.
8. Que a EA acentue a necessidade de criação de um novo estilo de desenvolvimento, que inclua crescimento econômico, equidade social e conservação dos recursos naturais, capaz de propiciar relações mais humanas, fraternas e justas entre os homens (sic), e destes com o seu entorno natural, logrando níveis crescentes de qualidade de vida (DIAS, 2004, p. 156).

Além dessas recomendações, surgiu também, um documento internacional de extrema importância, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra -, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo (BRASIL, 2007). Esse documento estabelece:

[...] princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (BRASIL, 2007, p. 12).

Para Dias (2004) o Tratado teve bastante relevância por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a educação ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social. Nessa conferência, reconheceu-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. Sobre a Agenda 21 e a Carta da Terra:

[...] Agenda 21, uma proposta da pedagogia da sustentabilidade elaborada a partir dos governos durante a Rio 92, como instrumento de planejamento e de parcerias governo-sociedade. A Agenda 21 tem como referência de princípios e estratégias a Carta da Terra, também idealizada na Rio 92, mas lançada em 2000. Esses documentos, assim como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que religam o local ao global de forma indissociável e concomitante, são compartilhados com cada escola,

cada Com-Vida (BRASIL, 2007, p. 32).

Assim, a Carta da Terra é um alerta sobre nossa responsabilidade em cuidar do nosso planeta. Em sintonia, os estudos de Gadotti sobre a Carta da Terra, aborda que ela teve:

[...] grande potencial educativo ainda não suficientemente explorado, tanto na educação formal, quanto na educação não formal. Por meio de sua proposta de diálogo intertranscultural, pode contribuir na superação do conflito civilizatório que vivemos hoje. Vivemos uma crise de civilizações. A educação poderá superá-la. Os princípios e valores da Carta da Terra podem servir de base para a criação de um sistema global de educação, uno e diverso, sob a coordenação da Unesco, que poderá colocar uma base humanista comum para os sistemas nacionais de educação (GADOTTI, 2009, p.11).

Assim, a Agenda 21, documento também concebido e aprovado pelos governos durante a Rio 92, é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Além do documento em si, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socioambiental sustentável (BRASIL, 2004). Em sintonia, para Dias (2004):

A Rio-92 corrobora as premissas de Tbilisi e através da Agenda 21, Seção IV, Cap. 4, define as áreas de programas para a EA, reorientando a educação para o desenvolvimento sustentável. A Conferência Rio-92, atualmente, é reconhecida como o encontro internacional mais importante desde que o ser humano se organizou em sociedades (DIAS, 2004, p. 50).

Já em Thessaloníki, no ano de 1997, durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, os temas colocados na Rio 92 foram reforçados. Nesse encontro chamou a atenção para a necessidade de se articularem ações de Educação Ambiental baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares (BRASIL, 2007). Assim, foi reconhecido que, passados cinco anos da Rio 92:

[...] o desenvolvimento da EA foi insuficiente. Como consequência,

configura-se a necessidade de uma mudança de currículo, de forma a contemplar as premissas básicas que norteiam uma educação “em prol da sustentabilidade”, motivação ética, ênfase em ações cooperativas e novas concepções de enfoques diversificados (BRASIL, 2007, p. 13).

Ainda no contexto internacional, a iniciativa das Nações Unidas de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cuja instituição representa uma conquista para a Educação Ambiental, ganha sinais de reconhecimento de seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável potencializa as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras (BRASIL, 2007).

No Brasil, a EA surge muito antes da sua institucionalização no governo federal. Até o início dos anos 70, tínhamos a existência de um persistente movimento conservacionista, devido a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas. Assim, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Nessa época surgiu os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental (BRASIL, 2007).

No Brasil, a EA que se orienta pelo Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis tem buscado construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente e intervir nelas, acionando diversas áreas do conhecimento e diferentes saberes – também os não escolares, como os das comunidades e populações locais – e valorizando a diversidade das culturas e dos modos de compreensão e manejo do ambiente (CARVALHO, 2008. p.54).

Dessa forma, “o processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República” (BRASIL, 2007, p. 13). Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu:

[...] no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da

comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de ‘promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente’ (BRASIL, 2007, 13).

Em corroboração, no que diz respeito diretamente à Educação Ambiental, a Constituição Federal determina explicitamente que o Poder Público tem a incumbência de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (inciso VI do § 1º do artigo 225 do Capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente), sendo um dos fatores asseguradores do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 2013).

E ainda, a PNMA “é resultado de uma forte pressão internacional ao longo de aproximadamente duas décadas. Toda a PNMA concentra-se nas questões de combate à poluição e a degradação do meio ambiente bem como a implantação de um sistema capaz de coibir poluidores” (SÁ, 2010, 175).

Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) fundada em 16 de março de 1978, a ANPED atua de forma decisiva e comprometida nas principais lutas pela universalização e desenvolvimento da educação no Brasil. Apresenta os 23 Grupos de Trabalho (GT) temáticos, com objetivo de socializar o conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação e aprofundar o debate sobre interfaces da Educação.

Sobre as publicações de Educação Ambiental no Brasil, o GT22 intitulado “Educação Ambiental” traz diversos trabalhos de EA, na modalidade Pôster foram publicados na ANPED nove (09) trabalhos; encontrar-se disponível vinte e um (21) arquivos de relatório de atividade que constam publicações e atividade de EA por período, e ainda, 62 trabalhos completo de EA. Nesse sentido, vários trabalhos sobre Educação Ambiental têm sido apresentados nas últimas reuniões da ANPED.

Em 1991, a Comissão Interministerial para a preparação da Rio 92 considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. Foram criadas duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com esse aspecto, a saber: a) o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que em 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC); b) a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cujas competências institucionais foram

definidas no sentido de representar um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) (BRASIL, 2007).

A Eco-92, como ficou conhecido o evento, “foi um marco na história da política ambiental brasileira. A visibilidade que a mídia deu ao encontro fez com que as questões ambientais e suas relações com o desenvolvimento não pudessem mais ser ignoradas, nem pelos governos, nem pelos cidadãos (RAMOS, 2008, p. 448). Dessa forma, a Eco-92 foi a base da política ambiental brasileira, aborda Ramos (2008):

Foi a partir da Eco-92 que surgiram iniciativas relevantes que foram a base da política ambiental brasileira nos últimos anos, principalmente na consolidação de mecanismos de participação da sociedade nos programas de governo. Foi o caso do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil, o PP-G7, responsável pela implementação de diversos projetos, pela estruturação dos órgãos estaduais de meio ambiente e pela consolidação de um forte movimento socioambientalista (RAMOS, 2008, p. 448).

Deste modo, durante a Eco-92 iniciou a elaboração de um documento global chamado a Carta da Terra, que estabelece compromissos dos países com o desenvolvimento sustentável e a preservação do Planeta, concebida para servir como um Código Ético Planetário. Assim, concebe Ricardo e Campanili (2008):

O texto da Carta foi produzido com a participação de 100 mil pessoas de 46 nações, inspirado em uma variedade de fontes, como a ecologia; as tradições religiosas e filosóficas do mundo; a literatura sobre ética global; o meio ambiente e o desenvolvimento; a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, como os povos indígenas; além das declarações e dos tratados inter-governamentais e não-governamentais relevantes (RICARDO; CAMPANILI, 2008, p. 46).

Em 2000, “seu conteúdo foi aprovado e adotado como referência pela Unesco. Milhares de organizações não-governamentais, cidades e povos ao redor do mundo deram seu aval à Carta da Terra e se encontram trabalhando na implementação de seus princípios” (RICARDO; CAMPANILI, 2008, p. 46).

A partir da Eco-92, foi finalmente criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA). “Além disso, o Ibama instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual” (BRASIL, 2007, p. 14). E ainda,

durante a Rio 92:

[...] com a participação do MEC, também foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, entre outras coisas, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidavam um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país (BRASIL, 2007, p. 14).

Dessa forma, na intenção de criar instâncias de referência para a construção dos programas estaduais de Educação Ambiental, a extinta Sema e, posteriormente, o Ibama e o MMA fomentaram a formação das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental. O auxílio à elaboração dos programas dos estados foi, mais tarde, prestado pelo MMA (BRASIL, 2007).

Em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos durante a Rio 92, em dezembro de 1994, foi criado, pela Presidência da República, “o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), compartilhado pelo então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia” (BRASIL, 2007, p. 14).

O PRONEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/Ibama, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país. (BRASIL, 2007, p. 14).

Então, em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que tinha como princípios orientadores “a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade” (BRASIL, 2007, p. 14).

No contexto do MMA, em 1996, criou-se o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, “sendo firmado um protocolo de intenções com o MEC, apontando à cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental, configurando-se num canal

formal para o desenvolvimento de ações conjuntas” (BRASIL, 2007, p.14).

Em seguida, com dois anos de debates, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação:

Os PCN se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade (BRASIL, 2007, p. 14).

“Em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) no MEC e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA” (BRASIL, 2007, p. 15).

Educação Ambiental integra, em 2000, “pela segunda vez, o Plano Plurianual (2000-2003), agora na dimensão de um Programa, identificado como 0052 – Educação Ambiental, e institucionalmente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente” (BRASIL, 2007, p. 15).

Em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Desde então, se constituiu como um passo decisivo a concretização das ações em EA no governo federal. A primeira tarefa se constituiu na assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (BRASIL, 2007).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), merece destaque, em 2004, teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública, realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país (BRASIL, 2007).

Em 2004, a mudança ministerial, a consequente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a transferência da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) para esta secretaria, permitiu um maior enraizamento da EA no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada à áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena

e Educação no Campo, conferindo assim maior visibilidade à Educação Ambiental e destacando sua vocação de transversalidade (BRASIL, 2007).

A SECAD, criada em 2004 pelo Decreto 5.159/2004, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a gestão de Tarso Genro na educação, compete: planejar, orientar, coordenar, fomentar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a formulação e a implementação de políticas voltadas para a alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental, educação do campo e educação em áreas remanescentes de quilombos (BRASIL, 2004).

Em seus estudos, Lázaro (2013, p. 274), diz que “a partir de 2011, a Secad passou a chamar-se Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) quando os programas da educação inclusiva foram incorporados”.

“Em maio de 2011, via decreto, acrescentou-se o eixo “inclusão” à SECAD, introduzindo em seu leque de ações as atribuições antes alocadas na Secretaria de Educação Especial (SEESP). Assim, a SECAD torna-se SECADI” (BASILIO; DAHER, 2019, p. 15).

Em janeiro de 2019, por meio de decreto, foi extinta a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), principal responsável por articular o Sistema Nacional de Educação (SNE) e prestar assistência técnica e dar apoio aos estados e municípios no processo de monitoramento e avaliação dos planos decenais de educação e na implementação do Piso Salarial Nacional (BASILIO; DAHER, 2019).

De acordo com Basilio e Daher (2019, p. 04), “a SASE foi criada em 2011 a partir de uma demanda apontada durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010. Suas atribuições passaram então para a Secretaria de Educação Básica (SEB)”. Assim como a SASE, o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez extinguiu:

[...] a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O órgão era responsável pelos programas, ações e políticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos. Em seu lugar, foram criadas duas novas secretarias: a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação. Vale destacar que não foram divulgadas que ações, programas e políticas das secretarias anteriores continuarão em andamento.

Em linhas gerais, na SECADI, contava também com programas e ações de

“Educação Ambiental nos sistemas de ensino, com vistas a fortalecer a transversalidade do tema e seu impacto” (BRASIL, 2004, p. 17).

De acordo com o MEC, “A Educação Ambiental atua em todos os níveis de ensino formal mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental [...]” (BRASIL, 2007, p. 15).

“Em 2004, tem início um novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007. Em função das novas diretrizes e sintonizado com o ProNEA, o Programa 0052 é reformulado e passa a ser intitulado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis” (BRASIL, 2007, p. 15).

O Brasil, juntamente com outros países da América Latina e do Caribe, assumiu compromissos internacionais com a implementação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea) e do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea), que incluem os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação dos países (BRASIL, 2007, p. 15).

Assim, o Panacea teve como meta estabelecer uma construção regional permanente que promovesse a organização de políticas, visando o desenvolvimento de programas e projetos de EA. Além disso, promover o intercâmbio e o apoio mútuo entre os governos regionais envolvidos com o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

O interesse de realizar o presente estudo se baseia nas orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tem desempenhado importante papel em prol de elementos como, o desenvolvimento humano sustentável, a erradicação da pobreza, e a conservação do meio ambiente, empenhando-se na transformação de políticas e recomendações internacionais em metodologias práticas para uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2001, p. 69).

Uma das estratégias estabelecida pela UNESCO foi a promoção de conferências que debatem a temática, a exemplo a Conferência Mundial sobre Ciência², que de acordo com o referido órgão, o objetivo principal foi renovar e pactuar acordos dos Estados Membro envolvidos com a educação científica e as atividades relacionadas à

²Conferência Mundial sobre Ciência foi organizado pela UNESCO em cooperação com o Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), no ano de 1999 em Budapeste, Hungria, é considerado um marco importante na discussão sobre ações futuras e resultados sobre a temática para as décadas recentes.

pesquisa e desenvolvimento assim como definir estratégias onde a ciência corresponda melhor às necessidades e às aspirações da sociedade do século XXI. Dessa maneira, a presente pesquisa tem foco com o compromisso social que possibilite contribuições nas relações de convívio e harmonia com a natureza, bem como no desenvolvimento sustentável. A UNESCO destaca esse papel:

Todas as culturas são capazes de contribuir com conhecimento científico de valor universal. As ciências devem se colocar a serviço da humanidade como um todo, e contribuir para que todos tenham uma compreensão mais profunda da natureza e da sociedade, uma melhor qualidade de vida e um meio ambiente sustentável e sadio para as gerações presentes e futuras (BRASIL, 2003, p. 26).

Em sintonia com este pensamento, as ações da UNESCO no Brasil em relação às ciências e ao meio ambiente começaram prioritariamente pela área ambiental, isso é revelador sobre a importância desse setor para a própria sobrevivência da humanidade (BRASIL, 2001, p. 68).

Tais assertivas de âmbito mais geral sobre a área de conhecimento em Ciências e instituições empenhadas sobre a importância do ensino e de preservar o meio ambiente são corroboradas para delinear a proposta de pesquisa na temática sobre Educação Ambiental (AE).

Segundo os estudos de Dias (2010) a educação ambiental é a base da proteção do meio ambiente e, como tal, da preservação e melhoria das condições necessárias à existência dos seres vivos.

A consciência ambiental torna-se necessária para o entendimento das pessoas em relação à natureza e ao meio em que vivem. Esta consciência promulgar uma maior qualidade de vida, visto que busca criar uma nova mentalidade a respeito de como interagir com os recursos naturais disponíveis na natureza contribuindo com novas atitudes e comportamentos para o futuro, visando equilíbrio da ação antrópica no meio ambiente.

O livro intitulado “Juventude, Cidadania e Meio Ambiente Subsídios para a elaboração de políticas públicas”, retrata que a juventude é um terreno fértil para promover a educação ambiental pela sua abertura ao conhecimento e capacidade de compreender os saberes em diálogo com seus educadores, mas também pela facilidade para criticar, discutir e aprofundar as ações propostas e promover um diálogo profícuo tanto para educandos como para os educadores que tenham habilidades para estimular

essa discussão (BRASIL, 2006). A Juventude é percebida:

“Como sujeito social com potencial de transformar e de inovar, visualiza-se que quanto maior e mais consistente for seu envolvimento na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, maior a possibilidade de elas serem progressistas, inovadoras e mais sustentáveis” (BRASIL, 2006, p. 193).

Nesta perspectiva, os jovens com consciência ambiental são também importantes na disseminação do conhecimento adquirido conscientizando os adultos nos seus relacionamentos, uma vez que vivenciam no dia-a-dia, os problemas sócio ambientais em nível local e global e sabem que é preciso mudar o rumo, dar um novo sentido às coisas (BRASIL, 2006).

O empenho da juventude na defesa de suas ideias e ações que julguem benéficas à sociedade, buscando discussões de melhorias, em função do futuro da humanidade; transformando e difundindo adesões à causa ambiental. Tais assertivas são corroboradas, ao perceber-se o seguinte trecho:

Os jovens têm percebido que é preciso mais, é preciso pensar e agir local e globalmente, é preciso trabalhar internamente, rever as relações estabelecidas com os outros seres humanos e com os demais seres vivos do planeta, atuar em espaços políticos para transformar os rumos do que se chama de “desenvolvimento” e da sociedade como um todo. É preciso, enfim, não repetir a mesma trajetória, os mesmos passos, o mesmo caminho que a geração atual percorreu. Essa rota já está desgastada, é preciso redescobrir um novo caminho, para um novo destino. É preciso então, permitir que o espaço de criação de novas possibilidades e novas experiências seja exercitado até as suas últimas consequências, até porque, o caminho se faz ao caminhar, e não temos certeza qual será o novo destino, apenas sabemos que não queremos mais aquele antigo (BRASIL, 2006, p. 192).

Dessa forma, é fundamental a educação escolar, com foco na Educação Ambiental para a juventude, promovendo a conscientização e os valores que alicerçam a construção de um conhecimento crítico baseado na realidade que estamos inseridos, e permitindo aos jovens, atitudes concernentes com julgamentos próprios e um esclarecimento de ideias previamente debatidas, objetivadas nos interesses da sociedade.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho
pelo qual se pôs a caminhar.
(Paulo Freire)

A presente pesquisa foi desenvolvida na Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo do Vale (E.E.F PACV), localizada no município de Acarape, no Maciço de Baturité, no estado do Ceará, será o *lócus* de realização do estudo, tendo como objeto de investigação como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na E.E.F PACV.

Neste capítulo, apresento o percurso investigativo, procedimentos e instrumentos; e caracterização do município de Acarape e da escola, informações acerca do *lócus* e dos sujeitos pesquisas.

4.1 Percurso investigativo

O percurso investigativo do presente trabalho iniciou com a coleta, sistematização e análise dos dados disponíveis no catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (Capes).

Ao acessar o catálogo de dados da capes, disponibilizada *on line*, fez-se um levantamento das produções acadêmica a nível de mestrado e de doutorado produzidas no município de Acarape-CE. Essa pesquisa inicial, norteia a busca pelos trabalhos produzidos, a fim, de verificar se houve produções de EA que possam contribuir na construção da pesquisa proposta nesta pesquisa.

Os dados sistematizados estão dispostos de forma sistematizada contendo títulos, autoria e ano da produção acadêmica a nível de Mestrado (quadro 01) e Doutorado (quadro 02) sobre o município de Acarape-CE entre 1998 – 2018 (Apêndice). Com os trabalhos apresentado no quadro 01 e quadro 02, apresentados no apêndice, verifica-se que não tem produções acadêmicas referente a temática proposta nessa pesquisa.

No estudo realizado identificamos apenas dois (02) trabalho a nível de mestrado sobre Educação realizado no município de Acarape. A primeira, realizada no ano de

2014, intitulado *A gestão escolar e sua relação com o Ideb: estudo de caso em dois municípios do Maciço de Baturité/CE* de autoria de Claudia Cunha Melo Barros, o que valida ser sobre Educação, mas não tem relação com essa pesquisa.

E em 2018, encontramos a dissertação intitulada *A sustentabilidade e o Ensino de Ciências nos Anos Finais Do Ensino Fundamental: aproximação do Contexto de dois Municípios da Região do Maciço de Baturité/Ceará* de Virgínia Neta Lima Pereira, a pesquisa tem como um dos lócus a escola E.E.F PACV, porém a pesquisa é centralizada nos limites e possibilidades da abordagem pedagógica da temática sustentabilidade no ensino de ciências nos 9º anos e os sujeitos da investigação foram três professores licenciados em Matemática que exercem à docência.

A identificação dos trabalhos sobre o município de Acarape na temática sobre EA possibilitou mapear o ano em que cada produção está situada, por nível de pós-graduação, conforme sintetizado no Quadro 03 (Apêndice). Verifica-se nestes dados compilados que as produções referentes ao município de Acarape totalizam 36 (trinta e seis) produções, sendo 27 (vinte e seis) a nível de mestrado e 09 (nove) a nível de doutorado.

Consoante com os dados, só existe uma (01) pesquisa que tem relação com a EA, apesar da UNILAB situada com um dos seus Campus no município de Acarape (Campus dos Palmares). E na cidade vizinha em Redenção, o Campus das Auroras sede das dependências do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS), sendo o primeiro curso de Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado) aprovado da UNILAB. A proposta foi analisada durante a 149ª Reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), realizada no período de 09 a 13 de setembro de 2013, em Brasília.

O MASTS é um mestrado interdisciplinar e contempla várias áreas no quadro constatamos 02 (duas) produções de 2016, intituladas “*Utilização de fogões ecológicos como uma tecnologia sustentável: um estudo de caso na comunidade garapa e no município de Acarape – CE*” de autoria de Paula Andreia Rodrigues Bezerra; e “*Fatores bio-socioeconômicos e culturais associados à saúde bucal dos acadêmicos da Unilab*” de autoria de Cosmo Helder Ferreira da Silva. E 01 (uma) produção de 2018, intitulada *A sustentabilidade e o Ensino de Ciências nos Anos Finais Do Ensino Fundamental: aproximação do Contexto de dois Municípios da Região do Maciço de Baturité/Ceará* de Virgínia Neta Lima Pereira.

Diante desses dados, verifica-se que o município de Acarape dispõe de apenas

uma (01) produção acadêmica a nível de mestrado que tem relação com a Educação Ambiental na Educação Básica, tema proposto no presente estudo. Assim, torna-se essa pesquisa necessária para contribuir com a missão da UNILAB, com o debate da Educação Ambiental no contexto escolar no Maciço de Baturité, mais precisamente, com o município de Acarape – CE.

Ao ser identificado apenas uma (01) produção que tem relação com EA no município de Acarape, foi necessário realizar um levantamento sobre as produções em geral de EA no referido catálogo para identificar obras para contribuir com a fundamentação do trabalho proposto nesta pesquisa.

4.2 Procedimentos e Instrumentos

Esta pesquisa quanto ao gênero é empírico-analítico, quanto ao objetivo a pesquisa é exploratória-descritiva, em relação aos dados coletados tem abordagem qualitativa. Quanto ao procedimento técnico empregado na coleta dos dados classificou-se em pesquisas bibliográfica, documentos institucionais (documental), levantamento (pesquisa de campo) e estudo de caso, tendo como instrumentos de coleta de dados questionário e entrevistas para responder aos objetivos propostos.

As pesquisas de abordagem qualitativa e quantitativa estão intimamente relacionadas. Nessa perspectiva, ao realizar uma pesquisa pode-se utilizar dados quantitativos, porém, na análise dos dados, presente os valores, a visão de mundo do pesquisador e dos pesquisados, se configurando, a dimensão qualitativa. Assim, abordado por Gil (2008):

A análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Nestas, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa. E, ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador (GIL, 2008, p. 175).

No entanto, as pesquisas exploratórias exigem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. Segundo Gil (2008) “as

pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Dessa forma, uma pesquisa é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram/tem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para Godoy (1995) as expressões “pesquisa de campo” podem ser vistas como sinônimos de “pesquisa qualitativa”. Pesquisa de campo é um termo bastante comum entre antropólogos e sociólogos, que “passaram a utilizá-lo na tentativa de diferenciar os estudos conduzidos em “campo”, ou seja, no ambiente natural dos sujeitos, daqueles desenvolvidos em situações de laboratório ou ambientes controlados pelo investigador” (GODOY, 1995, p. 58).

Muitos pesquisadores de orientação qualitativa fazem seu trabalho de campo através de observação e entrevista, empregando muito do seu tempo no local da pesquisa, em contato direto com os sujeitos. Registram suas notas, analisam seus dados e escrevem os resultados obtidos, incluindo descrições de trechos de conversas e diálogos. Outros advogam uma abordagem mais empírica, apoiada em filmagens destinadas a captar atos e gestos das pessoas. Existem ainda aqueles que se utilizam de vários tipos de documentos escritos, de natureza pessoal e/ou oficial. Fotos coletadas ou tiradas pelo pesquisador também podem compor o conjunto dos dados (GODOY, 1995, p. 62).

Assim, a análise documental e análise bibliográfica também é um dos elementos constituintes da pesquisa. A análise documental segundo Cellard (2008) é o “[...] momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (CELLARD, 2008, p. 303).

A análise bibliográfica para Lima e Miotto (2007) [...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38,).

Para Gil (1991) a pesquisa é bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet. E a pesquisa documental é elaborada a partir

de materiais que não receberam tratamento analítico.

Ressalta-se a importância da análise bibliográfica e documental, por ser uma das principais teorias que norteiam o trabalho científico e possibilita ter acesso às fontes que o subsidiarão na fundamentação do estudo, é o que chamado levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica.

Para Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para as entrevistas foi elaborado um roteiro de 05 (cinco) perguntas, na qual os sujeitos foram convidados a participar das discussões sobre a EA. Com autorização dos participantes as falas foram gravadas. Muitos autores consideram a entrevista um instrumento por excelência da investigação social. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 195) “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Para Goode e Hatt (1969, p. 237), a entrevista "consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação".

A entrevista estabelecida neste estudo é de cunho padronizada ou Estruturada. “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 197).

Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano. O motivo da padronização é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas" (LODI, 1974, p. 16).

Dessa forma, “o pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas” (MARCODI; LAKATOS, 2003, p. 197).

Outro instrumento de coleta de dados utilizado será o questionário, que “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador [...]” (MARCODI, LAKATOS, 2003, p. 201).

Nos estudos das autoras Silva e Menezes (2000), descrevem algumas orientações de como deve ser respondido e elaborado o questionário. Assim, concebido:

É uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento. As perguntas do questionário podem ser: **abertas**: “Qual é a sua opinião?”; **fechadas**: duas escolhas: sim ou não; **de múltiplas escolhas**: fechadas com uma série de respostas possíveis (SILVA; MENEZES, 2000, p. 33 - 34).

A pesquisa ora proposta contempla a preocupação e compromisso, homem-ambiente vivendo em harmonia. O compromisso é sinalizado na obra de Boff (1999), em sua afirmativa sobre enfrentarmos uma crise civilizacional generalizada, sobre o alerta e precisão de contrato de convivência em que se adote uma relação menos prejudicial para com a terra, um pacto social entre os povos em que se priorize o respeito e a preservação de tudo que existe e vive.

A ideia central proposta na obra intitulada Saber Cuidar ética do humano – compaixão pela terra apresentada pelo autor, enfatiza que somente “(...) a partir dessa mutuação faz sentido pensarmos em alternativas que representem uma nova esperança” (BOFF, 1999, p. 18). Como defende Freire (1983), a educação é a ferramenta que possibilita as mudanças no homem e na sociedade.

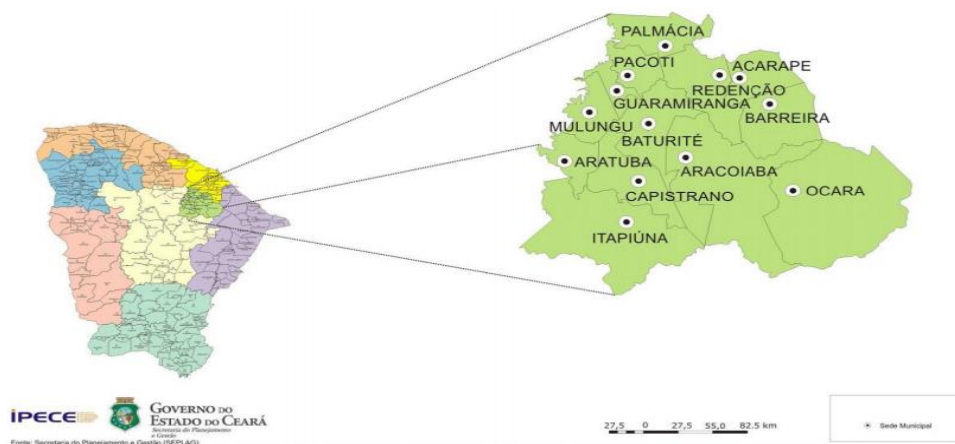
Pretende-se verificar como a Educação Ambiental vem sendo trabalhada na E.E.F PACV, se está contemplada nos conteúdos curriculares e nos documentos de gestão escolar. E por fim, coletar informações de docentes e gestores sobre o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola.

4.3 O Município de Acarape: Caracterização

A conceituação de regionalização do estado do Ceará é abordada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará (IPECE) que estabelece tal demarcação devido à necessidade de obter um planejamento mais eficaz e um maior aperfeiçoamento na aplicação dos recursos destinados aos territórios elaborou-se essa nova regionalização para o estado do Ceará, dentre as quais inclui o Maciço de Baturité composto por 13 municípios (IPECE, 2009). O mapa de acordo a figura 01 mostra os municípios da

regionalização do Maciço de Baturité.

Figura 03: Mapa de Identificação do Território Maciço do Baturité

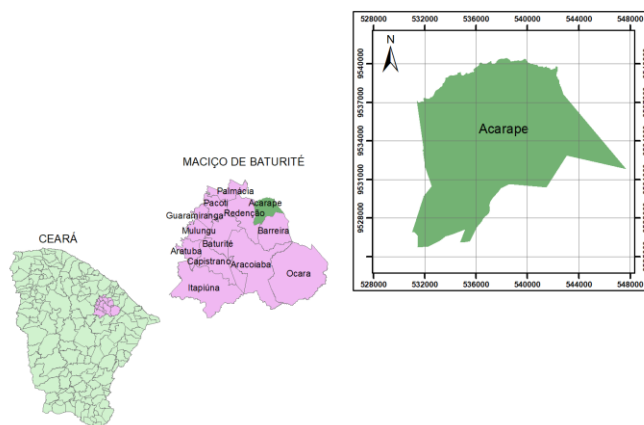


Fonte: IPECE, 2009.

A pesquisa ocorre no município de Acarape que está localizado cerca de 60 km, da capital Fortaleza, fazendo parte da Região do Maciço de Baturité, antes da emancipação de Acarape, ocorrida em 1987, se constituía em Distrito de Redenção, tendo como consequência, sua história se confundir com a história daquele município. A região, que era habitada pelos índios Tapuias e Baturité, era conhecida por Vila dos Índios por ter recebido também os índios expulsos da região de Jaguaribe. A ocupação do Vale do Acarape, ocorre como em outros setores do estado do Ceará, seguindo os cursos dos rios principais, no caso, o rio Pacoti (IBGE, 2010).

O topônimo Acarape vem do tupi *acarás* (tipo de peixe), *pés* (pé/caminho) e significa: caminho dos acarás, canal dos peixes, ou predominantemente traduzido popularmente para caminho das garças (MATA, 2011). A figura 02 apresenta o mapa do município de Acarape - Ceará.

Figura 04: Mapa do município de Acarape



Fonte: IPECE (2016), IBEGE (2010).

Atualmente o setor econômico de Acarape registra maior porcentagem de habitantes empregados nas áreas do setor agropecuário (21,18%), na indústria de transformação (24,84%), no comércio (6,70%) e no setor de serviços (32,46%). Sua população é de 15.338 habitantes, sendo 7.982 na zona urbana e 7.356 na zona rural (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010).

4.4 A Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo do Vale (E.E.F PACV): Caracterização do objeto de estudo

A escola Padre Antônio Crisóstomo do Vale, foi inaugurada no dia 31 de janeiro de 1970 com missa campal, presidida pelo próprio vigário, Padre Antônio Crisóstomo do Vale. O surgimento da escola apenas foi possível devido após instinta do mesmo espaço a fábrica de mosaico e carpintaria, sendo herdado desde período o piso da escola em mosaico (PPP, 2019). A figura 03 apresenta a visão frontal da escola.

Figura 05: Visão frontal da E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale – Acarape/CE



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No início à instituição de ensino atendia ao público do Ensino Fundamenta I (1º ao 5º ano), porém atualmente atende apenas ao Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Localizada na sede do município, a escola é a de maior porte da rede municipal e acolhe estudantes oriundos da sede e localidades, apresentando o quantitativo de matrículas no

ano de 2019 correspondente a 535 (quinhentos e trinta e cinco), divididos em dois turnos – manhã e tarde (PPP, 2019).

Hoje, a escola conta com 20 turmas, a saber: 06 (seis) turmas de 6º ano; 05 (cinco) turmas de 7º ano; 04 (quatro) turmas de 8º ano; 03 (três) turma de 9º ano e 02 (dois) turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dividida em segmento I contemplando o 6º e 7º ano e segmento II, 8º e 9º ano. E ainda, a escola atende estudantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A equipe administrativa da escola contempla 01 (um) Diretor Escolar, 01 (uma) Coordenadora Pedagógica, 01 (uma) auxiliares de direção/coordenação e 01 (um) Secretário Escolar. A escola tem 05 (cinco) auxiliares de serviços gerais, 02 (dois) vigilantes noturnos e 02 (dois) porteiros. A escola conta com 26 (vinte e seis) professores, sendo 70%, aproximadamente, vinculados temporariamente ao quadro de professores do município através de contratos.

Em relação ao seu contexto histórico, localização e por ser de maior porte no município - acolhendo o maior número de estudantes, a escola é considerada como matriz pela Secretaria Municipal de Educação (SME), uma vez que a instituição de ensino é a que mais colabora com os resultados das provas externas (PPP, 2019).

Em termos de estrutura física, a E.E.F PACV conta com 12 (doze) salas de aula, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) uma biblioteca, 01 (uma) sala de Mediação de Conflitos, 01 (uma) sala do Núcleo Gestor, 01 (uma) sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 01 (uma) sala para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFECE) de Baturité e para o Programa de Residência Pedagógica da UNILAB, 01 (um) pátio, 01 (um) banheiros masculino e 01 (um) feminino, 01 (um) banheiro para professores, 01 (um) banheiro para direção/professores, 01 (um) depósito de merenda escolar e 01 (uma) cozinha (PPP, 2019).

No capítulo que segue, apresentaremos os resultados do questionário realizado com todos os professores e a entrevista realizada com um professor de cada área da E.E.F PACV/Acarape-CE.

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APROXIMAÇÕES E CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES

“No caminho do saber ao saber fazer é imprescindível que não esqueçamos a importância do ser e a grande via da aprendizagem que é a vida, a prática, a reflexão, a experiência”.
(ALARCÃO, 2003)

Neste capítulo, será analisado o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale (E.E.F PACV), principalmente, os projetos, as atividades/ações de Educação Ambiental; os relatórios de projetos sobre a Educação Ambiental e como a escola vem participando também das conferências sobre o Meio Ambiente.

Ainda, apresentaremos a aplicação de um questionário de pesquisa com todos os professores da E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale com a finalidade de diagnosticar, investigar e colher informações sobre as práticas de EA na escola. Os resultados foram sistematizados e estão apresentados em gráficos.

As referências adotadas, surgiram das análises de documento de gestão e relatórios de projetos de EA na escola, além disso, com a análise dos dados coletados com os/as sujeitos/as da pesquisa mediante a aplicação de questionários e entrevistas.

5.1 Educação Ambiental e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale

A Educação Ambiental contemplada no trabalho educacional desenvolvido na escola, se caracteriza como uma forma de conscientizar e de preparar gerações para interferir na sociedade de maneira atuante e críticos, então, é fundamental ações ambientais que promovam uma vida em um mundo ecologicamente equilibrado, fazendo parte de maneira permanente no Projeto Político-Pedagógico (PPP). A E.E.F PACV, apresenta no PPP a sua identidade e tem como missão:

[...] oferecer um ensino por excelência, com qualidade, formando cidadãos conscientes, garantindo sua participação como autor da sua própria história e interagindo na mudança da sociedade revendo práticas pedagógicas que levem e proficiência dos alunos nas

avaliações em larga escala desenvolvendo habilidade e competência com foco na formação cidadã (PPP, 2016 – 2020, p. 75).

Neste cenário, a escola tem um papel fundamental na forma de sujeitos conscientes capazes de interagir na mudança da sociedade, ou seja, são responsáveis na construção de uma sociedade sustentável “que produz o suficiente para si e para os demais seres do sistema da vida e leva em consideração as gerações futuras, que também têm o direito de viver sustentavelmente” (BOFF, 2006, p.99), assim, se propõe a desenvolver também a Educação Ambiental.

Desde 2016, a escola implementou o 5º tempo de aula, dessa forma, o currículo passou a ser contemplado com mais duas disciplinas, a saber: Matemática II e Produção textual. Sendo a única escola do Maciço de Baturité com esse diferencial, isso graças ao compromisso e responsabilidade do Gestor maior com a Educação do município de Acarape (PPP, 2016 – 2020).

A E.E.F PACV, desenvolve “práticas de leitura, atividades esportivas e de desenvolvimento artístico e cultural” (PPP, 2016-2020, p. 73). A escola tem parceria com o Instituto Federal do Ceará (IFCE) de Baturité e a UNILAB. Em 2018 e 2019, a escola desenvolve alguns projetos, a saber: a) Vidas verdes da Unidade de Produção de Mudas auroras (UPMA/UNILAB); b) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/IFCE); c) Residência Pedagógica (UNILAB); d) Adote um Aluno; Mediação de Conflitos (UNILAB); e) Nas trilhas da Literatura; f) Alunos destaques do Bimestre; g) 10 Melhores alunos da escola; h) Ludicidade e Tabuleiros na Matemática; i) I Circuito de Matemática e Língua Portuguesa: Desbravando o SPAECE; j) Encenando o Livro Didático da História e k) Água que te quero vida: Quem ama cuida, e nossa comunidade protege vidas e novas gerações. (PPP, 2016-2020).

Logo, a escola contempla 02 (dois) projetos relacionados com a EA. De acordo com o PPP, a escola concebe um tipo de escola para formação baseada em “intensificar a parceria da família e comunidade escolar, comprometida com a formação integral de todos os alunos, centrada nos valores éticos, sociais e ambientais com boa estrutura física, interativa e prazerosa” (PPP, 2016-2020, p. 74).

Assim, a ética do homem para com a sociedade pode ser encontrar na E.E.F PACV, na Lei de Política Nacional de Meio Ambiente e na Constituição Federal de 1988 com instrumentos para concretização do Direito Ambiental. A ética e o Direito estão intrinsecamente ligados na preservação do meio ambiente, a ética sugere boas práticas ambientais conscientizando a população em uma relação consciente do homem

com o meio ambiente, ou seja, uma relação ética entre o homem e a natureza (TEIXEIRA, 2013).

Na E.E.F PACV, o que se pretende da Educação Ambiental é uma prática constante e permanente de ensino-aprendizagem, com uma visão global e crítica que ocorra além das atividades pedagógicas, logo, existem grandes desafios para oficializar a EA nas práticas pedagógicas, pois é necessário formação continuada dos professores para que estes também se sensibilizem e não ocorra a abordagem da EA de maneira esporádica e isolada.

5.2 Relatório de Projetos sobre Educação Ambiental na E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale

5.2.1 Água que te quero vida: Quem ama cuida, e nossa comunidade protege vidas e novas gerações

O rio Pacoti³ durante décadas foi a principal fonte de abastecimento da população, em que se retirava o suficiente para seu consumo, utilizado para irrigação das plantações e para o lazer. Em anos recentes, próximo às margens do Rio Pacoti ocorreram construções desordenadas de casas, além disso, o rio abriga grande volume de detritos, principalmente, de origem orgânica oriunda de esgotos domésticos. Hoje, devido ao desmatamento em seus mananciais, existe a possibilidade de escassez definitiva da nascente.

Com essa problemática ambiental local, nasce o projeto escolar “Água que te quero vida: Quem ama cuida, e nossa comunidade protege vidas e novas gerações”, numa visão de trabalho coletivo, partindo da realidade local e de mudança social.

A E.E.F PACV teve uma estudante (9º ano) delegada para defender as ações do projeto na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (V CNIJMA). O projeto foi muito bem avaliado em todas as etapas: Escolar, Municipal em Acarape, Regional do Maciço de Baturité, na Estadual do Ceará e assim integrou a Delegação

³ O Maciço de Baturité é uma região composta pelos municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. O Rio Pacoti nasce na Serra de Baturité, município de Guaramiranga, localidade de Pernambuco. Desce pelo Sítio do Boqueirão, município de Redenção, onde recebe as águas do riacho Cana Brava e a partir deste ponto também é conhecido como Rio Acarape. Seu curso total chega aos 150 km de extensão, banhando vários municípios do interior cearense, entre eles: Acarape, Guaiuba, Pacajus, Horizonte e Itaitinga.

Estadual que participou da etapa Nacional. A estudante responsável pelo projeto, eleita delegada, foi apresentar/socializar as ações do projeto em Sumaré - São Paulo (SILVA, 2018).

De acordo com Silva (2018), a sensibilização, o contato com o meio ambiente e as águas, através da Educação Ambiental foram primordiais para que as aulas e diferentes disciplinas pudessem ser otimizadas com uma visão mais abrangente - interdisciplinar e transdisciplinar, ou seja, integradas e realizada dentro e fora da escola, ações que ultrapassassem os limites da instituição. Assim, o Município de Acarape:

[...] inspirado pelo 8º Fórum Mundial da Água realizado no Brasil afirma seu compromisso educacional enfatizando a importância do tema mundial em seu tema municipal do calendário letivo, pactuando com suas escolas a inserção das temáticas relacionadas durante todo ano letivo, bem como garantindo a ocorrência de Conferências nas escolas integradas no âmbito da V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – “Vamos cuidar do Brasil cuidando das águas” entre os dias 12 a 22 de março do corrente ano (SILVA, 2018, p. 2).

As ações propostas no projeto inicial, apresentaram resultados satisfatórios a exemplo de questões ambientais colocadas no cenário de discussões e sensibilizações de estudantes, pais, e funcionários da escola, responsáveis por estimular diálogos e práticas, acompanhadas pelo exemplo, para proteção e preservação do Meio Ambiente, bem como resgatou historicamente a importância do Rio Pacoti e a necessidade de revitalizar o rio, sua fauna e vegetação característica (SILVA, 2018). Além desses resultados, o principal resultado foi:

[...] a articulação de parcerias em especial com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) onde um projeto vinculado com o Curso de Agronomia da Universidade denominado Vidas Verdes e integrado a Unidade de Produção de Mudas Auroras (UPMA) começa a ser criado com o objetivo de dar continuidade ao projeto inicial da V Conferência e que de forma gradativa e permanente estará empenhado em fomentar a importância da Educação Ambiental através de aulas de campos, estudos de sementes, plantações de mudas de espécies nativas da região, rodas de conversas, palestras, resgate de corredores ecológicos do Rio Pacoti, e revitalização da vegetação em torno do Rio (SILVA, 2018, p. 2).

Sendo assim, a escola estabeleceu uma parceria com a UNILAB para continuação do projeto e oficializar a Educação Ambiental no currículo escolar com ações contínuas e permanente. “Foram executadas a maioria das ações previstas e também ações que foram sendo solicitadas a partir da experiência da Etapa Nacional da V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – 2018 - “Vamos cuidar do Brasil cuidando das águas” (SILVA, 2018, p. 2). Ações previstas no projeto inicial:

Ação 01: Aulas interdisciplinares com a inserção dos temas transversais em especial sobre o meio Ambiente e os cuidados e preservação da água, em todas as disciplinas da escola PACV com duração referente a todo o ano letivo;

Ação 02: Adesão da escola PACV aos Projetos implementados pela Rede Municipal de Educação do município;

Ação 03: Criação, implementação e divulgação do Projeto interno da escola “Água que te quero vida: Quem ama cuida, e nossa comunidade protege vidas e novas gerações” para toda a comunidade escolar e comunidade entorno;

Ação 04: Oficinas de Conferência realizadas entre 12 a 22 de março de 2018, consiste em momentos preparatório, a partir do embasamento teórico das aulas ministradas que forem inseridos os temas meio ambiente e água, bem como realizar estudo do tema da Conferência para construir conhecimento, buscando subsídio em variadas fontes, com resultados de produtos e culminância do momento preparatório no sábado letivo previsto para 24 de março do corrente ano. Momento propício para mobilizar professores, formar instrutores e aprofundamento dos conteúdos temáticos, divulgação do projeto, convidar a comunidade, a SME, STDS, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a Secretaria de Saúde do Município, Doutores e graduandos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e coletivamente definir os detalhes da Conferência na Escola, propiciando um planejamento cuidadoso do processo de conferência e seu cronograma.

Ação 05: Produção diagnóstica socioambiental da escola, visando reunir dados e informações para conhecer e compreender a realidade local de suas práticas e norteamto sobre o tema;

Ação 06: Culminância das oficinas (24 de março de 2018) através da apresentação dos produtos e divulgação para a Comunidade sobre o Projeto Oficinas e convite para a realização da V CNIJMA – Etapa Conferência na Escola PACV socializar e qualificar o projeto elaborado;

Ação 07: Constituição da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - COM-Vida para acompanhar a educação ambiental e realização da Conferência;

Ação 08: Elaboração de forma participativa, durante todo o cronograma de preparação para a V CNIJMA, o projeto de ação da escola relacionado ao tema, a partir do diagnóstico e questões prioritizadas, destacando as ações prioritárias para resolver problemas de curto, médio e longo prazo;

Ação 09: Realização da etapa Conferência na Escola dia 28 de março de 2018 constituinte da V CNIJMA para socializar e qualificar o

projeto elaborado, divulgando em todos os espaços educativos e do município;

Ação 10: Eleição dos/as estudantes delegados/as e respectivo suplente para representar a escola PACV nas etapas subsequentes, observando os critérios definidos pela organização da V CNIJMA;

Ação 11: Confecção de cartazes, panfletos e do Memorial de Registros das ações, etapas e imagens da participação da escola PACV nas etapas da V CNIJMA;

Ação 12: Registro das etapas no site da Conferência (conferenciainfanto.mec.gov.br), obedecendo os prazos e, anexando imagens da realização do processo.

Ação 13: Aulas de Campo, in loco, no percurso do rio na Cidade com observações, relatos e discussão referente a fauna, flora e impactos ambientais.

Ação 14: Panfletagem e rodas de conversas conscientizadoras com a comunidade ressaltando a importância da preservação.

Ação 15: Diálogo com representações e lideranças de outros municípios socialização da experiência do Projeto.

Ação 16: Conceber um Fórum de discussões de âmbito Regional para discutir a importância do rio e preservação ambiental direcionado para a criação de uma rede de cooperação entre os municípios, pactuando adesão e promoção de ações para tais objetivos (SILVA, 2018, p. 5).

Dessas ações, não foi possível realizar as ações 15 e 16 que tratava de dialogar com representações e lideranças de outros municípios a socialização da experiência do Projeto e Conceber um Fórum de discussões de âmbito Regional para discutir a importância do Rio e preservação ambiental. Ações solicitada na etapa Nacional, a saber:

Ação 17: Criação de uma Página no Facebook para socialização do projeto e atualização dos Conteúdos;

Ação 18: Formação de um Clã responsáveis para execução das Tarefas;

Ação 19: Entrevista com uma pessoa mais experiente que conte detalhes da relação homem e natureza (Importância do rio Pacoti) Memórias do Município de Acarape;

Ação 20: Participação em Aulas de Campos de diferentes turmas, rodas de conversas e palestras (SILVA, 2018, p. 6).

Com estas ações, especificamente, ao entrevistar um morador mais antigo de Acarape, este realizou um relato de memórias sobre o Município e a relação com o Rio Pacoti, assim como a criação do Projeto Vidas Verdes que tratarei a diante e as parcerias que se tornarão permanente na escola. Nesta visão, a escola caminha para que se possa ter uma EA oficializada no currículo, nas práticas pedagógicas, nas ações permanentes na área verde da escola e na comunidade.

5.2.2 *Vidas verdes em parceria com a Unidade de Produção de Mudanças auroras (UPMA/UNILAB)*

Como a participação da escola na V CNIJMA, que se configura com um marco na histórico da E.E.F PACV e do município de Acarape, ao terem a participação de uma estudante de 9º ano que se manteve em todas etapas da Conferência, assim, impactou com o interesse de trabalhar EA na escola em um processo de ensino-aprendizagem permanente e constante no ensino.

O principal resultado foi a parceria com Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em diálogos pós-Conferência, surge um projeto permanente, intitulado “Vidas Verdes”, articulado com o curso de Agronomia e integrado a Unidade de Produção de Mudanças Auroras (UPMA) para dar continuidade ao projeto inicial com ações de Educação Ambiental.

Em novembro de 2018 a agosto de 2019, tem intensificado ações no chão da escola, a saber:

Figura 06: Visita dos alunos a Unidade de Produção Mudanças Auroras (UPMA) na UNILAB



Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Essa parceria, entre Escola e Universidade, teve início com a visita dos alunos na UPMA com objetivo de oficializar no currículo escola ações de EA de forma constante

e permanente, pois sabemos que ações interdisciplinares/transdisciplinar como as referentes a EA, geralmente, são trabalhadas em momentos pontuais e/ou em datas comemorativas e/ou projetos de curta duração.

A visita oportunizou vivências sobre mudas nativas da região, compostagem, danos ambientais, sementes, reuso de água, gestão de resíduos. E assim, estabeleceu uma parceria entre Escola e Universidade para fortalecer e tornar constante e permanente ações de Educação Ambiental no chão da E.E.F PACV.

Figura 07: Apresentação/Conscientização com a equipe da Escola



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Apresentação do projeto para toda a equipe de professores da escola com a participação do Professor e estudante de Agronomia da UNILAB. Em seguida, a área de Ciências e Matemática em planejamento de conteúdos integrados no exercício de identificar pontos em comum no conteúdo programático que dialogassem com o projeto no esforço da interdisciplinaridade no trabalho docente.

Imagem 08: Abertura oficial do Projeto e conscientização dos estudantes



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com a seguinte regra comum: “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver” (BRASIL, 1996).

Para cumprir com os 200 (duzentos) dias letivos, a escola tem alguns sábados letivos. Dessa forma, convidamos nossos/as parceiros/as da UNILAB para realizarem a abertura oficial do projeto com os nossos estudantes. O momento foi de conscientização e motivação para a participação efetiva dos/as nossos/as alunos/as nas ações permanente de EA com o projeto Vida Verdes, visando os cuidados que devemos ter com o Meio Ambiente.

Imagem 09: Limpeza e Reaproveitamento de espaços ociosos da Escola para compostagem



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Outra ação, foi a limpeza de locais ociosos da escola para o aproveitamento desses espaços para a construção da compostagem orgânica. Esse momento, contou com o apoio do Núcleo Gestor, Prefeitura Municipal de Acarape, Secretarias de Municipal de Educação e Infraestrutura e Meio Ambiente.

Imagem 10: Socialização do projeto para professores da Rede Municipal e escolas



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Uma vez em cada mês, ocorre formações na Secretaria Municipal de Educação (SME) para todos os professores de Matemática e de Ciências da rede municipal de Acarape. Na oportunidade, a equipe apresentou o projeto para conscientização e estimular práticas pedagógicas de EA nas escolas, além de divulgar e compartilhar ações de Educação Ambiental já desenvolvidas na E.E.F PACV através do Vidas Verdes.

Imagem 11: O filme Wall-e debate crítico com os alunos



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Em um Sábado Letivo, apresentamos aos nossos/as alunos/as o filme Wall-e,

sendo extremamente criativo e cativante, ao mesmo tempo em que mostra o romantismo entre os dois robôs, fornece diversos pontos educativos. No final do filme os alunos tiveram voz em debate crítico-reflexivo sobre os conteúdos do filme, dentre eles:

- a) a responsabilidade que cada um deveria ter em relação aos resíduos que produz;
- b) refletir, a partir do filme, qual a atitude mais coerente: um consumo mais responsável, ou permanecer no mesmo ritmo de consumo, encaminhando o lixo para reciclagem;
- c) quão real o filme pode ser em relação ao futuro da Terra e da humanidade;
- d) os problemas do sedentarismo; até que ponto as inovações tecnológicas podem ser vantajosas, e a partir de que ponto se torna um malefício;
- e) o problema da “preguiça de pensar e Como impedir que algo parecido aconteça com o nosso planeta (ARAGUAIA, 2019).

O filme tem um conteúdo muito rico para diversas atividades relacionadas ao ambiente escolar, que podem ser conduzidas pelos mais diferentes educadores, fazendo a alerta quanto à responsabilidade de cada um com nosso Meio Ambiente, e quanto ao que pode ser feito, buscando ações concretas e coerentes sobre a preservação ambiental (ARAGUAIA, 2019).

Imagem 12: Palestra: Educação Ambiental e o compromisso com o Planeta Terra



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Levando o projeto para a comunidade, ultrapassando os muros da escola, no

intuito de sensibilizar e conscientizar sobre o nosso compromisso com o planeta Terra, com ações e atitudes para garantir um Meio Ambiente sustentável para atuais e futuras gerações. Na ocasião, foi distribuída para os participantes mudas nativas da região.

Imagem 13: Plantação de mudas nativas da região e palestras sobre os cuidados com vidas verdes na escola.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Na semana do Meio Ambiente, a escola recebeu os parceiros da UNILAB para Orientações e o envolvimento dos educandos com o projeto, com a participação do Diretor Escolar.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Na ocasião, dedicamos alguns minutos para a retirada/limpeza de/o lixo do local

da plantação de muda nativas. Foi retirado todo lixo que se encontrava no local e determinado pelo grupo que a concentração de lixo para ser coletado pela prefeitura, será do lado de fora da área verde da unidade escolar.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Neste momento, os/as alunos/as participaram da plantação das mudas nativas da nossa região. Dentre as espécies temos: Pajeú, Timbaúba, Xixá, Jacarandá, Cedro e Pitanga. Os/as alunos/as tiveram momento de escolha de nomes para as árvores e firmaram o compromisso de cuidar.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Nesta ação, foram plantadas 15 (quinze) espécies de mudas na área verde da escola. Assim, o grupo iniciou a arborização de uma parte do espaço escolar que antes

não continha vidas verdes, mas apenas resíduos sólidos⁴.

A direção escolar, atua nos projetos/ações ambientais e recentemente, construiu um abrigo para colocar os resíduos sólidos, aos poucos, será colocado só o lixo não reciclado - o lixo dos banheiros. Os demais resíduos sólidos, serão vendidos para empresas de reciclagem. A reciclagem é uma solução para os problemas de maior impacto para o Meio Ambiente causados pelo lixo. Assim, a escola estará colaborando na redução de impactos ambientais, além de trabalhar a conscientização de todos que fazem parte da instituição de ensino e a reciclagem, inclusive, aproveitando o material para gerar renda à escola.

Imagem 14: Reaproveitamento da água dos ar-condicionados para irrigação das mudas



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Na E.E.F PACV, atualmente, tem 12 (doze) salas de aula, destas, 10 (dez) tem ar-condicionado, sendo que a maioria tem dois ar-condicionado em cada sala. Dessa forma, a escola passa o dia em funcionamento - manhã e tarde, assim, 18 (dezoito) turmas utilizam ar-condicionado. Sendo que a escola tem outras salas da administração com ar-condicionado, a saber: sala da direção, salas dos professores, salas da secretária e sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O ar-condicionado pode ser prejudicial ao meio ambiente e gastar muita energia, mas considera sua importância em uma região com a falta de energia limpa, eólica, renovável e quanto as altas temperaturas afetam negativamente o processo de ensino-

⁴ Os resíduos sólidos, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos da Lei 12.305/2010, são definidos como sendo todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade (BRASIL, 2010)

aprendizagem. Dessa forma, consideramos a climatização em sala de aula, uma necessidade básica para melhorar o desempenho escolar.

Assim, o aparelho retira a umidade do ar e ao passar pela serpentina (existem dois tipos de serpentinas: uma na parte de dentro - evaporadora e outra na parte de fora do aparelho - condensadora), a umidade é condensada e transformada em água. E a água pode ter vários usos, inclusive, para regar as plantas.

Sendo assim, iniciamos o reaproveitamento da água de alguns aparelhos na irrigação das mudas, posteriormente, a equipe reaproveitará a água de todos e a do bebedouro na horta. Assim, é uma forma de economizar na conta de água e compensar os gastos com energia elétrica causados pelos aparelhos de ar-condicionado.

Imagem 15: Colaboração no Grupo de Trabalho Juventude(s) e Meio Ambiente na II Conferência Municipal de Juventude de Aracoiaba-CE.



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A II conferência Municipal de Juventude de Aracoiaba, foi um dia dedicado a refletir e atualizar demandas de Políticas Públicas a partir do protagonismo da juventude do município. No evento, os participantes foram divididos em grupos temáticos, assim o projeto Vidas Verdes da E.E.F PACV, contribuiu com o Grupo de Trabalho (GT) Juventude(s) e o compromisso com o Meio Ambiente.

O GT de Meio Ambiente, apresentou para a juventude as ações de preservação

do Meio Ambiente a nível municipal e debateu as demandas referentes as Políticas Ambientais na realidade local. As discussões no GT, gerou cartazes com as demandas do município e as possíveis soluções, e assim, apresentadas para todos os participantes em plenária final.

Imagem 16: Utilização de Resíduos Orgânicos da cantina escolar para usar em adubo líquido natural



Fonte: dados da pesquisa, 2019.

A E.E.F PACV recebe do município frutas e hortaliças da agricultura familiar. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, evidencia:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos

atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (BRASIL, 2016, p. 4).

Assim, a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial no que tange:

Ao emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e ao apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos em âmbito local e pela agricultura familiar (BRASIL, 2016, p. 4).

Dessa forma, a alimentação escolar com a agricultura familiar tem promove uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis produzidos diretamente pela agricultura familiar local, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da E.E.F PACV. Ainda, a alimentação escolar agrega os produtos da sociobiodiversidade ao valorizar a produção regional, resgatando hábitos e culturas alimentares, fortalecendo as comunidades tradicionais, e diversificando a alimentação nas escolas, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2016).

O projeto Vida Verdes, aproveita as cascas de frutas, como as de banana que vem em grande quantidade para fazer adubo orgânico, juntamente, com a borra de café da escola. Assim, colabora para diminuição do crescente número de resíduos orgânico que vão para lixões ou mesmo jogados na rua, entupindo bueiros, trazendo insetos e doenças.

O projeto visa outras ações, dentre elas: realizar o jardim sensorial (estimular todos os cinco sentidos: visão, tato, olfato, audição e gustação) com plantas medicinais como recurso didático, fazer uma horta para contribuir com a merenda escolar, implantar a reciclagem dos lixos produzido na escola e realizar o empreendedorismo sustentável.

Assim, ao fazer parte desse projeto, a experiência é desafiadora, pois ações interdisciplinar/transdisciplinar que oficialize a EA no currículo escolar requer um olhar diferenciado, mas como educadora, emerge numa necessidade de contribuir com as novas gerações estudantis formadas no chão da escola. O papel do professor é observar as demandas, contribuir, orientar e executar com os educandos as ações, assim, a EA interage com o sistema educativo escolar.

O projeto obteve parcela significativa na inserção da EA, me senti transformada como profissional da Educação que pesquisa essas questões, constituiu assim, como um diferencial na experiência do cotidiano escolar por dialogar com a realidade e necessidade de hábitos melhores em relação ao Meio Ambiente.

5.3 As práticas docentes na Educação Ambiental

5.3.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

Foi aplicado questionários para 26 professores de todas as disciplinas, incluindo Diretor e a Coordenadora Pedagógica da escola, onde constavam 10 perguntas sobre a EA, sendo todas objetivas, conforme constante no apêndice da presente pesquisa. As informações obtidas foram organizadas em gráficos e analisadas a seguir.

Os dados de identificação dos sujeitos que responderam os questionários incluem tempo e regime de trabalho, sexo, faixa etária, curso de graduação completo ou incompleto, Pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

Dos 26 professores, 37% contabilizam 1 ano de atuação na instituição de ensino pesquisada, 46% professores/as atuam nesta instituição entre 1 a 5 anos, 4% dos professores atuam entre 6 a 10 anos e 23% professores com mais de 10 anos atuando na E.E.F. PACV.

Referente à faixa etária, 46% dos respondentes estão na faixa entre 20 e 30 anos, 19% estão na faixa de 31 a 40 anos, 19% estão na faixa de 41 a 50 anos e 16% estão acima de 50 anos. Sobre o quantitativo referente ao sexo dos professores, 58% são do sexo feminino e 42% do sexo masculino, isso mostra que o sexo feminino continua prevalecendo nas redes de ensino, corroborando a história do magistério de luta pela conquista de espaço na sociedade, abordado pela autora Almeida:

O trabalho mostra fundamentalmente a ocorrência da feminização do magistério, desde os seus primórdios, processo ainda vigente nos dias atuais. Apesar de a profissão docente surgir marcada por estereótipos de maternidade, ela representou o primeiro passo dado pelas mulheres, naqueles tempos, para obterem alguma instrução e conseguirem o ingresso no campo profissional (ALMEIDA, 1998, p. 11-12).

Assim, ao analisar a lotação dos docentes em estudo identificamos que 27% dos

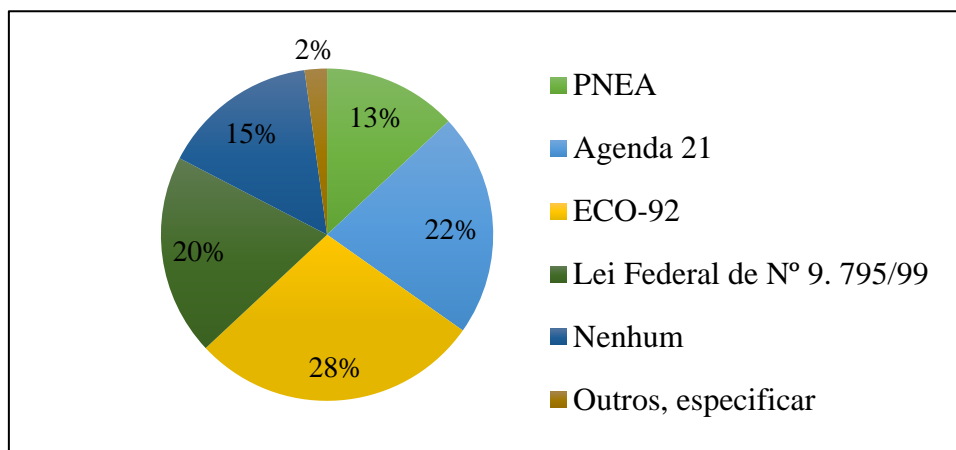
professores são efetivos e 73% são profissionais contratados temporariamente. O que pode revelar um sério problema, pois a maioria dos professores estão na escola por tempo determinado, o que pode inviabilizar ações e projetos em EA de forma contínua.

Apesar disso, 85% dos educadores possuem graduação completa e 15% em formação inicial. Este dado é importante, pois revela que a maioria dos docentes possuem formação o que pode potencializar atuação na EA. É importante destacar que dentre os/as professores/as formados 42% concluíram o curso de especialização e 4% o curso de mestrado.

5.3.2 As concepções dos professores sobre a Educação Ambiental

Ao indagar os participantes da pesquisa, sobre os documentos oficiais da política de Educação Ambiental, estes revelam que 28% tiveram conhecimento sobre a ECO-92, 22% conhecem a Agenda 21⁵, que foi um dos principais resultados da conferência da ECO-92 e 20% conhecem a Lei Federal de Nº 9.795/99 que dispões sobre a educação ambiental, conforme gráfico 01.

Gráfico 01: Conhecimento dos professores sobre os documentos oficiais da política de Educação Ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

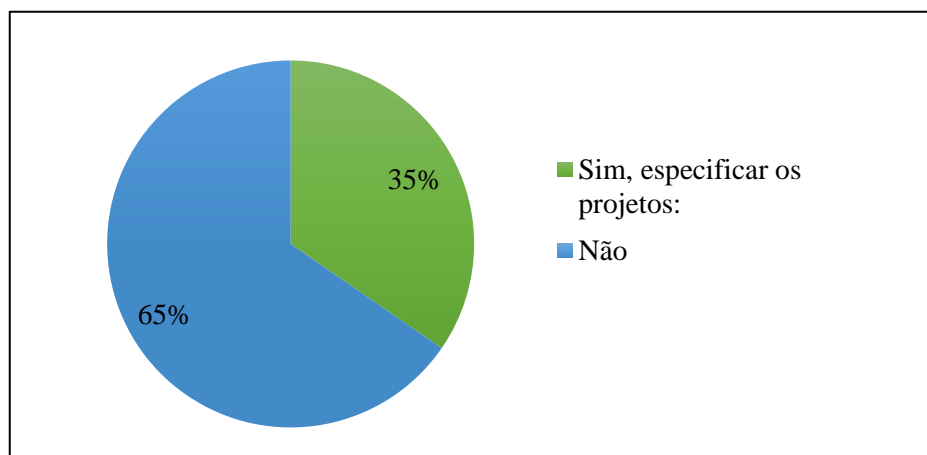
A análise referente aos 15% dos respondentes que não conhecem nenhum documento de EA é um fato que pode ser atribuído por não terem estudado a fundo essas políticas e Leis e/ou não trabalharem em sua sala de aula por falta de formação continuada desenvolvida na escola durante o planejamento.

⁵ A agenda 21 é um documento em que os países refletem, global e localmente, sobre os problemas socioambientais.

O/A professor/a que disse conhecer outros (representa uma porcentagem de 2%), especificou citando “projeto do município voltado para o meio ambiente”, não sendo considerado um documento oficial e apenas projetos de EA no município.

A maioria dos/as professores/as, representados por 65%, não desenvolveram projetos de EA, em contraponto, 35% desenvolveram projetos sobre a temática, como pode ser evidenciado no gráfico 02.

Gráfico 02: Sobre desenvolvimento de projetos voltados para Educação Ambiental.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os projetos existentes na escola que foram mencionados pelos participantes da pesquisa são: “Rio Pacoti: água que te quero vida” que são ações de conscientizadoras sobre o meio ambiente e revitalização do Rio Pacoti que passa por alguns municípios da Região do Maciço de Baturité e o projeto “Educação e Planeta água: indispensável a vida” lançado pela SME na semana pedagógica de 2018. Este último é um projeto que as escolas da rede municipal de ensino têm de desenvolvido durante o ano letivo e envolve a conscientização sobre o uso da água, reciclagem de materiais, meio ambiente e água.

Os 26 professores revelam que reconhecem a importância da EA em todas as disciplinas e no espaço escolar, mas, revelam também inúmeras dificuldades enfrentadas para a inclusão da EA na escola. Tais como: a precariedade de recursos e materiais, bem como a falta de tempo específico para planejamento e realização de atividades extra sala de aula, são os principais problemas a serem enfrentados. Esta assertiva corrobora com os argumentos de Santana:

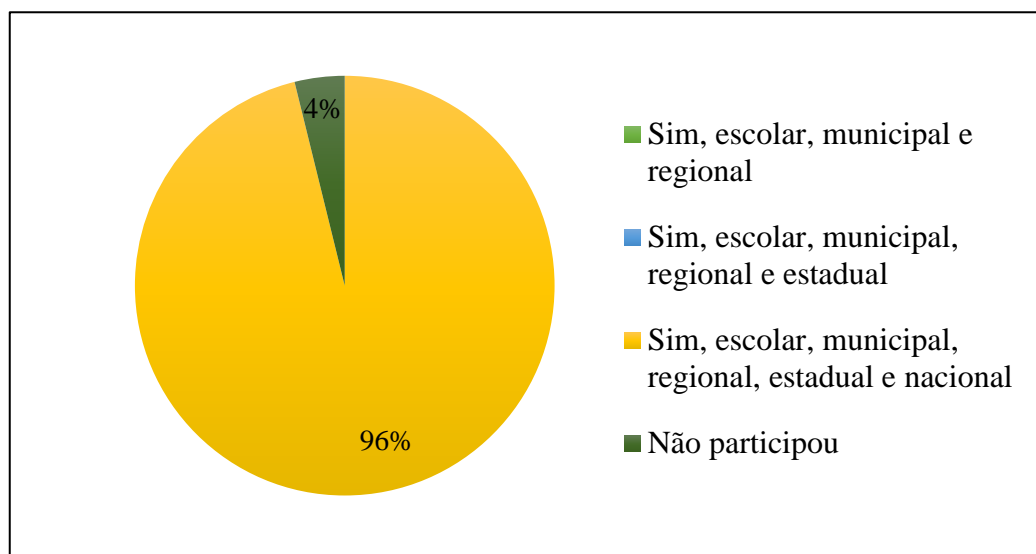
Muitas dificuldades foram apontadas pelos profissionais envolvidos

quando o assunto é a implantação e/ou a continuidade dos projetos de Educação Ambiental nas escolas. Essas dificuldades vão desde os recursos materiais e financeiros, à manutenção dos espaços, o envolvimento dos participantes e a própria formação desses profissionais (SANTANA, 2013, p. 57).

Em sintonia, mesmo diante dos desafios e das dificuldades, de acordo com o gráfico 03 que trata sobre a participação da escola na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente⁶ e suas respectivas etapas, 95% dos professores responderam que a escola participou e se manteve classificada em todas as etapas no de 2018.

É importante destacar que a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Gráfico 03: Sobre participação da E.E.F PACV na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A citada conferência é realizada por adesão espontânea das escolas de Ensino Fundamental II, representa um marco na Política de Educação Ambiental do país. Neste ano as etapas ocorreram entre os dias 14 de abril a 19 de junho de 2018, cujo

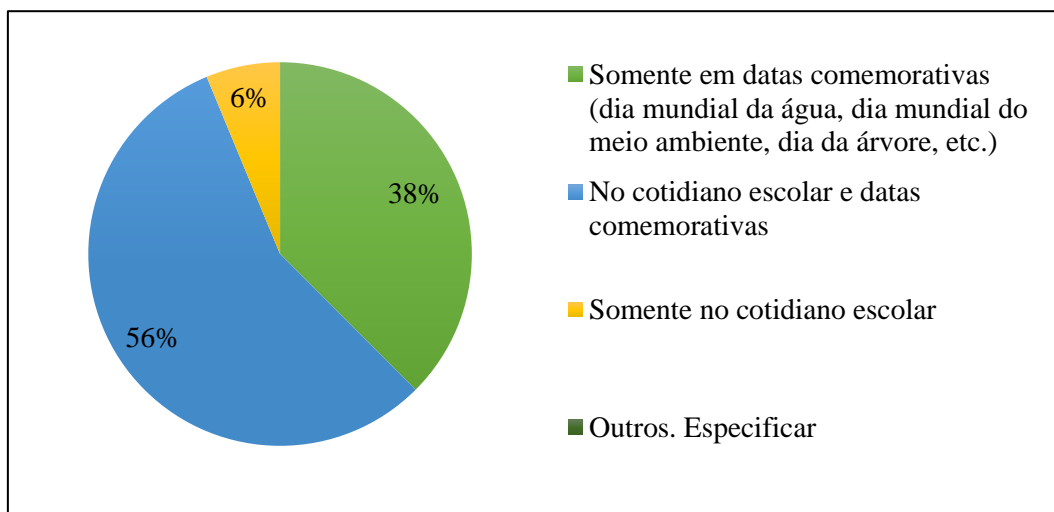
⁶ “A Conferência é um processo pedagógico, dinâmico, de diálogos e encontros, voltado para a valorização da cidadania ambiental nas escolas e comunidades a partir da educação ambiental crítica, participativa, democrática e transformadora” (MEC, 2018).

tema, em sua 5ª Edição foi “Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas”, onde se reafirma a água como elemento primordial e indispensável à vida no planeta. A conferência possibilita realizar um diagnóstico das ações de educação ambiental nas escolas, além de fortalecer as ações socioambientais.

Ao serem questionados sobre o período que a EA ocorre na escola, 56% informaram que o trabalho está presente no cotidiano escolar e em datas comemorativas, 38% responderam que EA é trabalhada somente em datas comemorativas, tais como dia mundial da água, dia mundial do meio ambiente e dia da árvore, etc. Conforme gráfico 04.

Tão logo, as questões de cunho ambiental ganhem espaço somente em datas comemorativas isto vai contrariar a importância da presença da EA no cotidiano escolar por meio das reflexões, discussões e ações que esta temática necessita para sua permanência de forma transversal e interdisciplinar.

Gráfico 04: Sobre as formas que a Educação Ambiental é trabalhada na escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Nesta dinâmica, a EA na E.E.F PACV, ainda, necessita de um lugar específico no currículo escolar, onde possa se fundamentar como prática educativa, ou seja, a EA precisa deixar de ser um conteúdo aplicado, na maioria das vezes, em datas comemorativas ou em projetos de curta duração. Sendo assim, os resultados corroboram as ideias do autor Reis Junior (2003), ao abordar que:

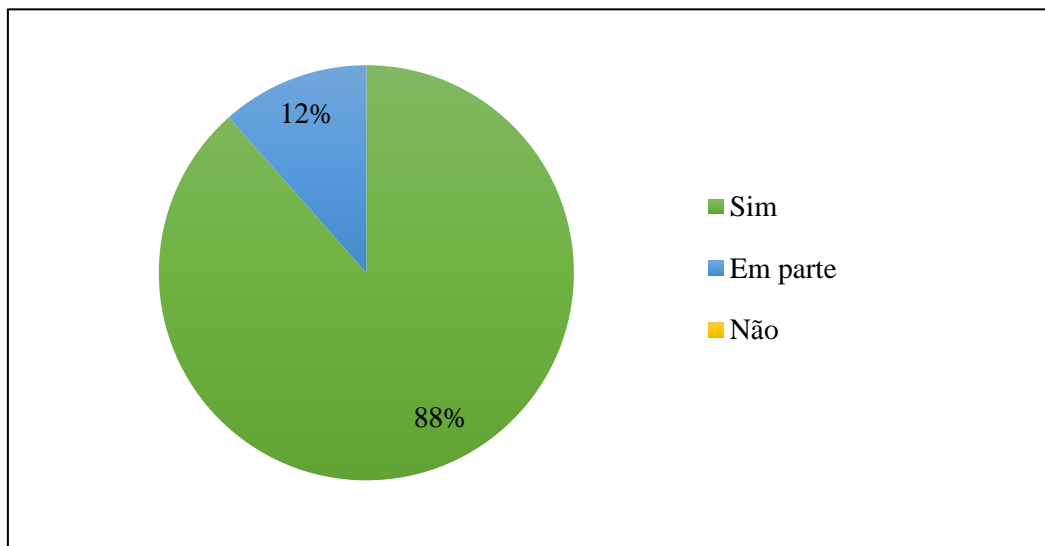
[...] o cuidado nem sempre se estende à educação ambiental, à grande

lacuna que há na formação ambiental das crianças, na educação para a cidadania e para o respeito ao ambiente. Os educadores, em geral, não atribuem ao tema a devida importância, ou sentem-se despreparados para lidar com essas questões. Por conseguinte, a educação ambiental tem sido tratada de forma pontual, restringindo-se às informações dos livros didáticos, às datas comemorativas e, em algumas escolas, ao plantio de hortas e à coleta seletiva do lixo (REIS JUNIOR, 2003, p.3).

Em suma, os resultados apontados no gráfico dialogam com os estudos do Reis Junior (2003), onde apresenta que são recorrentes as práticas pedagógicas limitadas, centradas apenas nos livros didáticos, talvez, por deficiência da própria formação, possuem despreparo e desconhecimento dos temas transversais e interdisciplinares, necessário à implementação da EA no espaço escolar.

Para 88% dos participantes, a EA deve ser trabalhada com mais frequência como prioridade, mas 12% afirmaram que em parte deve ser trabalhada com prioridade. Conforme gráfico 05.

Gráfico 05: Sobre a necessidade de trabalhar a Educação Ambiental com mais frequência na escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sendo assim, de acordo com os autores Munhoz et al. é preciso viver a EA diariamente e contínua, dessa forma, aponta os autores:

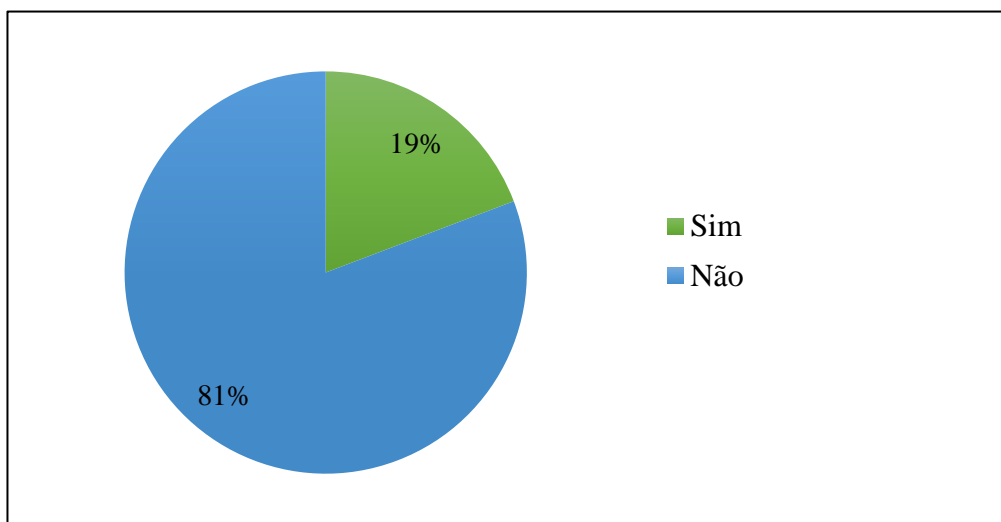
É preciso que o paradigma disciplinar no qual a escola utiliza a Educação Ambiental seja transformado, é preciso que educadores, educandos e a escola construam ideias e ideais que se tornem realidade, é preciso que adotem a Educação Ambiental como uma

filosofia, um trabalho diário e contínuo que aponte respostas e ações concretas no ambiente escolar, fornecendo subsídios para que o educando se construa um cidadão atuante em seu espaço de vivência (MUNHOZ et al., 2012, p. 1820).

Em sintonia, os autores relatam que a EA se institucionaliza de forma fragmentada nas escolas, muitas vezes, a iniciativa de trabalhar a temática vem dos professores da área de Ciências Naturais e muito raramente é desenvolvida fora das datas comemorativas do Dia Internacional do Meio Ambiente. A estrutura escolar se articula em “paradigmas que entram em conflito com a teoria e a prática da Educação Ambiental; corroborando para que ela se fortaleça como uma prática isolada por docentes, também isolados, perdida em ações que não se tornam projetos e nem práticas coletivas e contínuas” (MUNHOZ et al., 2012, p. 1819).

Os respondentes afirmaram não ser oferecido oportunidades de formação continuada de Educação Ambiental pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e/ou instituições, conforme gráfico 06. Esse trabalho é de competência da SME, porém não busca parceria com outras instituições, a escola busca se virar com as condições limitadas, o que dificulta ações permanentes de EA no ambiente escolar.

Gráfico 06: Sobre ser oferecido formação continuada em Educação Ambiental na escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Esse resultado revela que a formação continuada pode ser considerada uma estratégia de institucionalizar a EA no cotidiano escolar e no currículo. Assim, a EA não pode ser trabalhada somente em momentos estanques e pontuais como em datas

comemorativas e/ou algumas atividades e/ou projetos de curta duração no cotidiano escolar, mas com mais frequência, inclusive em todas as disciplinas de forma transversal e interdisciplinar. Cruzando os dados do gráfico 05 com 06, a EA não é trabalhada com frequência na escola, além da falta de formação continuada dos profissionais, porém esta última não pode se limitar aos espaços universitários devendo ser desenvolvida pela própria escola.

É importante destacar a necessidade de formação continuada em EA, principalmente, pelo não atendimento ao constante em Lei, conforme Art. 11º da Lei 9.795/1999 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), determina que “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas.” (BRASIL, 1999). No parágrafo único, afirma que “os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.” (BRASIL, 1999).

Segundo os participantes as universidades que estes estudaram não cumpriram tais dispositivos legais, o que compromete também, o desenvolvimento permanente da EA de forma transversal e interdisciplinar no campo de estudo.

A falta de uma formação continuada pelas universidades e na escola revela que as políticas públicas de Educação Ambiental não têm atendido à demanda de professores de todas as áreas do ensino. Na escola em estudo, apenas 19% afirmaram ter formação continuada, contrariando as determinações da PNEA, no Art. 8º, parágrafo § 2º, inciso II, que preconiza “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas.” (BRASIL, 1999). A autora Carvalho (2005) faz uma chamada em relação a formação de professores:

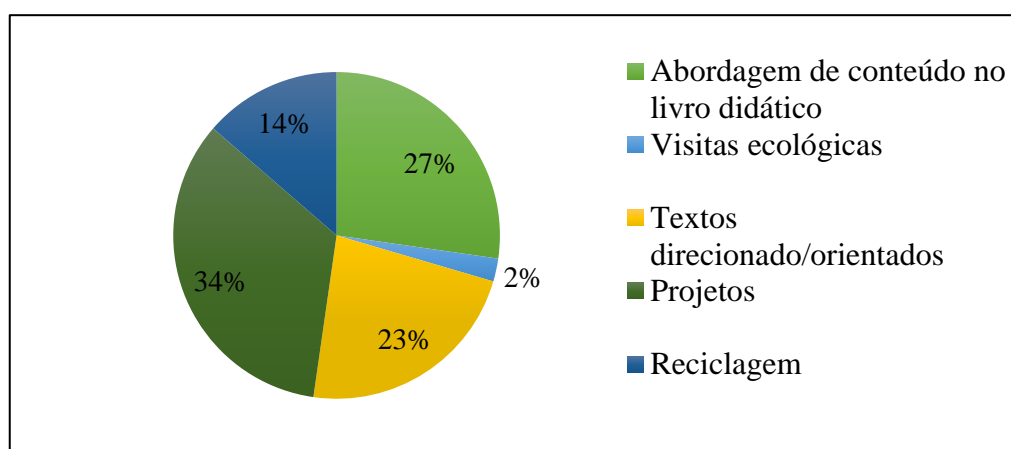
Quando se pensa na formação de professores em educação ambiental, outras questões se evidenciam. [...] Trata-se da formação de uma identidade pessoal e profissional. Desta forma, quaisquer que sejam estes programas e metodologias, estes devem dialogar com o mundo da vida do(a)s professore(a)s, suas experiências, seus projetos de vida, suas condições de existência, suas expectativas sociais, sob pena de serem recebidos como mais uma tarefa entre tantas que tornam o cotidiano do professor um sem fim de compromissos. [...]. Assim, a formação de professores em EA, mais do que uma capacitação buscando agregar nova habilidade pedagógica [...] (CARVALHO, 2005, p. 62).

Sendo assim, o professor precisa estar em constante formação, buscando novas

possibilidades pedagógicas e a EA precisa dialogar com as vivências dos/as professores/as, pois se não existir essa compreensão a temática sobrecarregará o docente.

Os/as professores/as em estudo, desenvolvem na prática o ensino da EA e constatamos que este é trabalhado de maneira diversificada, como abordagem de conteúdo (27%), em visitas ecológicas (14%), em textos direcionado/orientados (23%), em projetos (34%) e em reciclagem (14%), porém, é importante destacar que tais ações não são contínuas o que pode comprometer o sucesso desta, conforme gráfico 07.

Gráfico 07: Sobre o desenvolvimento de Educação Ambiental na escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com os dados apresentados que reafirmam o exposto pela autora Carvalho, a EA está em [...] um lugar muitas vezes situado à margem da escola (atividades extraclasse que ocorrem no tempo “livre” dos professores e alunos, por exemplo):

Como se sabe, o debate ambiental ainda não foi internalizado plenamente, nem como disciplina, nem como eixo articulador nos currículos dos cursos de formação de professores, como demonstrou o levantamento sobre projetos de EA no ensino fundamental (MEC, 2000). Tampouco a EA tem conseguido estar presente nos espaços-chave, da organização do trabalho educativo na escola como, por exemplo, na definição dos projetos pedagógicos, dos planos de trabalho, do uso do tempo em sala de aula, do planejamento, da distribuição das atividades e do tempo remunerado dos professores (CARVALHO, 2005, p. 62).

O mesmo ocorre na escola em estudo, porém é notório o empenho em colocar em prática ações voltadas para a EA, em seu espaço mesmo diante das dificuldades,

uma vez que busca caminhos integrados para inserir a temática em diferentes atividades e disciplinas, sendo o projeto uma das formas mais apontadas de realização do trabalho.

Os participantes da pesquisa (100%) entendem que a EA deve perpassar transversalmente em todas as disciplinas escolares, refutando com isso, a exclusividade, na disciplina de Ciências e/ou em Geografia.

Para tanto, a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dá outras providências, apresenta-a como um componente fundamental da educação buscando a construção de valores, conhecimentos, habilidades para a conservação do meio ambiente e garantia da qualidade de vida e da sustentabilidade. Assim, evidencia o que consta em Lei:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Mediante essa concepção, a EA é estabelecida na mesma Lei e norteia que poderá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, mas não como disciplina específica incluída nos currículos escolares:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§1º. A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§2º. Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§3º. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

Por outro lado, posterior a Lei, foi criada no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que assume como sua primeira diretriz, a transversalidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) abordam a EA como uma temática a ser inserida no currículo escolar de modo diferenciado, não sendo uma nova disciplina, mas trabalhada como um tema transversal, [...] “de forma contínua e integrada, uma vez que seu estudo remete à necessidade de se recorrer a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber” (BRASIL, 1997, p. 29).

Para Camargo (2009, p. 15), o ambiente educacional escolar “propicia o exercício da interdisciplinaridade e da transversalidade entre os projetos pedagógicos, a proposta didática e os projetos ambientais da unidade escolar, que se correlacionam de alguma forma pelas ações de educação ambiental”. “O princípio da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade busca a intercomunicação das disciplinas, tratando efetivamente de um tema/objetivo comum” (LEIS, 2009, p. 29).

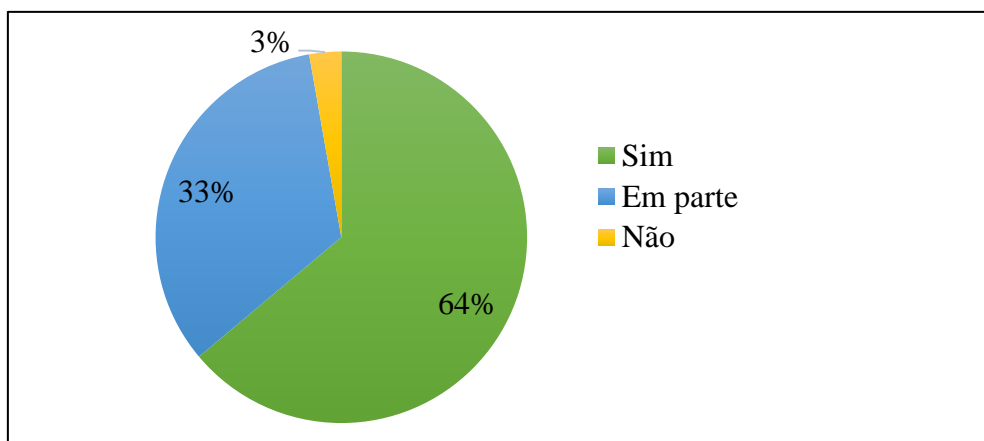
Neste sentido, os instrumentos legais e os programas governamentais reforçam a importância da transversalidade e interdisciplinaridade atribuída a EA. Dessa forma, a EA precisa dialogar com as todas disciplinas, perpassando seus conteúdos e em todos os níveis de ensino, porém com todos esses princípios, normas e diretrizes não têm sido suficientes para a EA ser efetivada nos espaços de ensino. Assim, os desafios são enormes para efetiva implantação da EA no campo educativo:

Isto tudo não significa deixar de reconhecer que muito se tem feito, tanto em políticas públicas quanto nas escolas, para experimentar diferentes modos de impulsionar a EA. Os professores são muito criativos e têm gerado inúmeras atividades e projetos em EA por todo este país. Haja visto o grande interesse destes profissionais que têm sempre estado presente, intercambiando suas experiências inovadoras nos eventos nacionais e regionais de EA. Contudo, ainda resta o desafio de internalizar nos espaços institucionais estruturantes do campo educativo a formação de uma sensibilidade e de uma leitura crítica dos problemas ambientais. (CARVALHO, 2005, p. 63).

No entanto, apesar dos esforços dos professores em trabalhar atividades e projetos, e disseminar em eventos nacionais e regionais, ainda, há muitos desafios para a EA conquistar seu espaço e sua legitimidade nas práticas educativas pautada no currículo escolar, em conformidade com à Lei.

Dessa forma, para os participantes da pesquisa a Secretaria Municipal de Educação de Acarape estimula e apoia o fomento de práticas de EA na E.E.F PACV (64%), e dos resultados encontrado 33% ainda ocorre em parte e 3% afirmaram que não há estímulo e apoios. Conforme gráfico 08.

Gráfico 08: Apoio e o fomento da Educação Ambiental pela SME e/ou outras instituições.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com os resultados coletados a SME incentiva as práticas de EA no início do ano letivo durante a semana pedagógica, porém as escolas precisam estar realizando seus próprios projetos voltados para as temáticas priorizadas a serem desenvolvidas no decorrer do ano. Os projetos são definidos de acordo com as demandas considerando contexto escolar e as deliberações coletivas ou individuais dos docentes.

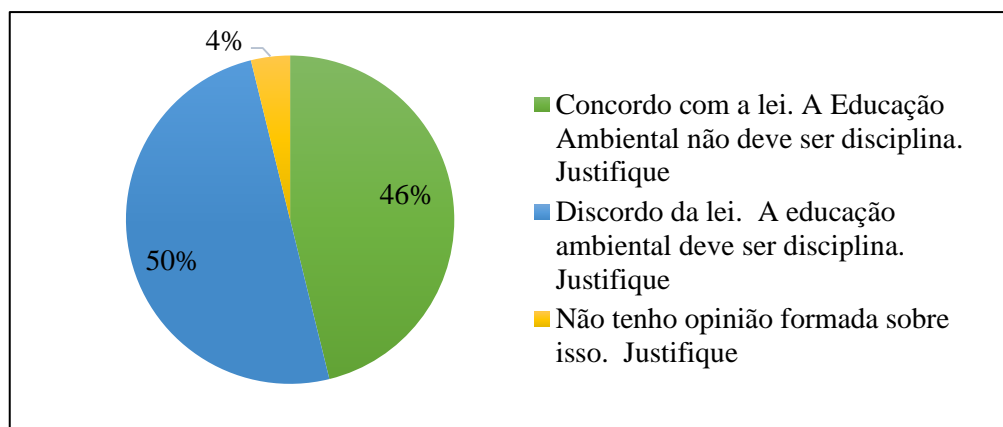
Ao questionar os professores sobre a Lei 9.795 de 27.04.199 no Art. 10 no § 1º que dispõe sobre EA não ser disciplina no currículo de ensino, 50% dos participantes discordaram da referida Lei, concebendo que a EA deveria ser uma disciplina, e justificaram que sendo uma disciplina a EA teria maior frequência no cotidiano escolar e não somente em projetos pontuais.

Sendo assim, ao abordar a EA só de forma transversal no ambiente escolar, alguns docentes não darão a devida importância, uma vez sendo uma disciplina no currículo, os professores e a SME buscarão formações envolvendo as temáticas ambientais; podendo desta forma, incentivar a consciência crítica voltada para a própria manutenção e preservação da vida, pois teria mais oportunidade de trabalhar o assunto; pela importância educativa e socioambiental.

Já 46% dos professores concordam que a EA não deve ser disciplina, justificando pelo fato de entender que se as práticas pedagógicas estiverem alinhadas com os temas transversais não há a necessidade de uma nova disciplina; a EA deve ser perpassada de maneira interdisciplinar, de modo a não constituir uma disciplina, mas como algo do cotidiano escolar que possa ter potência para ultrapassar os limites da escola.

Portanto, no gráfico 09 consta o posicionamento dos professores em relação a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), destaca-se no art. 10 no § 1º que “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”, conforme gráfico 09.

Gráfico 09: Sobre a Educação Ambiental como componente curricular de acordo com a Lei Nº 9.795/1999.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Nos PCN's a EA é inserida dentro do tema meio ambiente de forma transversal. Os temas transversais perpassam em diferentes campos do conhecimento, ou seja, há “a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma contínua e integrada, uma vez que seu estudo remete à necessidade de se recorrer a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber” (BRASIL, 1998, p. 29). E a interdisciplinaridade “refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas (BRASIL, 1998, p. 31).

Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente [...] (BRASIL, 1998, p. 31). A escola é um espaço público onde o aluno socializa o que aprende e a Educação Ambiental tem papel fundamental na formação do cidadão responsável; pois é nela que comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos, na prática, de forma sistemática, transversal e interdisciplinar (BRASIL, 1998).

Com os conteúdos referentes ao meio ambiente permeando todas as disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a correlação dos fatos e a ter uma visão integral do mundo em que vive (BRASIL, 1998). Em sintonia, os PCN's apontam:

Tratar a questão ambiental, portanto, abrange toda a complexidade da ação humana: se quanto às disciplinas do conhecimento ela é um tema transversal, interdisciplinar, nos setores de atuação da esfera pública ela só se consolida numa atuação do sistema como um todo, sendo afetada e afetando todos os setores: educação, saúde, saneamento, transportes, obras, alimentação, agricultura, etc. (BRASIL, 1997, p. 33).

Um dos objetivos estabelecido no caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC⁷) é “trabalhar a prática da transversalidade por meio de projetos coletivos e transformadores, transcendendo os limites artificiais das disciplinas e tratando os conteúdos de forma articulada” (BRASIL, 2007, p. 51).

A transversalidade em EA para ser implementada nas escolas necessita do diálogo entre a comunidade escolar, devendo este ser um processo contínuo e não como um fim em si mesmo. A EA pensada como transversal e interdisciplinar no currículo escolar, ainda, promove diferentes reações nos diversos níveis de educação, “(...) esse consenso existe apenas em especialistas ligados à área ambiental, como ambientalistas e professores acadêmicos e, entre os professores da educação básica, a dúvida ainda persiste” (SANTOS; SANTOS, 2016, p. 371).

Verifica-se neste relato que “ao trabalhar a EA só de forma transversal alguns sujeitos não darão a real importância, diferentemente se ela fosse incluída no curricular escolar como disciplina, pois deste modo tanto professores como SME iriam se preocupar em se especializarem nessa área” (Professor/a da E.E.F PACV, 2018), os professores precisam compreender a EA como algo que permeia todas as matérias e o cotidiano das pessoas.

A EA é uma educação direcionada para uma ação-reflexiva, e de maneira coletiva, ou seja, seu conteúdo está além dos livros didáticos, está na realidade socioambiental que ultrapassam os muros das escolas. Como abordado pelo/a professor/a ao concordar com a lei - EA não deve ser disciplina, assim se posiciona:

⁷ Atualmente é Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC).

“cuidar do meio ambiente é uma questão moral” (Professor/a da E.E.F PACV), ou seja, é uma educação voltada para valores, crenças e normas, e que contribui para a transformação da sociedade, dentro desse conceito, a preservação do meio ambiente, é uma obrigação moral. Assim a EA tem um papel fundamental nos Temas Transversais com abordagem interdisciplinar nos espaços escolares.

5.3.3 Educação Ambiental e as práticas pedagógicas na escola

Para melhor empreender detalhes sobre a concepção e práticas dos professores sobre EA, além da aplicação do questionário, optamos por realizar as entrevistas, com os próprios sujeitos que responderam ao questionário, como forma de melhor especificar as respostas de cinco questões do questionário aplicado, compreendendo que na entrevista as expressões das oralidades (transcritas) traz múltiplos elementos crítico-reflexivos.

O público-alvo da entrevista foram 05 (cinco) Professores/as denominados/as de (P1, P2, P3, P4 e P5) cada um representando as áreas de conhecimentos e atuação presentes na grade curricular da escola (Coordenação/Gestão; Ciências Humanas; Ciências da Natureza; Linguagens e Códigos; e Ciências Exatas) na expectativa que cada profissional de área forneçam concepções específicas e diferenciadas sobre EA.

Sobre o desenvolvimento de projetos voltados para a Educação Ambiental. Assim se posicionaram os/as Professores/as:

Como diretor desta instituição E.E.F. Padre Antônio Crisóstomo do Vale não, porém, em 2015 quando aqui entrei eu tinha previsão de dois projetos que eu considero muito importante, um deles eu idealizei o seguinte, conseguir sementes de plantas, podia ser plantas típicas da nossa região ou até mesmo do Brasil e centenas de jarros, colocar material orgânico, estrumo, e entregar um jarro para cada aluno da escola, para que eles plantassem essas sementes, sementes que realmente germinassem, e eles enquanto aqui na escola cuidassem delas todos os dias, [...] era ver qual aluno teria a capacidade de conseguir cuidar daquela semente até que virasse uma planta; e depois pegarmos todas essas mudas e plantar em locais apropriados, árvores ou até mesmo árvores frutíferas, então, com isso seria muito bom para o ambiente. E o outro projeto que eu queria implementar na escola, depende de uma mudança muito radical na cultura das pessoas. É muito complicado, seria uma coleta seletiva de todos os materiais que são produzidos na escola, todo o lixo da escola e que jamais pudesse ser jogado no meio ambiente, termos um meio de separar todo esse material, e se não tivesse um meio de tentar reutilizar, [...] venderíamos para essas empresas que fazem coleta seletiva, que compram latas, papéis, plásticos, e tudo aquilo que além de não ir para o meio ambiente teriam alguma utilidade [...] (P1, 2019).

É importante a percepção de que embora P1 ainda não tenha

realizado/concretizado seus projetos, a forma de se expressar retrata a sensibilidade e consciência sobre a importância de ações que possam contribuir com o Meio Ambiente, sua visão de possibilidades é um importante passo para mudar a realidade dos sujeitos da escola em especial a dos estudantes.

Assim, corroboramos que “tudo se resume na boa vontade dos atores (estudantes, professores e diretores) para instalar, criar e reproduzir as condições institucionais da qualidade em suas próprias escolas” (GUIMARÃES, 2000, p. 62).

Os/As professores/as P2, P3, P4 e P5 relataram que estão ou já estiveram envolvidos no desenvolvimento de projetos voltados para Educação Ambiental, a seguir, apreciamos os relatos:

Já fiz, eu já trabalhei em sala. Mas, eu lembro que fiz um projeto até para o programa Agrinho, a gente trabalhou a questão da construção das cisternas de placas na zona rural, muito interessante esse projeto que era a convivência com o semiárido, um projeto bastante relevante na zona rural, onde o pessoal sofre muito com a questão da escassez da água, aliás o sofrimento na verdade é sobre a forma de captação, que as pessoas não têm a consciência do armazenamento da água potável, e no estado do Ceará, com características de chuvas irregulares [...], um trabalho desenvolvido de forma bem consciente é capaz de fazer com que os moradores, os habitantes dessas áreas rurais consigam ter água potável para o ano inteiro. Esse projeto envolveu a comunidade, fizemos demonstração para os alunos, mas, houve mais a participação das pessoas, dos moradores. (P2, 2019);

Sim, na forma de uma gincana que fizemos, porque nós queríamos movimentar os alunos e motivá-los; para isso escolhemos a gincana [...], a turma que coletasse o maior número de lixo reciclável ganharia um passeio. Como a nossa escola na época estava muito suja, e as ruas nas proximidades da escola também estavam, então nós levamos esse trabalho para a comunidade local. E nós fizemos essa coleta de material reciclável, não vamos dizer lixo, porque lixo não se recicla; foi maravilhoso porque todos os alunos se envolveram no projeto. O material foi vendido e o dinheiro foi revertido em melhorias para a escola. O outro que trabalhei não sei se posso citar, porque não estava diretamente ligado a escola, era da área da saúde, era no bairro São Benedito, que na época era o bairro mais crítico do município de Acarape - CE, inclusive é o maior, então enquanto profissional de agente de saúde identificamos a proliferação de casos terríveis de doenças [...], nós quanto agentes comunitários tivemos a ideia de falarmos ao prefeito para ele premiar a comunidade em troca do lixo que eles coletassem, seria uma forma de limpar o bairro, [...] incrivelmente o prefeito aceitou, ofertava um quilo de arroz para cada quilo de lixo coletado e não só para o bairro São Benedito, se estendeu aos demais, todos ficaram limpo, limpo, limpo, [...] (P4, 2019).

Os relatos dos/as professores/as P2 e P4 revelam suas trajetórias e projetos compromissadas com o envolvimento da comunidade, compreendemos que tanto a temática como os projetos envolvidos não se limitam, e nem pode, se limitar ao interior

das escolas, o compromisso social ultrapassa os muros da instituição educacional.

Na fala de P4 percebe-se de forma bem concreta a relação ação e reação ao refletir sobre o seu entorno e detectar à época a falta de limpeza nos ambientes da escola e entorno, que nasce o projeto de limpeza destes espaços e assim o compromisso para melhorar os aspectos de vida nos espaços mencionados.

É importante o destaque da leitura da realidade presente nos relatos acima, perceber e analisar de forma crítica os bairros do entorno da escola e principalmente reafirmar potencialidades e fragilidades referidas a região em que as ações e os sujeitos estão inseridos, refletindo de forma crítica as possibilidades de contribuições para melhoria da qualidade de vida considerando o meio que os cercam. Em sintonia, o autor Cornell enfatiza:

Ao estimularmos diferentes formas de leitura da realidade, sempre partindo do respeito à diversidade, contribuimos para a construção de valores voltados à sustentabilidade da vida e suas múltiplas dimensões. Somente com a pluralidade das ações, com o trabalho permanente e continuado, conseguiremos melhorar a qualidade da educação ambiental que, segundo o Censo do INEP, se encontra universalizado nas escolas do ensino fundamental do Brasil (CORNELL, 2008, p. 10).

Nesta perspectiva, a EA na escola precisa dialogar com a leitura de realidade daquele espaço e dos sujeitos, assim, passa cultivar um compromisso ético com a educação e a realidade local. Quando os alunos têm o contato direto e claro com novos conhecimentos da área ambiental, tais como aprender a separar o lixo de forma correta ou elaborar junto com seu/sua professor/a um projeto de recuperação de uma pequena área de seu bairro, eles levam esses conhecimentos para sua família e a comunidade que estão inseridos e passam a se preocupar com a realidade em que estão vivendo (BORTOLO, 2019).

O/A P2 se refere ao projeto Agrinho⁸ que objetiva sensibilizar a comunidade escolar para as questões ambientais visando à formação das crianças e adolescentes

⁸ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) tem como missão proporcionar a formação profissional rural e a promoção social do trabalhador e de sua família, incluindo os jovens e as crianças que vivem no meio rural. Comprometido com essa missão, o SENAR – CE lançou mão do Agrinho, programa idealizado pelo SENAR-PR em 1996, para a formação de uma nova mentalidade nas crianças e nos jovens rurais do ensino público fundamental, despertando o interesse por temas como: trabalho e consumo, cidadania, saúde e meio ambiente. O Agrinho é um programa educativo, transformador e motivador de mudanças de hábitos e atitudes, que prioriza a criança, transformando-a, pela educação, em agente de melhoria das condições sociais e econômicas das famílias e da comunidade onde vivem (GONÇALVES, 2015).

como cidadãos participativos, reflexivos, autônomos e conhecedores de seus direitos e deveres. As temáticas são relativas ao meio ambiente e atende a recomendação da Agenda 21 de desenvolver programas de Educação Ambiental (GUBERT, *et al.*, 2013). Assim, percebemos em sua fala ações de extensão em que o público-alvo se acentua nas comunidades e famílias de localidades do município.

Na fala de P5, fica explícito a trajetória de um projeto da escola que foi selecionado em etapas – Escolar, Municipal, Regional e Estadual, e representou a Região em que a escola está inserida, Maciço de Baturité - CE, em uma Etapa Nacional, ocorrida em São Paulo, vejamos o relato:

[...] no ano de 2018, a coordenação da escola chegou até me e informou sobre um edital que estava com inscrições abertas para projetos sobre EA nos municípios, nas escolas, nas secretarias para uma seleção na nossa regional CREDE 08, um projeto que representasse o município e voltado para as questões ambientais. Então começamos a perceber que as políticas públicas estão preocupadas com o futuro das novas gerações e com os cuidados com o planeta Terra, começamos a perceber esse fluxo. E na época de 2018, percebeu-se que os professores de Ciências não conseguiram se envolver e pensar em um projeto articulado dentro da escola, que pudesse trabalhar essa questão. Inclusive eu nem consigo acentuar isso como fragilidade, porque precisamos perceber que a disciplina de Ciências nas escolas de educação básica só possui duas aulas semanais em cada turma, então os/as professores/as estão em muitas turmas para poder complementar a carga horária, então de repente trabalhar com projetos não é uma coisa tão simples. Então na época a coordenação me lançou o desafio, eu, formado em Ciências da Natureza e Matemática, porém, atuando apenas com Matemática, consultando se eu tinha condições de pensar em um projeto e propor. Aceitei o desafio; e fui vendo do que se tratava o edital, informações sobre a Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente e sobre a eleição de delegados/as na região. Fui tentando articular meu pensamento, minha formação, práticas da vida real fui realizar a conferência escolar com os estudantes, as ações a partir das percepções dos próprios estudantes, e aí chegou o momento que foi preciso eleger delegados escolar, na visão dos estudantes porque tinha que ser entre os pares, os estudantes escolhiam o/a estudante que iria representar a escola nas outras etapas da conferência - escolar, municipal, regional e nacional. Então, desenvolvi esse projeto que tinha um cunho de Educação Ambiental e Interdisciplinaridade, mais ele trabalhava um pouquinho a conscientização sobre o rio Pacoti, um rio que corta nossa região passa por nosso município Acarape - CE, e atualmente o rio está praticamente morto, seco na verdade, inclusive durante muito tempo esse rio abastecia várias cidades, inclusive Fortaleza, ele deságua no Aquiraz (P5, 2019).

É mencionado por P5, sua percepção através do edital mencionado da Conferência Infância-Juvenil pelo Meio ambiente, políticas públicas sendo pensadas para contribuir e conscientizar sobre o compromisso com o Meio Ambiente, percebemos ainda em sua fala transcrita que normalmente a Educação Ambiental é direcionada apenas para a disciplina de Ciências e com isso os desafios de sobrecarga de trabalho,

pensando que normalmente o currículo disponibiliza apenas 2 horas/aula semanais para tal disciplina.

As autoras Santos e Santos (2016, p. 377) aborda que a principal maneira de se trabalhar a EA nas escolas é por meio das disciplinas de ciências e geografia, assim “os ideais de transversalidade e interdisciplinaridade não estão sendo realizados, não por falta de vontades dos professores, mas porque é muito difícil desenvolver uma educação tão complexa como a EA em um contexto totalmente disciplinar”.

Percebemos ainda na fala de P5, a importância da formação voltada para a interdisciplinaridade, pois do contrário em sua experiência de professor/a de Matemática manifestaria maiores dificuldades de desenvolver o projeto de 2018, mencionado.

O autor Camargo (2009), afirma que o ambiente educacional escolar propicia o exercício da interdisciplinaridade e da transversalidade entre os projetos pedagógicos, é por isso que a escola precisa rever sua atuação e demandas referente a proposta didática e os projetos ambientais por se correlacionam de alguma forma pelas ações de educação ambiental necessárias.

Nos relatos a seguir dos/as entrevistados/as P3 e P5, encontramos menção e atuação em um projeto implementado no ano de 2019 na escola, denominado Vidas Verdes, vejamos:

Bom, a primeira vez que eu desenvolvo projeto é esse ano aqui na escola, com o Vidas Verdes, demais foram só mesmo trabalhos do curso na Graduação, mas trabalho, trabalho mesmo com ações concretas não tinha desenvolvido antes não (P3, 2019);

[...], fui pensando essa temática, fui atrás de parcerias, fui lapidando o projeto, e fui orientando a estudante, eleita na escola pelos estudantes, para desenvolver as ações, fomos fazendo sessões de estudo, fomos pensando e refletindo sobre a realidade de nossa escola, nossa comunidade e do nosso município. Resultado, o projeto foi muito bem avaliando nas etapas da escola, na etapa da Secretaria de Educação Municipal, de todas as escolas do município a nossa conseguiu um maior respaldo e conseguiu atrair uma maior atenção sobre a problemática, fomos selecionados para a etapa regional, e mais uma vez fomos selecionados como um dos quatro melhores da etapa regional da nossa região do Maciço de Baturité, CREDE 08. Então a crede levou os quatro projetos para a etapa estadual e na etapa estadual o nosso projeto mais uma vez foi selecionado para ir ser apresentado, por nossa delegada infanto-juvenil, representando nossa cidade e nossa região na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente que aconteceu em Sumaré – SP. Então a minha visão é essa, começou como desafio e fomos pegando na proporção compromissada sobre questões ambientais, então desde aquele projeto do ano passado a gente conseguiu novas parcerias, tem tentado renovar vertentes do projeto, através do atual projeto Vidas Verdes, assim

temos conseguido desenvolver ações que possam mexer com a conscientização de nossos alunos aqui na escola. (P5, 2019).

Um importante trecho no final da fala de P5 faz menção nas parcerias e nas renovações das práticas conscientizadoras, o compromisso com a educação e novas gerações.

Os educadores/as P3 e P5 mencionam sobre o Projeto Vidas verdes que de acordo com PPP da escola começa a ser articulado no ano de 2018 e concretizado em 2019, nas falas, em detalhes a do P5 percebe-se a importância de parcerias para que as ações dos projetos possam ser realizadas em especial as contribuições da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Atualmente, uma estratégia bastante utilizada para implementação das políticas de educação ambiental e de meio ambiente de modo geral, são as parcerias entre governos, ONGs, redes de educação ambiental, instituições de ensino e entre outros tipos de entidades (BATISTA, 2017).

Os depoimentos dos professores revelam a atuação profissional com projetos voltados para a temática de Educação Ambiental, Aprendemos da fala de P1, elementos que dificulta o trabalho voltado para a conscientização ambiental

[...] Então era isso o outro sonho que tinha e tenho por essa escola ainda, não sei se vou conseguir fazer, e ainda não aconteceu porque a nossa cultura, dos brasileiros, é muito difícil de se mudar em relação a isso, somos muito mal educados, a gente acha que lixo pode ser jogado em qualquer canto, a gente não tem ideia de o quanto uma garrafa pet vai prejudicar o meio ambiente, não temos essa ideia, não temos, a nossa cultura não nos permite isso ainda, somos subdesenvolvidos nesse ponto [...] (P1, 2019).

A centralidade da fala de P1, faz menção a mudança de cultura e hábitos para que possamos realizar com êxitos projetos dessa natureza. Para Munhoz et al. (2012), é preciso que o paradigma disciplinar no qual a escola utiliza a Educação Ambiental seja transformado, um trabalho diário, significativo e contínuo que aponte respostas e ações concretas no ambiente escolar, atuante em seu espaço de vivências.

Dando continuidade à entrevista foi questionado aos professores/as se a Educação Ambiental é trabalhada na escola. Elencamos as respostas dos entrevistados:

É sim, nós temos vários projetos da Unilab, inclusive, o projeto Vidas Verdes; e

sempre é trabalhado, mas claro que o efeito prático a gente não consegue visualizar ainda por ser um projeto recente, mas ele é trabalhado sim. A gente tem que esclarecer para esses meninos através dos projetos o quanto o ambiente, em que nós vivemos, é importante cuidarmos dele, então o que a gente precisa fazer é só isso praticamente, plantar árvores dentre outras coisas que o projeto da Unilab traz para escola, [...] a gente ganha alguma coisa com isso, talvez não seja o suficiente (P1, 2019);

Eu acredito, mas, de forma muito tímida, e não como projeto institucional. Eu vejo muito que os professores trabalham, mas de forma escassa, cada professor à sua maneira, que eu acho que isso é uma deficiência, que a escola tinha que ter um projeto institucional da escola. Como eu vejo aqui, nós temos áreas muito boas para serem exploradas, a questão da educação ambiental com a preservação, construção de áreas verdes, também sobre a coleta de lixo, sobre o aproveitamento da água, é desperdiçada muita água aqui, os alunos, ainda não tem essa consciência ecológica ambiental. Eu também acho que deveria ser, não só ser a nível de escola, mas também a nível de município até porque nós temos uma lei que é o código ambiental do município de Acarape e as pessoas desconhecem que existe um código do meio ambiente aqui. Eu acho que o município deveria ter um projeto para que as pessoas tivessem conhecimento dessas leis, para que possam exercer a cidadania no que diz respeito a preservação e utilização do meio ambiente (P2, 2019);

Sim. Com esse projeto Vidas Verdes tem sido trabalhado mais, antes não era tão trabalhado, mas agora com o projeto, ampliou-se o leque de possibilidades (P3, 2019).

Na entrevista, P1, P2, e P3 afirmaram que se é trabalhado a temática de EA no contexto escolar, na percepção de P2, ao relatar que os trabalhos se apresentam de forma tímida nos faz refletir que o exercício de potencialização das práticas é algo necessário na realidade da instituição.

Nessa perspectiva, a EA precisa seja integrada, contínua e permanente. Ao ser contínua, entendemos que tem de perpassar toda a educação formal, tendo início na educação infantil, passando pelos ensinos fundamental, médio e se mantendo na educação superior (graduação a pós-graduação), já de forma permanente, significa que não pode ser interrompida. E de forma integrada, a EA não deve ser trabalhada como um conteúdo separado, porém sistemicamente integrado ao processo educacional como um todo (RODRIGUES, 2004). Vejamos o posicionamento de P4 e P5:

Sim, apesar de minha área ser a de Língua Portuguesa, alguns/algumas professores/as geralmente vão trabalhando em suas disciplinas, e a questão da interdisciplinaridade vai ficando as vezes um pouco mais afastada, cada um com seu dia a dia na sua sala aula, mas aqueles projetos que foram desenvolvidos aqui com a escola, juntamente com os alunos e alguns professores daqui da escola, tanto nas coletas, como nas palestras que organizaram, seminários, as visitas que levaram os alunos, para ver também até a questão do plantio, [...] alguns espaços

da Unilab junto também com aqueles projetos que vêm da Unilab, Vidas Verdes e um para falar acho que sobre alimentação saudável, agricultura familiar, e assim não foi só um ou dois projetos que trabalharam aqui, foram vários [...] não foi só naquele dia, foi se estendendo ao longo do período, trabalhado com nossos alunos (P4, 2019);

Assim, quando trabalhamos o conteúdo do livro didático, , não é para ser o único, mas querendo ou não, é o principal aporte, é o principal apoio dos professores em sala de aula, para ministrar as aulas e para desenvolver as práticas pedagógicas eles trazem muitas dicas de trabalhar a conscientização, de trabalhar debates sobre a temática, trazem questões ambientais que precisam ser problematizadas, pensadas em soluções a nível mais geral e ai, querendo ou não, no nosso cotidiano de sala de aula acabamos cumprindo essa questão de se trabalhar EA, mesmo que de forma teórica. De forma pratica, vez ou outra temos parcerias com a Unilab, tem seminários, tem conferências sobre o meio ambiente então talvez a gente trabalhe mais a conscientização e nem tanto com ações efetivas na escola ou fora da escola, para que a gente possa afirmar com prioridade que a educação ambiental é trabalhada. Até porque a gente vive numa dinâmica de pressão, de conseguir dar conta do conteúdo, de conseguir que os meninos consigam adquirir e internalizar alguns conteúdos que são necessários para as avaliações externas, então assim em contraponto é meio que uma faca de dois gumes, desafios que tentamos desenvolver através das práticas pedagógicas. (P5, 2019).

Ambos os/as educadores/as entrevistados responderam de forma positiva sobre as ações de EA na escola, mas P4 enfatiza que AE seja trabalhada nas disciplinas de forma isolada, contudo, compreendemos a importância do trabalho coletivo principalmente para efetivar a interdisciplinaridade.

Os autores Munhoz et al. (2012) apontam como fragilidade as práticas isoladas por docentes, também isolados, perdidos em ações que não se tornam projetos e nem práticas coletivas e contínuas, é preciso que os sujeitos da escola possam integrar-se e ampliarem o alcance e a importância da EA.

Dias (2004) que defende que EA não seja uma nova disciplina. Aponta que sem o enfoque interdisciplinar não será possível estudar as inter-relações, nem abrir o mundo da educação à comunidade, incitando seus membros à ação.

P4 e P5 relatam a atuação da UNILAB e destacamos a importância do papel da universidade para a região e sua atuação nos projetos de EA na E.E.F PACV. E assim, a UNILAB desempenha sua missão para o maciço de Baturité na “realização de trabalhos e estudos que promovam a busca de soluções para problemas concretos da realidade, buscando a melhoria das necessidades locais” (DIÓGENES; AGUIAR, 2013, p. 24).

Refletimos também sobre o caráter de projetos permanentes de EA e não apenas de ações eventuais que no fim tomam por esquecido os objetivos alcançados de forma

parcial durante tal vigência das ações.

Na fala do/a P5, sinaliza temas bastantes pertinentes no que diz respeito a fragilidades de trabalhos práticos sobre EA, sobre os conteúdos programáticos constantes no currículo e que são cobrados em avaliações do tipo externas que medem a aprendizagem dos estudantes através de uma matriz de referência pré-estabelecida, e os desafios das práticas pedagógicas que são tensionados por demandas e metas.

Os/As professores/as P1, P3, P4 e P5, mencionam em suas falas sobre o atual projeto em vigência na escola, Vidas Verdes, e P5 consegue detalhar e nortear detalhes do projeto:

[...] eu referi na questão anterior que o nosso projeto junto com a estudante que foi delegada infanto-juvenil aqui da nossa região, foi adquirindo parcerias no decorrer do ano passado e que gerou um novo projeto, que é o Projeto Vidas Verdes, conseguimos um diálogo fecundo com professores e graduandos de uma Universidade que temos aqui na nossa região, UNILAB, especificamente, com professores do Curso de Agronomia, sentamos juntos e fomos pensando em como poderíamos melhorar nossas vivências de EA na escola. Então, atualmente a meu ver o que a gente tem feito é através desse projeto Vidas Verdes [...] (P5, 2019).

A fala de P5 sinaliza o compromisso com a EA no espaço escolar, e revela que a proporção do que pensou para o projeto realmente seja permanente, pois o projeto desenvolvido em 2018 renasce em 2019 com uma nova vertente e denominado Vidas Verdes. Em sua continuidade da fala, explicita as ações que foram realizadas a partir do projeto no presente ano, assim se posiciona:

[...] trabalhamos a apresentação desse projeto numa vertente de conscientização com os professores da escola, com os professores do município de Acarape, começamos a perceber que o projeto já vai para além dos muros da escola, fizemos palestra de abertura em todas as turmas de nossa escola, apresentando o projeto tentando captar estudantes para que pudéssemos de fato efetivar, concretizar o projeto. Porque o atual projeto foi uma consequência do projeto do ano passado, então ele está se estruturando/caminhando para ser algo de forma efetiva na escola, algo permanente. Então, nesses primórdios trabalhamos muito a questão de conscientização, fizemos sessões de filmes e sessões de debate sobre questões ambientais a exemplo da produção Wall-e que trabalha a questão de reflexões sobre o lixo, sobre o descarte do lixo, sobre o planeta Terra em geral. Também acentuamos uma integração entre professores de Ciências e Matemática, sentamos, fomos olhar o que era o plano de ensino na nossa escola destas duas disciplinas, fomos tentando ver conteúdos que tem pontos em comum para se trabalhar a interdisciplinaridade com o compromisso de inserir constantemente o tema transversal que é a Educação Ambiental. Então foi feita essa sistemática, percebemos em que meses e em que conteúdos estaríamos alinhando, seria a matemática trabalhar um pouquinho de Ciências e Educação Ambiental, e assim a Ciências também trabalhar a Matemática e a Educação Ambiental na sua realidade do dia a dia [...] (P5, 2019).

Percebe-se uma diversidade de ações relatadas até aqui, e na concepção do entrevistado a primeira fase do Projeto tem uma vertente forte de conscientização, e principalmente a vontade de tornar as ações permanentes na escola, o Art. 10 da Lei 9.795 afirma-se que a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Para os autores Almeida e Suassuna (2005, p. 109), é importante a conscientização ambiental por entender “que para se formar a consciência ambiental, ou seja, uma mudança de valores e condutas por parte dos alunos, é necessário que a prática pedagógica seja realizada de forma articulada entre as diferentes disciplinas de modo interdisciplinar”.

Em sintonia, P5 aborda mais ações do Projeto Vidas Verdes, como os alunos se comportaram e se conscientizaram a partir de tais ações, assim como sua visão sobre projeto de EA na escola:

*[...]. Embora os desafios sejam muitos, muitas demandas para o professor dar conta, mas, a gente tem caminhado como pode. Inclusive recentemente nós tivemos o dia do meio ambiente, então para fechar a semana desta comemoração, uma das culminâncias pensadas que conseguimos realizar, como ação do projeto foi uma palestra de conscientização e os alunos aproveitaram espaços ociosos da escola para fazer o plantio de algumas mudas de árvores nativas que foram cedidas pelos próprios parceiros do Projeto Vidas Verdes, a parceria com o pessoal da Agronomia da Unilab. **Então assim foi um momento muito bacana, eu vi estudantes adotarem árvores, eu vi estudantes estarem preocupados no final de semana se teria como aguar as mudas, porque eles realmente querem que a gente possa contribuir de alguma forma com espaços verdes na escola. E aí as coisas vão se desdobrando, vão se concretizando, temos uma ideia a partir desse projeto de se trabalhar uma horta na escola, temos outros espaços ociosos que podemos trabalhar compostagem e para isso fazer uma oficina do que é e como fazer compostagem com os alunos, sensibilizar, que eles possam também estar pensando em fazer isso em aulas da sala, em casa e etc. Então tem se desenvolvido dessa maneira, eu acho que talvez possa afirmar com certeza que a Educação Ambiental na escola só é possível através de projetos, porque as vezes, apenas o conteúdo de sala de aula não deixa margem para que os professores possam pensar em coisas para além desses conteúdos que são exigidos pelas instâncias maiores da educação. Então a meu ver o projeto além de mobilizar e projetar, ele consegue de fato inovar a escola no sentido de mais perspectivas (P5, 2019, grifo nosso).***

As atitudes dos estudantes e mudanças de posturas a partir das ações realizadas é relatada por P5, isso mostra que práticas de educação ambiental pode trazer mudanças significativas em novas gerações. Como defende o autor Muller (2003), para conseguir

que os alunos aprendam devemos tornar os conteúdos interessantes, ou seja, aproximando-os de questões atuais e da vivência dos alunos.

Assim, os/as alunos/as passam a se interessar por assuntos que fazem parte de sua realidade e do contexto que estão inseridos. Além disso, eles precisam viver e fazer parte das ações de EA, assim, pode ser possível visualizar mudanças comportamentais no meio ambiente. Como aponta Reigota (1999), a EA escolar deve enfatizar o estudo do meio ambiente onde vive o aluno, trabalhando os principais problemas da comunidade.

P5 finaliza a sua fala referente à segunda pergunta da entrevista alertando sobre os desafios de inserir temas transversais e principalmente a EA no cotidiano de suas aulas, porém é importante a tentativa, assim, no percurso as ações vão acontecendo e se aprimorando. É primordial a existência de projetos, pois as ações por meio destes vêm contribuindo e inserindo os/as alunos/as na participação da mudança de realidade.

Como abordado pela autora Pinheiro (2016), os projetos têm se mostrado como um dos caminhos mais promissores para a organização do conhecimento escolar a partir de problemas que emergem das reais necessidades dos alunos.

Consideramos que os projetos pode ser uma alternativa viável para que a EA seja inserida nos currículos das escolas. Porém, não devem ser de curta duração e pontuais, precisam ser permanentes no ambiente escolar de uma forma que envolva todas as áreas, pois nem sempre esses projetos são interdisciplinares e transdisciplinar que alcance toda a comunidade escolar.

Dando sequência a entrevista, os professores/as relataram se Educação Ambiental deveria ser trabalhada com mais frequência na sua escola. Assim se posicionaram:

É, deveria sim, não só nas escolas, esse é o grande problema porque a educação ambiental não tem a ver com a escola, tem a ver com o povo, com a população, [...], eu acho que os hábitos é que mudaram muito, então não é só a escola que pode resolver esses problemas não, mas eu sei que a escola forma as pessoas que passam a multiplicar as ideias, claro, mas tem que transpassar a escola, transpassar, não só ficar na escola não, tem que sair para o meio da rua, tem que sair para o povo, para a população [...]. Claro que tem que ter na escola a Educação Ambiental, tem que ser trabalhado com muito mais ênfase ainda, mas é como eu digo tem que perpassar a escola, tem que sair nas ruas, acho que a população do mundo todo tem que se unir em prol disso, porque nós temos que proteger aonde nós vivemos, porque se não acontecer isso, nós vamos sofrer grandes tragédias no mundo, e nós vamos sucumbir, isso não tem jeito, isso é fato. Educação Ambiental depende não só da escola. Quanto mais você puder ter atitudes em que entre a Educação Ambiental na sua escola, melhor será para nós seres humanos, se você colocar em tudo, até na merenda escolar, no porteiro,

todos engajados, para um meio ambiente saudável para nós mesmos, seria muito bom, então enquanto mais trabalharmos, melhor será (P1, 2019);

Com certeza, inclusive existe um debate acerca de transformar isso em uma disciplina específica o que seria um grande erro porque engessaria toda uma sistemática de preservação do meio ambiente. Quando você trabalha um tema como transversal, ele com certeza irá contribuir muito mais, porque é um tema que vai ser trabalhado de forma diversificada em todas as outras disciplinas, não de forma engessada, mas, cada professor dentro das suas aulas trabalharia dando sua contribuição e no final formaríamos uma consciência ambiental muito mais sólida, então assim a questão da educação ambiental na nossa escola é trabalhada, deveria ser trabalhada com mais frequência como tema transversal e que não fosse uma coisa assim aleatória, fosse permanente (P2, 2019);

Sim. Eu até concordaria se fosse uma disciplina eletiva, que fizesse parte do currículo, para trabalhar com os alunos no contra turno, ou até mesmo nas aulas, ou em uma aula de artes para a gente poder trabalhar a educação ambiental de forma criativa e crítica (P3, 2019).

Na fala de P1 é importante destacar a importância de a consciência sobre educação ambiental não ser limitada e de forma exclusivamente da escola, é um compromisso pessoal de cada sujeito com o meio em que vive.

Para P2 o tema transversal precisa ser potencializado ainda mais no trabalho escolar, uma vez que ele afirma que ainda é de forma muito sutil.

O pensamento de P3 revela seu posicionamento de ser inserido no currículo escolar em ações inclusive propostas para o contra turno, no entanto, como forma de potencializar sugere que a disciplina de artes possa se utilizar mais da temática transversal. Na sequência acompanhamos o posicionamento de P4 e P5, referente ao mesmo questionamento:

Com certeza, porque o mundo precisa, nós precisamos trabalhar nos nossos alunos a questão da conscientização, da importância do meio, e do papel de cada um. [...] uma folha de papel que eles rasgam, que jogam na sala, aquilo ali já prejudica o meio ambiente e nós devemos trabalhar essa conscientização a nível de educação escolar que o ambiente escolar é para ser limpo, [...] e quando ele se preocupa com ambiente limpo da sala, ele se preocupa com a casa, ele se preocupa com a escola como um todo, ele se preocupa com a rua e se fizermos essa pontinha de conscientização em um, já faz a diferença que dirá numa sala toda, que dirá numa escola como um todo. Então é disso que o mundo precisa, nós trabalharmos esses projetos ambientais diretamente com nossos alunos a nível de conscientização para a melhoria de um mundo melhor (P4, 2019);

Com certeza, eu reflito muito nesse embate se a Educação Ambiental deve ser disciplina ou se realmente deve ser um tema transversal para poder estar

contribuindo com todas as disciplinas de forma mais permanente, mas, uma coisa é certa, precisamos fazer alguma coisa, conscientizar. Eu lembro que para além dessa escola eu contribuo de forma voluntária em um ambiente de aprendizagem considerado não formal, que é uma Escola de Música e lá eles trabalham além das aulas de música – teoria e prática, trabalham disciplinas de reforço escolar, Português e Matemática, e também realizam palestras temáticas para alunos e pais de alunos, e uma das proposta que surgiu, foi justamente trabalhar Educação Ambiental, eu vi que a escola já pensa sobre a temática e não adota descartáveis por exemplo, cada um tem sua garrafinha tem seu copo, então aproveitei o momento para apresentar o Projeto Vidas Verdes que nós desenvolvemos aqui na escola. Então conversei com uma palestrante que nós temos aqui, uma professora que trabalha no corpo docente da escola, que é muito voltada para estudos dessa temática e aí conseguimos levar, atender a um público que era externo aos muros da nossa escola, fechada aqui, regular. Então a meu ver existe esse debate, mas a gente precisa de fato contribuir para que as pessoas tenham um pensamento diferenciado sobre isso (P5,2019).

O/A entrevistado/a P4, acredita que o trabalho deve ser pautado no estímulo para que os estudantes possam tem essa conscientização e vivência, sejam multiplicadores de um mundo melhor.

P5 realça a importância de se trabalhar para além dos muros da escola, em parceria com outras instituições que possam desenvolver atitudes conscientizadoras e novos hábitos através de suas práticas.

A pedagogia de projetos é um importante instrumento para a realização/concretização de ações conscientizadoras pelo meio ambiente, é sempre uma fala que se repete entre os entrevistados sobre a inserção de projetos nos espaços educativos.

A pedagogia de projetos “surge da necessidade de desenvolver uma metodologia de trabalho pedagógico que valorize a participação do educando e do educador no processo de ensino/aprendizagem tornando-os responsáveis pela elaboração e desenvolvimento cada projeto de trabalho” (PINHEIRO, 2016, p. 4).

Sobre como deveria ser desenvolvida a Educação Ambiental nas escolas. Seguem apontadas sugestões:

É lamentável, que nós tenhamos que debater isso, porque um assunto como esse, quando os seres humanos não tinham tanto avanço, nem existia esse assunto, o mundo era tão perfeito para nós, eu pelo menos vivíamos em um mundo perfeito, na minha idade de 15 anos, mais ou menos, o mundo era muito perfeito não existia degradação nenhuma, existia lagoas com águas cristalinas, rios com águas cristalinas, quando você vê um rio morrer, que você não pode mais tomar banho nele. [...] desenvolvemos o progresso, que cresceu em ordem geométrica, e decresceu nossos cuidados com o meio ambiente também em ordem geométrica [...]. Eu acredito que se nós conseguíssemos mudar a cultura das pessoas com relação aos seus hábitos, hábitos de não jogar o lixo em qualquer local, o hábito

de tentar usar produtos que pouco menos lixo produzissem. Então, a mudança de cultura de tudo que a gente jogar fora, acaba prejudicando o meio ambiente (P1, 2019);

Eu acho que nós deveríamos ter um projeto a nível de Secretaria de Educação Municipal que começaria das escolas e ela culminaria nas localidades, para que todas as coisas que nós aprendêssemos com os alunos a gente pudesse efetivar isso na prática [...]. A Secretaria ela dispõe sobre temáticas inclusive na proposta da semana pedagógica do município de Acarape, ela levanta a questão, só que é de forma sucinta. Não existe um projeto a nível de Secretaria a ser desenvolvido durante o ano todo e isso prejudica a formação da consciência das nossas crianças e dos nossos adolescentes, uma vez que, o que eles aprendem na escola não é a realidade que eles vêm em torno deles. [...] e eu acho que deveríamos formar essa consciência para que a gente possa colher ações, para que esses alunos possam exercer a cidadania, a cidadania plena no que diz respeito a construção de um meio ambiente equilibrado e que possamos absorver tudo de bom que o meio ambiente pode nos proporcionar. É uma temática que a Secretaria lança até deixa um pouco dentro das escolas, no entanto, ela sofre uma pressão social muito forte na atualidade, porque tudo deságua nas escolas, porque o professor além de ensinar o conteúdo, assumir projetos, muitas vezes acumulam demais e se torna uma carga/sobrecarga, um peso para escola. Então assim, o meio ambiente deve ser uma prioridade, diante de todos os projetos que são importantes, porque quando cuidamos do meio ambiente, nós estamos cuidando da gente, estamos cuidando do mundo, de todas as pessoas, e os animais, fauna e flora (P2, 2019).

Através da conscientização da comunidade e escola, trabalhar em conjunto, fazermos ações não só fechadas nos muros da escola, mas extrapolar para fora, para toda a comunidade ser envolvida (P3, 2019).

Nas percepções de P1, P2, e P3, ocorrem convergências quando abordam a conscientização dos sujeitos. No relato de P1, sempre permeia que o trabalho deve ser feito nos sujeitos, mudança de pensamentos e atitudes, e que a escola precisa focar nessa demanda.

Para P2, o projeto nas escolas precisa adquirir demandas mais amplas, a nível das estancias de educação onde as mesmas possam cobrar com mais efetivação nas escolas. Essa fala alinha-se com o pensamento de Carvalho (2005) e a preocupação da EA não ter conseguido estar presente nos espaços-chave, da organização do trabalho educativo na escola como, por exemplo, na definição dos projetos pedagógicos, dos planos de trabalho, do uso do tempo em sala de aula, do planejamento, da distribuição das atividades entre outros.

O P3 acredita que o caminho é o trabalho coletivo com a conscientização da comunidade escolas. Para P4 e P5, temos:

Na minha opinião enquanto professora e ser humano mesmo, eu acho que o início,

o princípio é a questão da limpeza, a partir da própria limpeza você começa a evitar a questão do desperdício. Todo mundo hoje em dia quer se aproveitar dos sacos, vão para os mercantis pegar a quantidade máxima de sacos plásticos; mostrarmos para eles que não deveria ser dessa forma, poderíamos pegar algum material que seja reciclável e usarmos para mantermos o nosso lixo, ou só um recipiente do lixo em vez de pegar vários sacos. Outra forma também que eu posso ver é mostramos o próprio município, com as queimadas que ocorrem aqui no município de Acarape, pessoal que cortam a mata, a madeira e vendem, mostrar para eles a questão da desertificação tanto do solo como também do plantio devido essa prática. Atualmente se formos olhar as matas aqui nas redondezas, os terrenos estão ficando todos desertificados, retiradas para ser vendida em forma de comércio, se levarmos os alunos não só para verem ao redor, vão perceber a importância que deve ser trabalhado com eles a questão sobre o Meio Ambiente (P4, 2019);

Não é uma coisa tão simples, como eu disse, ela já tem um cronograma de conteúdo do que os meninos precisam sair da escola já sabendo, e muitas vez esse cronograma apresenta-se tão fechado e restrito em algumas disciplinas que não abrem margem para acrescentar coisas importantes como a Educação Ambiental. Então eu acho que vai depender da visão do professor, da visão da gestão da escola, da visão da própria Secretaria de Educação do município porque dependendo dessas visões conseguimos flexibilizar uma proposta ou não. E para além disso se aquele professor de sala de aula tiver tido uma formação na Graduação com fragilidades de perceber o que são questões interdisciplinares e questões transdisciplinares isso também vai pontuar como dificuldade para que isso de fato possa acontecer no chão da escola. Porque o professor precisa ter uma visão para além daquele conteúdo que é exigido na sala de aula e das possibilidades de como pode estar inserindo a Educação Ambiental. Então é uma problemática difícil de responder, mas eu acredito que precisa muito da visão dos sujeitos compromissados com a questão da Educação Ambiental, a partir disso realmente será possível trabalhar de forma diferenciada inserindo a temática transversal (P5, 2019).

P4 fala da mudança pelo exemplo, em realização das coisas mais simples ao redor como limpeza dos espaços pode ser uma forma de aumentar o trabalho nas escolas. Refletir sobre os atuais contextos em que se evidencia, na prática social, a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias (BRASIL, 2013).

P5 apresenta que a mudança só é possível através de um processo formativo diferenciado, ou seja, profissionais com formação inicial e contínua que contemple as questões ambientais, sendo assim, são capazes de inserir em suas práticas pedagógicas e estimular a propagação de ações de EA.

Encontramos em Brasil (1999) que os professores em atividade devem receber formação complementar para sua atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação

Ambiental. Para Carvalho (2005) a capacitação de professores em EA, busca agregar novas habilidades pedagógicas.

O último questionamento foi sobre a Lei 9.795, de 27.04.1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Destaca no art. 10, parágrafo primeiro que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Para finalizar foi perguntado aos professores se concordavam com a Lei: a Educação Ambiental não deve ser disciplina ou se discordavam da Lei: a Educação Ambiental deve ser disciplina. Relataram:

Eu acho que a Educação Ambiental não pode ser disciplina, eu concordo com a Lei, porque a Educação Ambiental, ela perpassa qualquer disciplina, ela tem que estar na Matemática, tem que estar em Português, tem que estar em Geografia, tem que estar em Ciências, tem que estar em História, tem que estar em tudo. Eu acho que temos que usar a Educação Ambiental em todas as disciplinas, ela tem que ser interdisciplinar. Porque se tornar ela uma disciplina quer dizer que só aquela disciplina que vai trabalhar esse assunto, eu acho que tem a ver com tudo, com a nossa vida, com a vida de todo mundo. Eu acho que dá. [...] nós temos que mudar nossa cultura e saber que o Meio Ambiente está pedindo socorro todo dia. E nós temos que ter a cultura, os professores, eles têm que pararem para falar sobre isso nas suas aulas, de Matemática de Português, de Geografia de História, todas. E fazer com que aqueles alunos entendam na sua cabeça que temos que proteger o ambiente enquanto ainda temos tempo, porque depois poderá ser tarde demais, [...]. Toda escola deveria colocar no seu PPP essa preocupação ambiental, infelizmente quase nenhuma escola conta com isso, inclusive nós. Mas vamos mudar isso, vamos mexer no nosso PPP, incluir (P1, 2019);

Inclusive até eu tinha comentado a pouco tempo sobre a lei. Eu concordo com a lei porque quando você cria uma disciplina específica para dentro do currículo você vai engessar a disciplina, os alunos vão ter contato com essa disciplina e com esse professor. Quando você não tem ela como disciplina específica, você trabalha ela dentro da transversalidade, como um tema transversal você dá oportunidade para que outras áreas do conhecimento possam trabalhar à sua maneira a questão da Educação Ambiental e isso vai contribuir muito mais para a formação de uma consciência ambiental do que uma disciplina específica e engessada [...] ela tem que ser trabalhada dentro da diversidade que são as outras ciências, dentro das outras disciplinas ensinadas nas escolas. Inclusive não temos assim uma proposta pedagógica bem sólida no que diz respeito às culminâncias desses projetos, temos o dia mundial da água e nós não comemoramos, seria um momento em que a gente ia expor os trabalhos que seriam discutidos em sala de aula; temos a semana da árvore, que é comemorado, nós temos a semana do meio ambiente, enfim, o homem é o meio ambiente, tá certo não tem como desprender você separar o homem e o meio ambiente, é como se separasse o corpo e o espírito, um não vive sem o outro, tá certo é por isso que as questões de políticas de educação elas tem que estar presente em todos os atos das ações humanas, é na escola, é na rua, é na casa, nos sindicatos, é nas igrejas, é por isso que eu concordo com a lei nesse sentido de que não seja uma disciplina específica de um currículo, mas que possa ser trabalhada por todos os professores nas diversas áreas do conhecimento. Minha sugestão é que esteja contemplado dentro da proposta pedagógica, não

como disciplina, mas que esteja dentro da proposta pedagógica os trabalhos direcionados a serem desenvolvidos, as temáticas que serão desenvolvidas pela escola, um projeto a nível de escola, poderia até culminar um projeto a nível de município [...]. Quando eu digo que a lei veio, é no sentido de corrigir aquilo que moralmente as pessoas deveriam fazer sem a intervenção do estado [...]. É muito interessante isso da questão moral, da questão da consciência dos alunos, as vezes eu olho para os alunos quando vão no bebedouro, as vezes deixam uma torneira aberta. Eu digo gente isso aqui é como se a vida estivesse sendo destruída, porque nós devemos aproveitar porque a água está escassa, [...]. O planeta sofre a ação do homem, mas a natureza tudo que ela criou hoje ela levou milhões de anos, um milhão de anos para a natureza não é nada, para os seres humanos um milhão de anos pode ser muito tempo, mas a natureza se recompõe, ela se recompõe sem a agente, ela não se recompõe sem ela, a degradação do meio ambiente é a degradação do próprio homem (P2, 2019);

Eu acho que ela deveria ser implementada junto com o currículo, não assim tão específica em si, para ser trabalhada por um profissional só, mas acho que dentro da grade para todo mundo trabalhar, para um único profissional ficaria muito quebrado/isolado porque a questão da conscientização faz parte das ciências exatas e humanas e eu acho que também faz parte da formação cidadã do aluno, sendo assim eu acho que concordo com a lei, não deve ser uma disciplina específica mas sim um conteúdo para abordar dentro do currículo (P3, 2019).

Sobre a Lei percebemos que os professores divergem com relação as suas opiniões para P1 e P3, a EA deve ser trabalhada em todas as disciplinas e P3 opina sobre ser de fato inserido no currículo da escola de tal forma que possa ser afirmado o compromisso de ser trabalhado pelo quadro docente.

Dialogando com P1, Reigota (2017) informa que cada uma das áreas de conhecimento tem a sua contribuição para dar à Educação Ambiental, principalmente quando consegue envolver nas práticas pedagógicas todos os professores e todas as professoras das múltiplas matérias da escola. Os relatos de P4 e P5 sobre a mencionada Lei:

Eu acho que a educação ambiental deveria ser disciplina sim, porque ela não é importante só para a escola ou como conteúdo não, ela é importante é para a vida, ela é necessária a vida, porque se nós não tivermos um meio ambiente saudável não teremos uma vida saudável, se o meio ambiente não for saudável, nem a população nem o ser humano terá uma vida saudável, uma vida útil. Então eu que é para ser disciplina sim, isso era o mínimo que deveria ser feito pelo nosso Meio Ambiente, era que fosse implantado nas escolas como disciplina, porque deveria ser feito muito mais. Geralmente nosso conhecimento é muito estreito em relação ao Meio Ambiente, só que ele é tão abrangente que não utilizamos todo ele na escola, [...] só falamos das queimadas, do lixo reciclado, da questão das sujeiras das ruas, de projetos de coleta de material reciclado, mais o meio ambiente não é só isso, ele é muito abrangente e não só a vida humana, mas toda espécie viva da terra depende do meio ambiente e isso era para ser trabalhado não só a nível de escola, mas ser de projetos mundiais que fosse voltadas para que todas as escolas percebessem essa importância (P4, 2019);

É uma questão difícil de responder porque como eu disse anteriormente se ela for definida como disciplina então teremos a clareza e a certeza que o conteúdo vai estar na grade que as escolas e os gestores exigem que até o final do ano os alunos tenham condições de ter debatido estudado sobre isso, no entanto quando se coloca que é um tema transversal e que pode perpassar por todas as disciplinas eu não vejo como de fato estar tendo a verificação se isto está acontecendo na atualidade, porque fica algo muito solto. Se o professor não tiver a visão de como inserir, ele não vai fazer, então não tem como validar, não tem como saber se está sendo repassado na prática, mesmo isto estando nos documentos nacionais, nos parâmetros curriculares, essa questão da transversalidade, então talvez de forma mais sensata ser disciplina teríamos a garantia de que pudesse realmente trabalhar os conteúdos no entanto seria apenas nessa disciplina e isso implicaria que as outras disciplinas não teriam tanta preocupação de trabalhar a educação ambiental. Eu fico no meio termo (P5, 2019).

Os professores/as P2 e P4, são a favor que de fato a EA se torne uma disciplina no currículo escolar. O pensamento de P4 dialoga com Reis Junior (2003) sobre a grande lacuna que há na formação ambiental das crianças, na educação para a cidadania e para o respeito ao ambiente. A temática de forma sintética restringindo-se às informações dos livros didáticos, às datas comemorativas e, em algumas escolas apenas ao plantio de hortas e à coleta seletiva do lixo, é preciso compreender a amplitude e importância da temática.

E importante percebermos a dualidade da fala de P5, o mesmo não sabe ao certo se concorda com a Lei pois explicita que ambas as decisões têm fragilidades e precisam de acompanhamento para efetivação.

Para tanto, a EA no contexto escolar precisa obedecer às orientações dos PCN's e da PNEA, assim, devendo ser ofertada continuamente, de forma interdisciplinar e transdisciplinar. E ainda, há muitas dificuldades que limitam a inserção da EA na escola, tais como: o currículo com o teor rígido disciplinar, a ausência de apoio teórico-metodológico para as ações de EA como tema transversal, assim, como falta de formação continuada dos professores para as questões ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa realizada, verificamos que no contexto escolar, a EA, se apresenta como um grande desafio, sendo apontada a importância de ser trabalhada com mais frequência nas aulas. A EA inserida de forma efetiva e permanente no contexto escolar, fará com que os estudantes reproduzam na sua realidade uma relação mais consciente com o meio ambiente, seja na escola ou na comunidade em que estão inseridos.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) de Acarape lança a cada ano uma temática geral na Semana Pedagógica para ser trabalhada sobre a EA decorrer do ano letivo, porém, ficando a critério de cada instituição de ensino trabalhar de acordo com suas necessidades e possibilidades, ou seja, não há uma exigência que a temática seja desenvolvida nas escolas e também não ocorre formação que oriente os professores a inserir em suas práticas pedagógicas a EA.

Ao longo da pesquisa, analisamos que EA vem sendo abordada em momentos estanques e pontuais como em datas comemorativas e/ou algumas atividades e/ou projetos de curta duração. Na pesquisa, verificamos que os professores precisam trabalhar de forma mais prática a temática do meio ambiente, incentivando uma participação mais concreta dos estudantes, ou seja, integrando com mais frequência em todas as disciplinas de forma interdisciplinar, transversal e permanente.

É importante destacar a participação da escola na V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que se configura com um marco na história da E.E.F PACV no município de Acarape, ao ter a participação de uma estudante do 9º ano em todas as etapas da referida Conferência. A participação na citada Conferência, mostra que mesmo diante dos desafios e das dificuldades, professores e gestores empenhados em apresentar resultados positivos na EA apesar da precariedade estrutural e de recursos.

Verificamos que os professores têm interesse em desenvolver a EA em suas aulas, mas por meio dessa pesquisa, verifica-se que as atividades de EA, na maioria das vezes, são frutos de esforços pessoais e/ou por parte de alguns professores que ainda, se preocupam com as questões ambientais. Sabemos que existe uma lacuna de compreensão desse assunto na sociedade, sendo assim, a dificuldade de desenvolver essas temáticas não apenas no ambiente escolar, mas a sociedade em geral.

Ficou perceptível que a maioria dos professores não possuem e/ou desconhecem referencial teórico para a EA, apresentando dificuldades em relação à *práxis* da EA,

com formação docente tradicional baseada na ação individualista e carência de formação em ações interdisciplinares na escola.

Assim, existe a necessidade de um aprofundamento e aperfeiçoamento sobre EA, a importância de investir na formação continuada dos professores, para que seja desenvolvida com eficiência, dentro da sala de aula e no cotidiano escolar. O docente precisa estar preparado para utilizar metodologias de ensino que sustentem a importância de estudar a temática ambiental. É preciso reconhecer e compreender a EA como indispensável na formação dos educandos, para que sejam sujeitos conscientes em relação às suas atitudes no meio ambiente e, porém, educar os/as docentes a interagir com o meio ambiente de forma positiva.

Consideramos que os objetivos propostos foram alcançados, com a análise EA na E.E.F PACV de Acarape; a identificação de programas, projetos e/ou ações de EA através de mapeamento *in loco*, que são desenvolvidos/as na escola, contribuindo dessa forma para o fortalecimento da EA nos espaços escolares.

Portanto, a EA, precisa estar presente no processo de ensino-aprendizagem de forma permanente e constante no contexto escolar, sendo (re)pensada pelos profissionais da educação e (re)elaborada no PPP da escola. O papel da EA é indispensável na formação de educandos críticos e criativos, com habilidades e competências voltadas para o enfrentamento dos problemas ambientais, a qualidade de vida, o equilíbrio ambiental, visando a construção de uma sociedade mais justa e saudável, com vista, a preservação do nosso meio ambiente para a atual e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ACARAPE. **Prestação de Contas de Gestão: exercício financeiro 2014 (16/10/2014 a 31/10/2014)**. Disponível em:

<<http://www.municipiosconsultoria.com.br/arquivos/files/publicacoes/prefeitura/acarape/Balan%C3%A7o%20Geral%20Contas%20de%20Gest%C3%A3o/2014/29.29%20-%20Gest%C3%A3o%2016.10.2014%20a%2031.10.2014%20-%20Secretaria%20de%20Cultura,Esporte%20e%20Lazer.PDF>> 2014. Acesso em: 05 ago. 2019.

ALMEIDA, M. P. Q; OLIVEIRA, C. I. Educação Ambiental: importância da atuação efetiva da escola e do desenvolvimento de programas nesta área. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, p. 12-24, 2007.

ALMEIDA, A. J. M.; SUASSUNA, D. A formação da consciência ambiental e a escola. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**. Volume 15, julho a dezembro, 2005.

ARAGUAIA, M. O FILME WALL-E. Disponível em:

<<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/o-filme-walle.htm>>. Acesso em: 23 agos. 2019.

BASILIO, A. L.; DAHER, J. (Reportagem). **Educação em Disputa: 100 dias de Bolsonaro é uma parceria entre Ação Educativa, Carta Educação e De Olho nos Planos**. Disponível em: <<http://sinprominas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Educac%C3%A7%C3%A3o-em-Disputa-100-dias-de-Bolsonaro.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BAGANHA, D. E.; VIEIRA, E. R.; MORTELLA, R. D. A Trajetória da Educação Ambiental na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. In: VIEIRA, E. R.; MORTELLA, R. D.; ROSA, M. A (Org.). **Educação ambiental rumo à escola sustentável**. Curitiba: SEED: UTP, 2018. 104 p. (Caderno Temático).

BATISTA, M. S. S. **Educação Ambiental no ensino superior reflexões e caminhos possíveis**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

BORTOLO, C.A. Educação Ambiental: sua relevância na formação de professores nos cursos de Geografia e Pedagogia. In: BARBATO, L. F. T.; GIBIM, G. F. B.; FERREIRA, G. H. C (ORG.). **Práticas de Ensino: Teoria e Práticas em Ambientes Formais e Informas**. Anhangabaú – Jundiaí – SP, 2019.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. **DECRETO Nº 5.159, DE 28 DE JULHO DE 2004**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d5159.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. Resolução nº2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**. Brasília: DOU, 2012.

_____. Parecer de nº 14/2012, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Pág. 18. 2012.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 abr. 1999.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2001.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Educação Ambiental legal** – Portal do MEC. (1999). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 ago. 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, DF: CGEA: Secad: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

_____. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 10. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015, 2016.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, v. 4, p. 173-185, 2010.

CARVALHO, I. C. D. M. **Educação Ambiental: Formação do Sujeito Ecológico**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CEARÁ (Estado). Constituição (2016). Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação (2016/2024). **Plano Estadual de Educação**. Fortaleza, CE, 2016.

CORNELL, J. B. **Vivências com a natureza 2: novas atividades para pais e educadores**. São Paulo: Aquariana, 2008.

CZAPSKI, S. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Seção "Fichário", cap "PCN". Publicação de responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto. MEC/Unesco, Brasília - DF, 1998.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Editora Gaia, 2004.

DIÓNESES, C. G.; AGUIAR, J. R. **UNILAB: Caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul**, Redenção: UNILAB, 2013.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

FERRARO JÚNIOR, L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadores(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 127p, 2009.

GONÇALVES, A.K.C (Coord. Geral). História. 2005 Disponível em: <http://www.senarce.org.br/agrinho/apresentacao/historia/>. Acesso em: 25 agos. 2019.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: No consenso um embate?** Campina, SP: Papyrus, 2000.

GUBERT, R.; TORRES, T.; MARRIOTT, R. C. V.; TORRES, P. L. A formação continuada a distância de professores no Programa Agrinho: uma proposta de Educação Ambiental. **Int. J. Knowl. Eng. Manag.** Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 125-136, jul./out. 2013.

KINDEL, E. A. I. Educação Ambiental nos PCN. In: LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. (Org.). **Educação Ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LAYRARGUES, P.P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação. In: Quintas, J.S (Org) **Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente**. 2. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LÁZARO, A. L. F. A diversidade, a diferença e a experiência da Secad. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 265-276, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

LIPAI, E. M.; LAYRARGUES, P. P.; PEDRO, V. V. Educação ambiental na escola: tá na lei. In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MMA. **Conceitos de Educação Ambiental**. Disponível em: <<https://mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/conceito.html>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

MULLER, J. **Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica**. Porto Alegre: FAMURS, 2003.

ONU. **Universidades de todo o mundo declaram emergência climática** (2019). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/universidades-de-todo-o-mundo-declaram-emergencia-climatica/>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

PINHEIRO, L. M. **Pedagogia de projetos: a metodologia que usa os sentidos e a arte como base para o aprendizado**. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2016.

QUADROS, R. M. S.; SILVA, W. P. C.; OLIVEIRA, A. C. D.; FRANÇA, W. M. (Org.). **Entenda o Fundo Municipal de Educação**. Tribunal de Contas dos Municípios, Estado Pará, 2014.

QUINTAS, J. S. Educação no Processo de Gestão Ambiental. In: BRASIL. Salto Para o Futuro. Ministério da Educação. **Educação Ambiental no Brasil**, ano XVIII, Boletim 1, Rio de Janeiro, 2008.

RAMOS, A. Política Ambiental. In: RICARDO, B.; CAMPANILI, M (Ed.). **Almanaque Brasil Socioambiental: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O que é educação ambiental**. 1º ed. *eBook*. Tatuapé, São Paulo: Editora e Livraria brasiliense, 2017.

_____. **A floresta e a escola por uma educação pós-moderna**, São Paulo: Cortez, 1999.

RICARDO, B.; CAMPANILI, M (Ed.). **Almanaque Brasil Socioambiental: uma**

nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

ROSA, M. D.; SANTOS, V. S.; SCHMITT, J. L. Aportes teóricos da educação ambiental: um olhar para a educação profissional. In: GANZER, A. A.; OSORIO, D. M. M.; HUPFFER, H. M.; BAUER, M. M.; RAUBER, L. H.; SOARES, N. A. (Org.). **Educação Ambiental e Meio Ambiente em Paula.** [Recurso eletrônico]. Novo Hamburgo, Feevale, 2017.

RODRIGUES, H. W. A educação ambiental no âmbito do ensino superior. In: LEITE, J. R.M.; BELLO FILHO, N. B (ORG.). **Direito ambiental contemporâneo.** Barueri, SP: Manole, 2004.

SÁ, I. G. C. **ProNEA:** um estudo das fontes legais da educação ambiental no Brasil. Salvador, 2006.

SATO, M.; GAUTHIER, J. Z.; PARIGIPE, L. Insurgência do grupo-pesquisador na Educação Ambiental Sociopoiética. In: SATO, M. & CARVALHO, I.C.M. (orgs). **Educação Ambiental.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, G. A.; SANTOS, C. A. P. A inserção da educação ambiental no Currículo Escolar. **Revista Monografias Ambientais – REMOA, Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM,** Santa Maria, v. 15, n.1, jan-abr. 2016.

SEGURA, D. S. B Educação ambiental nos projetos transversais In: BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil:** conceitos e práticas em educação ambiental na escola / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; FERRARO JR, L. A. Educação ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, 2005.

SOUZA, D. A. **A Relação da Criança com o Meio Ambiente:** A Educação Ambiental nos Contextos Escolares, 2004. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 2004.

TREIN, E. A perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental. In: BRASIL. **Salto Para o Futuro.** Ministério da Educação. Educação Ambiental no Brasil, ano XVIII, Boletim 1, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, E. R.; ROSA, M. A.; MORTELLA, R. D. Escola Sustentável em foco. In: VIEIRA, E. R.; MORTELLA, R. D.; ROSA, M. A (Org.). **Educação ambiental rumo à escola sustentável.** Curitiba: SEED: UTP, 2018. 104 p. (Caderno Temático).

APÊNDICE

APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICA A NÍVEL DE MESTRADO E DE DOUTORADO PRODUZIDAS NO MUNICÍPIO DE ACARAPE-CE

Quadro 01: Especificidade dos trabalhos da pesquisa em nível de mestrado.

DISSERTAÇÕES			
ANO	TÍTULO	IES	AUTORIA
1998	Contribuição ao conhecimento químico de anadenanthera colubrina var cebil (leguminosae) e psidium myrsinoides o. berg (myrtaceae).	UFC	Freitas, Marinalva Oliveira
1999	Compartimentação morfopedológica do alto Pacoti	UFC	Benevides, Elton Castelo
	Contribuição para um modelo de alocação de águas no Ceará	UFC	Sales, Célio Augusto Tavares E
2000	Processo hidrossedimentológico na bacia do açude Acarape do meio, Ceará.	UFC	Fernandes, Lia
2001	Modelagem da retenção de sedimentos em reservatórios do semi-árido.	UFC	Almeida, Goretty Batista De
2003	Equação de erosividade de chuva para estudo do Ceará.	UFC	Filho, Antonio Viana Da Silva
2004	Aspectos geológicos e geocronológicos da região de redenção (CE) e adjacências - contexto regional e evolutivo: sequência Acarape e suíte Pacatuba.	UFC	Torres, Paulo Fernando Moreira
	Aspectos químicos do estudo químico-farmacológico de plantas do nordeste de brasil: erithrina velutina e annona squamosa.	UFC	Rodrigues, Alexandre Cesar Praxedes
	Assentamentos barra do leme e 24 de abril: poder e sustentabilidade.	UFC	Pinheiro, Antônio Flávio Costa
2005	Análise Geoambiental dos Impactos Associados a Mineração de Mármore Dolomítico no Município de Acarape-CE.	UFC	Vieira, Carlos Valério Pires
2006	Aplicação de técnicas contemporâneas de Ressonância Magnética Nuclear-RMN no estudo fitoquímico de Aspidosperma ulei Markgf. (UFC)	UFC	Uchoa, Daniel Esdras De Andrade
2007	Estado trófico do açude Acarape do meio com prognósticos, usando modelagem matemática.	UFC	Lima, Fernando Fernandes de
	Estado trófico do açude Acarape do meio com prognósticos, usando modelagem matemática.	UFC	Júnior, Carlos Roberto Moura Leal
2009	Dinâmica espaço-temporal de variáveis limnológicas e sua influência sob as cianobactérias de um reservatório eutrofizado: açude Acarape do Meio-CE.	UFCG	Pacheco, Carlos Henrique Andrade
2010	Estudo Químico das Raízes de Platymiscium floribundum Vogel (FABACEAE).	UFC	Veloso, Persio Alexandrini
	Planejamento Ambiental Aplicado a um setor do médio curso da bacia hidrográfica do rio Pacoti-Ceará.	UFC	Queiroz, Pedro Henrique Balduino de
2011	Desenvolvimento de uma metodologia, com base na	UFC	Araújo, Juliana Alencar

	teoria fuzzy, para o estudo do risco de eutrofização em reservatórios com estudo de caso no reservatório acarape do meio do estado do Ceará.		Firmo de
2012	Assoreamento em densas redes de reservatório do semiárido brasileiro: o caso da bacia hidrográfica da barragem pereira de miranda, CE.	UFC	Lira, Daniely Lidiany Costa
2013	Estudo isotópico e geomorfológico de sete reservatórios da bacia do Banabuiú.	UFC	Reboucas, Jonathan Alves
	Prospecção de <i>cylindrospermopsis raciborskii</i> em reservatórios no ceará e efeitos da depleção de nutrientes na sua concentração celular.	UFC	Barros, Mario Ubirajara Goncalves
2014	Análise da relação espaço-temporal do uso e ocupação do solo com a qualidade da água na bacia do açude Acarape do meio.	UFC	Peixoto, Francisca Socorro
	Utilização de logica fuzzy e sensoriamento remoto no monitoramento do uso do solo: estudo de caso da bacia hidrográfica do açude acarape do meio.	UFC	Sousa, Debora Carla Barboza De.
	Ecoturismo e turismo de aventura na chapada de Ibiapaba com foco em Tianguá, CE.	UECE	Ribeiro, Francisco Irapuan
	A gestão escolar e sua relação com o Ideb: estudo de caso em dois municípios do Maciço de Baturité/CE.	UFC	Barros, Claudia Cunha Melo
2016	Utilização de fogões ecológicos como uma tecnologia sustentável: um estudo de caso na comunidade garapa e no município de Acarape – CE.	UNILAB	Bezerra, Paula Andreia Rodrigues
	Fatores bio-socioeconômicos e culturais associados à saúde bucal dos acadêmicos da Unilab.	UNILAB	Silva, Cosmo Helder Ferreira Da
2017	Determinação eletroanalítica de dipirona usando eletrodo de diamante dopado com boro.	UFC	Gomes, Rayane Nunes
2018	A sustentabilidade e o Ensino de Ciências nos Anos Finais Do Ensino Fundamental: aproximação do Contexto de dois Municípios da Região do Maciço de Baturité/Ceará	UNILAB	Pereira, Virgínia Neta Lima

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quadro 02 - Especificidade dos trabalhos da pesquisa em nível de doutorado.

TESES			
ANO	TÍTULO	IES	AUTORIA
1998	Fundamentos hidrogeológicos para a gestão integrada de recursos hídricos na região metropolitana de fortaleza, estado do Ceará.	USP	Cavalcante, Itabaraci Nazareno
2003	Contribuição ao conhecimento químico de plantas do nordeste: <i>platymiscium floribundum</i> vog.(leguminosae). (UFC)	UFC	Falcão, Maria Jose Cajazeiras
2007	Estudo do estado trófico do reservatório	UFC	Ribeiro, Irla Vanessa Andrade

	Acarape do meio mediante a determinação de indicadores de qualidade de água.		de Sousa
2011	Levantamento e estudo das ocorrências de grafita do Distrito Grafítico Aracoiába-Baturité, CE.	UERJ	Fragomeni, Paulo Roberto Pizarro
2012	Contribuição ao Conhecimento Químico de Plantas do Nordeste do Brasil: <i>Aspidosperma ulei Markgr</i> ”	UFC	Torres, Zelina Estevam Dos Santos
2015	Cartografias da água: territorialidades, políticas e usos da água doce em fortaleza (1856 – 1926).	UFC	Neto, Emy Falcao Maia
	Segurança de água em bacias hidrográficas: formulação de um modelo institucional.	UFC	Pinheiro, Maria Ines Teixeira
2016	Enquadramento de corpos d’água no nordeste brasileiro como instrumento de gestão e sustentabilidade ambiental: o caso da bacia hidrográfica Acarape do Meio – CE.	UFC	Lima, Berthyer Peixoto.

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quadro 03: Trabalhos sobre o município de Acarape por nível de pós-graduação *stricto sensu* geradas entre 1998 – 2018.

Ano	Total de Dissertações	Total de Teses	Total de Trabalhos	Total de Dissertações sobre Educação	Total de Teses sobre Educação	Total de Trabalhos
1998	1	1	2	0	0	0
1999	2	0	2	0	0	0
2000	1	0	1	0	0	0
2001	1	0	1	0	0	0
2003	1	1	2	0	0	0
2004	3	0	3	0	0	0
2005	1	0	1	0	0	0
2006	0	1	1	0	0	0
2007	2	1	3	0	0	0
2009	1	0	1	0	0	0
2010	2	0	2	0	0	0
2011	1	1	2	0	0	0
2012	1	1	2	0	0	0
2013	2	0	2	0	0	0
2014	4	0	4	1	0	1
2015	0	2	2	0	0	0
2016	2	1	3	0	0	0
2017	1	0	1	0	0	0
2018	1	0	1	0	0	1
TOTAL	27	9	36	1	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA
MUNICIPAL**

Caro(a),

A Dissertação intitulado a Educação Ambiental nos anos finais do Ensino Fundamental: (des) caminhos da Escola Padre Antônio Crisóstomo Do Vale, Acarape – Ceará do curso de pós-graduação stricto sensu em Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ora em desenvolvimento, requer a aplicação do presente questionário que tem como objetivo o levantamento de informações em relação às atividades voltadas para a Educação Ambiental na E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale, Acarape-CE.

Agradecemos desde já a sua aceitação e disponibilidade em participar da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO	
E.E.F Padre Antônio Crisóstomo do Vale	
Cargo na instituição: () Professor/a () Diretor/a () Coordenador/a	
Tempo de serviço na instituição: () Menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos () Mais de 10 anos	
Sexo: () Masculino () Feminino	Faixa Etária: () 20 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () Mais de 50 anos
Regime de trabalho: () Efetivo () Contratado	Curso de graduação () Completo () Incompleto
Pós-graduação concluída () Especialização () Mestrado () Doutorado	

QUESTÃO 01: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DISPÕE DE VÁRIOS DOCUMENTOS OFICIAIS. A SEGUIR, ASSINALE O QUE VOCÊ CONHECE:

() PNEA () Agenda 21 () ECO-92 () Lei Federal de Nº 9. 795/99
() Nenhum () Outros, especificar: _____

QUESTÃO 02: VOCÊ JÁ DESENVOLVEU PROJETOS VOLTADOS PARA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Sim, especificar os projetos:

Não

QUESTÃO 03: A ESCOLA PARTICIPOU DA V CONFERÊNCIA NACIONAL INFANTOJUVENIL PELO MEIO AMBIENTE? EM CASO AFIRMATIVO, DE QUAIS ETAPAS?

Sim, escolar, municipal e regional Sim, escolar, municipal, regional e estadual

Sim, escolar, municipal, regional, estadual e nacional Não participou.

QUESTÃO 04: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL É TRABALHADA NA SUA ESCOLA:

Somente em data comemorativas (dia mundial da água, dia mundial do meio ambiente, dia da árvore, etc.) No cotidiano escolar e data comemorativas

Somente no cotidiano escolar Outros.

Especificar: _____

QUESTÃO 05: NA SUA OPINIÃO, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DEVERIA SER TRABALHADA COM MAIS FREQUÊNCIA NA SUA ESCOLA?

Sim Em parte Não

QUESTÃO 06: A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E/OU INSTITUIÇÕES OFERECEM OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Sim Não

QUESTÃO 07: COMO VOCÊ DESENVOLVE PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SUA ESCOLA?

Abordagem de conteúdo no livro didático Visitas ecológicas

Textos direcionado/orientados Projetos Reciclagem

QUESTÃO 08: COMO DEVERIA SER DESENVOLVIDA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS?

Na disciplina de Ciências Nas disciplinas de Ciências e Geografia

Interdisciplinar e transversal Outras, especificar:

QUESTÃO 09: A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTIMULA E APOIA O

FOMENTO DE PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA SUA ESCOLA?

() Sim () Em parte () Não

QUESTÃO 10: A LEI 9.795, DE 27.04.1999, QUE DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. DESTACA NO ART. 10 NO § 1º QUE “A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO DEVE SER IMPLANTADA COMO DISCIPLINA ESPECÍFICA NO CURRÍCULO DE ENSINO”.

Meu posicionamento é:

() Concordo com a lei. A Educação Ambiental não deve ser disciplina.


Justifique: _____

() Discordo da lei. A educação ambiental deve ser disciplina.

Justifique: _____

() Não tenho opinião formada sobre isso.

Justifique: _____



Francisca Angerline de Lima da Silva

**Pós-graduanda no Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias
Sustentáveis – UNILAB/CE**